

Os Bastidores da Regulamentação do Profissional de Educação Física

Renan de Almeida (Org.)

B 326 Os Bastidores da regulamentação do profissional
de educação física/ Renan de Almeida (org)
Vitória, ES : UFES, Centro de Educação
Física, 2002.
138 p.

1. Mercado de Trabalho, 2. Educação Física,
3. Educação Física – Regulamentação.
1. Almeida, Renan de.

CDU: 796

SUMÁRIO

Apresentação.....	05
Regulamentação da profissão e Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física.....	09
Regulamentação da Educação Física: a face podre da burocracia.....	19
Os impactos da regulamentação da profissão de Educação Física na prática pedagógica.....	49
Intervenção do movimento estudantil de Educação Física no processo de regulamentação do professor de Educação Física: Uma visão histórica.....	73
Glosas à <i>gironda</i> da Educação Física.....	91

Apresentação

De acordo com o projeto do tipo de globalização que se tem implantado na sociedade contemporânea, vemos dois movimentos contraditórios: o primeiro expande as fronteiras geográficas e gera as condições para que o capital liberte-se de todo e qualquer tipo de amarras, com isto - capital sem pátria e volátil - viabiliza-se a propagação da imagem do moderno, da ousadia, da liberdade e do fim das coibições.

Por outro, ressurgem a importância da inauguração de formas alternativas de sociabilidade e de organização social, sobretudo daquelas que devem manter laços com o Estado - ainda preso aos interesses de classe - consagrando, por esta, a idéia que a organização é cada vez mais um instrumento de defesa de interesses.

Aparentemente, nada de muito importante, não fosse o retorno ao refúgio às formas mais escusas de corporativismo com a “idéia” de organização social. Isto é, um mercado de trabalho caótico - dada à própria natureza do sistema - alguns dizem “EUREKA!”, e se encontra a fórmula de promover interesses de um grupo pouco informado acerca das conseqüências referentes à um modelo de intervenção de política educacional para o país, mas bastante “esperto” na defesa de interesses privados de alguns e de empresas que se arrogam o direito (ilegítimo) de lidar com questões de formação humana, e, inclusive com a formação para o exercício da profissão inclusa no processo pedagógico das instituições de ensino.

Em nada me surpreende a atitude anunciada de que o Ministério Público Federal pediu o fechamento do Conselho Regional de Educação Física do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo (CREF-1) ainda na semana passada. A alegação do Ministério é a de que, estando regulamentado a

profissão de professor de Educação Física desde 1998, o CREF-1 (sob chancela do CONFEF) resolveu criar um “curso de nivelamento” para quem não fez faculdade.

Curiosa esta iniciativa do CREF-1, ainda mais se soubermos que era o próprio presidente da unidade do Rio quem ministrava as aulas. Então, nada mais justo do que o Ministério Público determinar a devolução das anuidades pagas no valor de R\$ 80,00 pelos seus quase sete mil inscritos, além de cancelar a afiliação dos profissionais de ioga, dança e artes marciais.

Este já me parecia um caminho previsível a ser tomada por esta entidade que vem se proliferando no Brasil, sobretudo, as custas de uma formação nada cidadã, que é produzida a partir da escola primária no país. Porque é a ausência senso-crítico que torna profícuo um campo de especulação financeira e do ganho fácil para os que se põe como “espertalhões de plantão”.

Mais o pior é ver como os lobistas das empresas privadas de equipamentos esportivos, publicações e dos “fazedores de diplomas” vêm ganhando poder em barganhar junto do Ministério da Educação e Cultura os impropérios acerca das Diretrizes Curriculares de Licenciatura e Graduação (!), na formatação dos ditos “Provões”, no estabelecimento das áreas de intervenção do profissional formado em Educação Física e no equacionamento dos que eles - da maneira mais presunçosa possível - vem chamando de qualidade na formação e no exercício ético e competente da profissão.

Pasme! Logo quem?

Destoando do coro dos contentes e dos passivos, o Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, incentiva a publicação dos textos que seguem, entendendo que só as atitudes sensatas tem lugar legítimo na veiculação da informação. Pois é dentro do aceite da pluralidade no debate, que os engodos sucumbem à falta de argumento.

Assim, por meio desta publicação singela convidamos aos que querem se colocar como interlocutores no debate - e não somente seus ouvintes passivos - trazendo a públicos estes “marginais” em nome da difusão democrática da informação. Isto posto, certamente entendemos o valor desta contribuição se coloca no sentido de revermos as ações e os caminhos que devemos trilhar, cientes de um compromisso com o futuro deste país.

Profª Drª Mara Cristan
Diretora em Exercício do CEFD/UFES

Vitória, 23 de abril de 2002

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E MOVIMENTO NACIONAL CONTRA A REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA¹

Hajime Takeuchi Nozaki²

O objetivo deste texto é apresentar, sucintamente, contrapontos e contradições do processo de regulamentação da profissão de educação física, sobretudo no que diz respeito ao seu atual estágio de formação dos Conselhos Regionais. Um segundo ponto a ser abordado é a apresentação do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), seu surgimento, seus pressupostos de luta e condições atuais para o enfrentamento da questão instaurada.

1. Contrapontos à regulamentação em sua atual fase

O contraponto central de nossas considerações em relação ao processo da regulamentação da profissão, e que se mantém vigente mesmo depois da aprovação da lei 9696/98, é a análise de que tal processo tem se amoldado ao atual estágio do desenvolvimento histórico capitalista, não trazendo, portanto, avanço nenhum aos trabalhadores de forma geral, e especificamente os da educação física. O capitalismo tem como característica atravessar várias crises estruturais, ou seja, próprias do seu sistema, e assim sendo, tenta sufocadamente, a cada nova manifestação de crise de superprodução, superá-la reordenando suas formas. A forma neoliberal é um exemplo típico desta afirmativa, pois surge na tentativa de sair de uma crise que teve seu apogeu nos anos 70/90, provocada pelo Estado de Bem-Estar Social, que

¹ Texto produzido para a para a Semana Acadêmica da UFES.

² Professor Assistente do Departamento de Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora e membro do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física.

financiou o capital privado pelo fundo público, apoiando-se em políticas de assistências sociais, tais como aumento da empregabilidade, seguro desemprego, previdência social, entre outras (FRIGOTTO, 1996).

Os inimigos centrais do neoliberalismo eleitos como culpados pela crise do capital foram, desta feita, além do Estado intervencionista do modelo keynesiano, os supostos maiores favorecidos neste modelo, ou seja, os trabalhadores, principalmente aqueles organizados na forma dos sindicatos (ANDERSON, 1995; GENTILI, 1996). Assim sendo, o grande combate político do neoliberalismo manteve-se na recuperação da economia inflacionária, fundamentalmente a partir do corte dos gastos públicos, e ataque aos direitos e organização trabalhistas. Como consequência deste reordenamento da política neoliberal e do avanço tecnológico nos setores produtivos, percebeu-se também uma reconfiguração do mundo do trabalho. Aumentou-se o número de desemprego estrutural, bem como o trabalho nos setores de bens e serviços, contudo com um caráter de precariedade de condições, por meio de contratos temporários, subempregos, ou seja, modelos que não mantiveram os ganhos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores (ANTUNES, 1995).

Regulamentar a profissão no intuito de resguardar um dito mercado das atividades físicas não formais é, portanto: a) desconsiderar as questões concretas que cercam este campo, ou seja, que este mercado é um mercado da precariedade, que o mais importante é criar condições concretas de trabalho nessas esferas; b) não se opor ao neoliberalismo, com ele coadunar, na medida em que utilizamos nossas forças para disputar fatias deste trabalho precário com outros trabalhadores, ou seja, aceitar o que há de mais perverso no capitalismo: a tese da exclusão; c) não se preocupar em organizar os trabalhadores na luta de classes: única forma possível de romper com o sistema capitalista, e, portanto com a alienação do trabalho.

A atual fase da discussão a respeito da regulamentação da profissão nos traz novos elementos a serem enfrentados. O primeiro deles é o argumento dos nossos opositores de que, uma vez aprovada a lei, não existe mais a necessidade de discussão. Nada mais coerente com o pensamento cartorial (CASTELLANI FILHO, 1996) por eles adotado, desde o início dessa discussão, baseado em uma visão estática de sociedade e, neste momento, somado a um certo receio de perder o terreno político conquistado, e já se aproveitando do pequeno grau de poder gerado a partir da efetivação do Conselho Federal e de alguns Conselhos Regionais. Se antes da regulamentação nossos opositores simpaticamente aceitavam participar de todos os fóruns de discussão por nós propostos³, muito no intuito de ainda divulgar o seu movimento, nesta fase de discussão lamentam a necessidade de ainda discutir, ou ainda escondem-se atrás da já criada burocracia que envolve o Conselho Federal.

O segundo, e mais importante é o direcionamento do ataque aos professores de educação física de modo geral. Se no momento anterior à regulamentação, o inimigo encontrado para centralizar os ataques, e desta forma justificar a unificação dos professores de educação física em torno do PL330/95, neste momento, depois da promessa de se retirar os leigos do dito nosso mercado, duas situações particularmente interessantes têm tomado conta no cenário das ações daqueles que tentam formar os Conselhos Regionais. O inciso III do artigo 2º garante o exercício à dita profissão, e inscrição aos Conselhos aos *“... aos que, até a data do início da vigência desta lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos profissionais de Educação Física, nos termos a*

³ Mesmo que se de forma solícita aceitavam diversos de nossos convites, o crucial aqui é denunciar que a expressa maioria das vezes a discussão foi organizada, e ainda a tem sido, pelo nosso campo, o que já demonstra grande contradição, visto que quem traz a proposta deveria incumbir-se de promover os seus esclarecimentos e debates.

serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física” (BRASIL, 1998). Ou seja, a retirada dos ditos leigos do mercado das atividades não formais, que se tornou a bandeira do Movimento Nacional para a Regulamentação, não conseguiu efetivar-se no corpo do texto lei conquistada.

Por outro lado, no intuito de conseguir um mínimo de duas mil assinaturas para a efetivação de cada Conselho Regional, os agentes mobilizadores logram, neste momento, suas investidas em torno dos professores das escolas, de forma legalista, autoritária e coercitiva, contrariando o próprio discurso inicial, que dizia respeito ao campo não-formal. Como exemplos desta assertiva, observamos no Brasil a prática de divulgação de panfletos que dizem respeito à ilegalidade (*sic!*) da atuação dos professores nas escolas sem o dito registro, a articulação com secretarias municipais e estaduais no sentido delas solicitarem tal registro, seja para os efetivos, como para as novas contratações, bem como as ameaças de não entrega de diplomas a formados sem a devida inscrição no Conselho. Ou seja, neste momento, são os próprios professores e estudantes que apoiaram e subscreveram o PL 330/95 os novos alvos de ataque do processo da regulamentação.

2. O Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física

O Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) veio amadurecendo desde as primeiras discussões críticas apresentadas ao PL 330/95 (CASTELLANI FILHO, *op.cit.*; FARIA JUNIOR, *et.al.*, 1996; FERREIRA, 1996; NOZAKI, 1997; PALAFOX, TERRA, 1996). Apoiado sempre nas discussões promovidas pelo Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), e por algumas Secretarias Estaduais do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), o MNCR foi deflagrado no XX Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEFF), em agosto de 1999, na cidade de Recife.

A partir do tema “*Socialismo X Capitalismo, quem está em crise?: repercussões do papel social da educação física*”, o encontro pautou-se por discutir, além da questão do socialismo enquanto projeto histórico orientador dos movimentos organizados, temas emergentes da educação física tais como o da regulamentação da profissão, no que diz respeito à formação dos Conselhos Regionais de Educação Física. Um grupo de sistematização encarregou-se de aglutinar várias propostas retiradas em encontros regionais e remetê-las à plenária final. Houve ainda uma mesa, dentro do evento, com o caráter de debater e socializar informações a respeito do tema. Assim, após 3 anos de debate e ações articuladas, o MEEF aprovou em sua plenária final a deflagração do MNCR, apontando um caráter amplo, com diversas categorias (estudantes e professores) e entidades organizadas (CBCE, APEF's, Sindicatos...).

Em vista do desenrolar dos acontecimentos do referido encontro, um grupo de professores críticos também à questão da regulamentação, reuniu-se no interior do evento, também com o intuito de ajudar a organizar este legítimo Movimento. Compreendeu este grupo, que o MNCR deveria partir dos seguintes princípios:

- a) Ser contrário à Tese da Regulamentação da Profissão, entendendo-a como uma tese fragmentária e corporativista, portanto, ser também contrário a qualquer tentativa de disputa eleitoral em qualquer instância dos Conselhos, seja ele Federal ou Regional.
- b) Construir um Movimento de caráter amplo, com o conjunto da categoria dos professores, bem como dos estudantes e trabalhadores de um modo geral, tornando-o de âmbito nacional.

Como estratégia de divulgação do Movimento, optou-se por torná-lo público no XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), realizado em outubro de 1999, na cidade de Florianópolis. Por esta ocasião, para além da divulgação e adesão de vários professores e estudantes ao

MNCR, este último deliberou pela luta em torno da revogação da lei 9696/98, formalizando-o em um manifesto que circulou o evento, colhendo assinaturas. Como saldo da mobilização no Conbrace, podemos destacar o indicativo retirado na plenária final do evento contra a regulamentação da profissão, que será remetido às várias secretarias estaduais do CBCE no intuito de aprofundar o debate.

O MNCR seguiu então, depois do Conbrace, no enfrentamento das questões concretas que manipulam e coagem os professores e estudantes em torno dos Conselhos Regionais em formação. O momento agora é o de socialização das informações a respeito deste movimento, aglutinando os professores e estudantes, além de entidades representativas, promovendo debates no país inteiro, colhendo assinaturas em torno do seu manifesto e levantando questões jurídicas na defesa dos direitos dos professores que não necessitam obrigatoriamente da filiação nos Conselhos. Desta feita, procura sensibilizar todas as pessoas contrárias ao processo adotado pelos defensores da regulamentação na perspectiva de conquista de espaço político, e de forma corporativista e autoritária.

A luta do MNCR não se encerra com a revogação da Lei 9696/98, mas é, sobretudo, uma luta contra o próprio sistema capitalista, que impõe exclusão e alienação do trabalho. Desta forma identificamos nossa luta. E assim, termino citando um trecho de nosso manifesto:

“Certos de que é preciso somar esforços para lutar, diariamente, contra a sociedade do mercado (que põe sempre o lucro/dinheiro a frente das pessoas) e a favor de uma sociedade mais JUSTA, onde a dignidade não seja tratada com moeda de troca e onde todos os bens socialmente produzidos e historicamente acumulados (entre eles a Educação Física & Esportes) seja de acesso a todo e qualquer cidadão é que afirmamos: NÃO A TODO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO! Lutamos pela defesa dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. LUTAMOS PELA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO de forma a garantir a todo trabalhador (empregado ou não) direitos básicos como: Estabilidade, Férias, Salário e Aposentadoria dignos, etc.)” (MNCR, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). Pós-neoliberalismo. **As políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES Ricardo L. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9696, de 1º de Setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física**. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. Teses acerca da questão da regulamentação da profissão. *In*: *Colégio Brasileiro de*

Ciências do Esporte: Boletim Informativo. Santa Catarina: ano XVIII, n.3, p.6-14, set.-dez., 1996.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de. et al. O velho problema da regulamentação: contribuições críticas à sua discussão. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Santa Catarina: 17(3):266-272, 1996.

FERREIRA, M. G. Educação física: regulamentação da profissão e esporte educacional ou... neoliberalismo e pós-modernidade: foi isto que nos sobrou? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Santa Catarina: v.18, n.1, p.47-54, set., 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, Tomas Tadeu da, GENTILI, Pablo. **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

MOVIMENTO NACIONAL CONTRA A REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (MNCR). **Manifesto contra a regulamentação do profissional de educação física, pela revogação da lei 9696/98**. *In*: <http://homepages.msn.com/TwentiesCir/mncr/>, 1999.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. Regulamentação da profissão: o embate de duas perspectivas. **Caderno de Debates**: 5:36-40, 1997.

PALAFIX, Gabriel. H. Muñoz., TERRA, Dinah Vasconcelos.
**Regulamentação da profissão de educação física: uma
questão ideológica.** *In:*
www.cev.org.br/port/leis/index.htm, 1996.

REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: A face podre da burocracia.

Renato Sampaio Sadi¹

*Quanto mais se entope de perfume,
Mais aumenta o cheiro putrefato
Nada mais fermenta nesse estrume
E no entanto, nada é mais amado.
(Golpe de Estado)*

INTRODUÇÃO

O título deste ensaio abrange a Educação Física no que diz respeito à área profissional e acadêmica, além de incorporar o debate sobre o processo de regulamentação do profissional e criação dos conselhos federal e regionais. O tema da burocracia é o mote para a discussão da regulamentação da Educação Física. Baseado neste tema e, no contexto de (des)regulamentações da atualidade brasileira, pretendo polemizar intenções e conseqüências dos diferentes projetos envolvidos, a saber: o projeto de manutenção do status-quo representado pelo neoliberalismo no país e o projeto de ruptura/transformação da ordem estabelecida, representado pelos setores oposicionistas/progressistas.

Parece-me que não só o profissional e sua recente profissão foram regulamentados: a Educação Física, de forma geral, foi igualmente enquadrada no caldo sócio-político-cultural das novas práticas sociais, destacadamente aquelas relacionadas ao setor de serviços tendo o mercado como mediação fundamental, práticas solidificadas nos anos noventa

¹ Renato Sampaio Sadi, 38, é professor de Educação Física e doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP.

pelo tripé desestatização/desregulamentação/desproteção dos direitos sociais.² Este enquadramento faz parte da anarquia do sistema vigente, mas é também resultado intencional de extração de lucro das mais variadas formas neste setor heterogeneizado, complexificado e emergente que tem sido a Educação Física nos anos noventa em diante.³

Mesmo considerando o processo de regulamentação do profissional de Educação Física como uma arena espúria e cheia de contradições, busco respostas mais profundas para o verdadeiro sentido desta regulamentação, isto é, a partir dela, quais as conseqüências (negativas e positivas) para a área profissional e acadêmica? Afinal, quais são os objetivos não explicitados pelo conselho federal, capazes de conformar um novo quadro para a área? Reserva de mercado, fiscalização sobre o trabalho, promoção de competências profissionais diante dos usuários dos serviços de atividade física,

² Segundo Luis Fernandes (1995:54) a desestatização se contrapõe à intervenção demasiada do Estado na economia. Empresas estatais e mistas nesta lógica, devem ser privatizadas; a desregulamentação reduz o controle estatal sobre a economia e a gestão da sociedade. Há perda de domínio no campo financeiro, fim das barreiras alfandegárias e um ataque político-ideológico ao “burocratismo do Estado”; à desproteção dos direitos sociais são contrapostos direitos fragmentados, particularistas.

³ A Regulamentação da Educação Física é histórica e, na perspectiva do projeto dominante da burguesia, necessária para o desenvolvimento da área, da luta contra a crise instalada, da ambição, do lucro, da valorização individual e profissional entre outras questões. O termo “regulamentação” bastante conhecido no interior da Educação Física foi muito estudado pela via legalista dos documentos, decretos, pareceres etc e pouco abordado pelos significados políticos e ideológicos dos projetos em disputa. Aqui refere-se ao *enquadramento* dessa nova esfera que é a Educação Física, como possibilidade mercadológica e/ou de serviços.

interferência em políticas públicas e de currículo etc, são questões que ainda não explicaram toda a trama de concatenações. As atribuições do sistema Confef/Cref na sua pura aparência não revelam as reais intenções na esfera imediata de prática social que é a Educação Física. Na tentativa de descortinar o véu de armações e falsidades desta engrenagem disposta a sugar e submeter os professores de Educação Física apresento, na seqüência, uma discussão sobre: a questão da conjuntura política no Brasil; a questão dos impactos das novas formas de (re)criação de mercadorias (a invasão de novas esferas pelo Capital); a questão dos condicionantes da burocracia. Diante da regulamentação da Educação Física a burocracia sedimenta sua podridão no terreno das falsidades e ilusões. Neste item, além de abordar a autocracia do sistema confef/cref, apresento considerações sobre as novas exigências educativas, abordagem psico-social, relativas a medo, controles subjetivos e registros burocráticos destinados a limitar as ações dos professores.

Penso ser necessário um resgate teórico-político para a abordagem do presente tema. Apontamentos que possam “comer pelas bordas” centrando a Educação Física numa análise de totalidade social.⁴

A QUESTÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA NO BRASIL

A organização política dos partidos, sindicatos, associações e instituições está pautada por princípios filosóficos e ideais que se materializam no conteúdo e na forma

⁴ “Comer pelas bordas” significa tatear o objeto de estudo, envolvendo-o desde as questões mais tangenciais até as mais centrais. Quando se “esfria o mingau”, aí sim, deve-se relacionar e interpretar as dimensões/significados do material de pesquisa. A análise de totalidade social prevê portanto, não a simples análise das partes do todo mas a multiplicidade e complexidade do objeto.

de fazer e conduzir a política. O ser político no desenvolvimento de sua aprendizagem e qualificação orienta-se com base em seus seguidores, pessoas mais experientes que transmitem/socializam o conhecimento político. Analisar a conjuntura política é explicitar o ordenamento hierárquico das diferentes linhagens políticas em disputa, como se pensa e como se faz política. O exemplo deve vir de cima, da concepção à ação, do projeto à realidade. O atual governo já deu inúmeros maus exemplos sobre postura e ética na política. Não se pode dizer que é um governo digno de respeito e/ou insuspeito nas atitudes. Para governar é necessário preservar a imagem de honestidade e firmeza nas ações políticas. Atualmente, a roubalheira, corrupção e os piores exemplos vêm manchando a política brasileira e a visão que os estrangeiros tem do país. Estelionato, seqüestro, tráfico de entorpecentes, remessas de grandes quantias para paraíso fiscais, entre tantas outras sacanagens, formam o caótico quadro de capital concentrado na mão de poucos e do sentido trágico da vida de muitos. São ramificações danosas para a sociedade, confinadas num espectro de violência putrefata espalhada por todo canto. Os burocratas de plantão não conseguem desvencilhar-se das amarras cotidianamente impostas sobre suas cabeças. Contribuem para formar o caldo sócio-cultural “esquecido” pelos veículos de informação escrita e mídia eletrônica. Comenta-se sobre a injustiça social, o desnível entre o alto escalão do governo e o povo, privilégios de todo tipo mas não se fala em *como* distribuir a riqueza. As maravilhas do mundo rápido e eficiente das novas tecnologias são realçadas como progresso e desenvolvimento, porém não se discute em profundidade a crise de estagnação vivida hoje pelo capitalismo. Nesse campo, abandona-se a perspectiva do socialismo como contraponto legítimo ao sistema vigente. Não se aborda o tema do desemprego relacionando-o à múltiplas funções do trabalho humano e às conseqüências irreversíveis para os desempregados. Quando abordado, o tema aparece

somente com o lado quantitativo. Os índices são mascarados e o fenômeno torna-se *invisível*.

Hoje o mundo está marcado pela estagnação, com raras exceções, como são a China e o esforço de Cuba, apesar do cerco norte-americano. É dominante o padrão capitalista de inédita concentração e centralização do capital e extrema contenção do trabalho vivo, que gera uma leva de desemprego jamais vista e combina a alta especulação financeira com crescimento mínimo. A linha persistente de desvalorização da força de trabalho se traduz na intensificação do ritmo de trabalho exigido, regressão das formas de trabalho, diminuição de salários, extinção massiva de postos de trabalho, anulação de conquistas trabalhistas, subcontratações etc. (Rabelo, 2002:02)

A oligarquia financeira especula em bolsas de valores/mercado de futuros. São mesas de apostas, "cassinos" para os milionários se divertirem, enquanto aqueles que vivem do trabalho estão submetidos à penúria, ao sofrimento e à desesperança. O desemprego, visto sob o ponto de vista individual, é um massacre psicológico e um desastre objetivo para os chefes de família. As atuais ondas recessivas e de economia estagnada causam os impactos imediatos da demissão e do fechamento de postos de trabalho. É o famoso enxugamento da folha de salários, triste crise visível a olho nu, contra a qual pouco se tem feito.

Compõe o quadro de grave crise a confirmação de uma tendência recessiva da economia mundial, acentuada pela deflagração da guerra atual. A Organização das Nações Unidas prevê um crescimento de apenas 1,5% para 2002 e nos 29 principais países do mundo essa taxa não deve passar de 1% do Produto Interno Bruto. É uma situação de tênue equilíbrio: nem desenvolvimento, nem colapso, com ocorrência de graves crises periódicas. Até quando? Dessa

modalidade de equilíbrio resulta um sistema econômico de tensão permanente onde a instabilidade adquire maior relevo. (Rabelo, ibidem:04)

No Brasil, a crise do capitalismo tem sido driblada de várias formas: pelas doses homeopáticas de choques parciais na inflação, culminando com a tentativa de eliminação da cultura inflacionária (plano real) em 1994. Segundo Anderson, a hiperinflação seria o equivalente funcional para que o povo aceitasse políticas neoliberais mais drásticas, pois o remédio da estabilidade condicionaria, em tese, a medicina deflacionária que estava faltando ao país (cf. Anderson, 1995:22). Por outro lado, a burguesia nacional, vem (re)criando o medo da vitória de Lula e, elaborando com isso, discursos e fantasmas subliminares que visam afastar os eleitores da figura e do significado de um dirigente proletário como Presidente da República.

A verdade é que o governo FHC empreendeu medidas de caráter anti-social/anti-popular e ao longo do período foi firmando pactos com o sistema americano, Banco Mundial e FMI. Os planos de desenvolvimento estratégico para o Brasil foram abandonados e as opções assumidas foram flagrantemente desnacionais. O que importa destacar, no plano econômico, são as conseqüências danosas do projeto neoliberal, aquelas relativas à nossa organização econômico-social, políticas que foram arquitetadas pelos economistas do governo FHC.

A cada onda da crise mundial que afeta o Brasil, como a que ocorreu a partir do segundo semestre de 1998, tendo seu desfecho em janeiro de 1999, com a desvalorização do real, o poder do grupo de financistas-banqueiros da PUC/Rio, braço de apoio de FHC, parece se abalar, mas acaba se mantendo no leme do governo, consertando novos compromissos com a finança internacional, com graves conseqüências para a população e o país (...) De forma semelhante à que

ocorreu com o México após a crise de dezembro de 1994, o governo Fernando Henrique e seu grupo de banqueiros-financistas, depois da crise de janeiro de 1999, na tentativa de superá-la, aceitou estabelecer um governo diretamente "compartilhado" com o FMI/Tesouro dos EUA, para fechar um empréstimo de emergência ao Brasil no valor de US\$ 41 bilhões (Gomes, 2000:11)

A mercantilização da política, da cultura e da ideologia empobreceu o conjunto das relações sociais, ao imprimir a estas um caráter reificado do trabalho humano.⁵ O tratamento político em forma mercantil não é apenas tecnicista, é hábil nas justificativas apresentadas ao povo. Utiliza medidas populistas para (re)criar alianças com os setores mais conservadores; apóia-se nos ataques aos argumentos críticos e contrários à ordem imposta. Nesta perspectiva o capitalismo brasileiro tem se mostrado "flexível", isto é, disposto a assumir compromissos financeiros com os credores internacionais, vendendo a imagem da administração segura e preparada para o desenvolvimento.

Para convencer o vice-diretor-gerente do FMI, o americano Stanley Fisher, e o então sub-secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, a apoiar o empréstimo de US\$ 41 bilhões, a equipe do ministro Pedro Malan, autorizada por FHC, discutiu não apenas compromissos gerais sobre metas fiscais e inflacionárias, mas metas detalhadas, assim como os meios específicos para garanti-las, o que implicava em muitos casos, a modificação da legislação brasileira, em assuntos como o da Previdência Social e nos direitos dos servidores públicos e aposentados da União e a hipótese de que tudo seria obtido, sem problemas, junto

⁵ Ver *Capitalismo e Reificação* de José Paulo Netto, Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário (Gomes, op.cit:12)

Como o capital não tem pátria, seus interesses, em matéria de relações internacionais, estão voltadas para o cumprimento das metas fiscais e inflacionárias, de modo a assegurar o excelente potencial do mercado brasileiro ainda virgem no cenário mundial. Custe o que custar, os negociadores não estão preocupados com a nação, muito menos com o povo. Preocupam-se com a viabilização do ganho de dinheiro e de mais dinheiro através do próprio dinheiro. As trocas, aliás, no caso deste e de outros empréstimos, estão condicionadas a um maior enxugamento nos direitos sociais. Além disso, o capital só se interessa pela força humana do trabalho quando esta é produtiva, o que significa afirmar que, para o capitalismo, o desemprego é uma constante. Como os neoliberais não podem assumir esse problema, mascaram os índices oficiais e extra-oficiais através de metodologia diferentes.

Entre 1990 e 1993, período que abarca o biênio recessivo do governo Collor, aumentou a taxa de desemprego, e o número absoluto de trabalhadores empregados caiu – de 40,1 para 39,4 milhões (...) Com a passagem da política recessiva do governo Collor para uma política de crescimento moderado e intermitente dos governos Itamar e FHC, o número de empregados subiu, entre 1993 e 1995, dos 39,4 para 40,7 milhões. Este pequeno crescimento absoluto, que representa menos da metade dos três milhões de empregos que a economia brasileira precisaria ter criado no biênio 1993/1995 apenas para observar o crescimento vegetativo da força de trabalho, foi grosseiramente utilizado pela grande imprensa para propagar a idéia de que o desemprego estava diminuindo. Ocorre que o crescimento da oferta de empregos foi, no período de 1990/1995, menor que o

crescimento pela procura por empregos: embora o número de empregados tenha crescido, o número de desempregados cresceu mais. De fato, a taxa de desemprego aberto calculada pelo IBGE indica o crescimento do desemprego na década do neoliberalismo – essa taxa passou de 3,7% em 1990, para 4,8% em 1995. (Boito Jr, 1999:89)

No desenho das utopias (sem elas não há vida humana digna) também houve uma queda na disposição de luta dos dirigentes políticos que detém poder. Foram entregando o país em troca de migalhas sem esboçar resistência aos ditames imperialistas, o que, indiretamente, afetou o espírito nacionalista do brasileiro. Não se fala mais de mobilização de massas, de mobilização nacional, de interesses estratégicos da pátria. Há uma destruição em curso do ideário cívico, patriótico e do sentimento nacional de ser brasileiro. O *imortal* Barbosa Lima Sobrinho, em artigo escrito em junho de 2000, assim expressou-se:

O fato é que alguma coisa se perdeu em relação aos nossos dirigentes. Algo da grandeza, da estatura. Nutro certo saudosismo em relação ao que significou amar a pátria. E temo que tenha se perdido esta intensidade nacionalista porque o povo perdeu um pouco do seu romantismo e capacidade de entrega às grandes causas, caindo num cotidiano de curto fôlego, imposto de cima para baixo, provavelmente de modo intencional. Um cotidiano de matérias menores. Também a frustração com a política e a deturpação das instituições tiveram aqui seu papel desmotivador e funcional, privando o povo de um de seus grandes escudos, o sentimento nacionalista. O que não quer dizer que esse teor maior não possa ressurgir. E ressurgirá. Pois, apesar das tendências em curso, o que sei é que assim como assisti a tantas mudanças, haverá sempre outras por vir. (Sobrinho, 2000: 36)

O vir-a-ser, contudo, está dependente da globalização, principalmente da financeira. Esta esfera, aparentemente reguladora e justa no que diz respeito ao adiantamento de crédito, é na verdade, responsável pelos desequilíbrios políticos da atual conjuntura, desencontros que afetam diretamente os trabalhadores e uma organização social submetida à lógica da violência urbana de toda espécie.⁶

A globalização tem uma direção política e um núcleo de poder. Os EUA nunca concentraram tanto poder como hoje. Nesse centro as regras são ditadas pelos mercados financeiros. São eles que comandam a globalização, a ponto de a globalização financeira, que foi mais longe do que todas, comandar o comportamento da economia real. Se Wall Street vacila e as ações da General Motors caem, imediatamente o presidente da empresa declara que irá demitir, no mundo inteiro, 20 mil trabalhadores, para enxugar a companhia e torná-la mais apetitosa para os mercados financeiros. Do outro lado do Globo, alguém é desempregado, sua vida desanda, ele perde a confiança em si, no trabalho, perde valores, auto-estima, e se torna mais um a vagar pela periferia de uma grande cidade brasileira, sentindo que seu destino saiu completamente de (seu) controle. (Belluzzo, 2000: 218).

É importante demarcar que os determinantes da globalização articulam-se com a conjuntura política e, no Brasil, manifestam-se na realidade contraditória e miserável, não podendo, portanto ser vistos por partes estanques. Inclui-se

⁶ Tramita-se no Congresso Nacional a *flexibilização* dos direitos trabalhistas. Benefícios como 13º salário, licença-maternidade, adicional sobre hora-extra, FGTS entre outros, podem ser transformados em objeto de livre negociação, ou seja, flexibilizados.

aqui a análise teórico-metodológica da estrutura de produção nos dias atuais, discussão que apresento a seguir.

A QUESTÃO DOS IMPACTOS DAS NOVAS FORMAS DE (RE)CRIAÇÃO DE MERCADORIAS (a invasão de novas esferas pelo Capital)

A partir da matéria e do trabalho humano (vivo e/ou morto) o produto se torna mercadoria e, na síntese marxiana, apresenta-se sob uma forma fetichista e fantasmagórica. Isso significa que o específico do capitalismo é o processo de *valorização*, ou seja, o capital através do progresso técnico empregado é valor que se valoriza pela exploração do trabalho. Se a mercadoria é a forma de riqueza do capitalismo, uma forma que combina “coisa produzida” e relação social ou, em outros termos, um valor de uso e um valor de troca, seu caráter enfeitado apóia-se, de um lado, na objetivação do homem em seu trabalho concreto e de outro, nas necessidades e desejos deste homem a partir do trabalho abstrato, dos valores de troca e das ramificações deste trabalho no tecido social.

Tais bases, em linhas gerais, permitem a compreensão do metabolismo do capital e sugerem a verificação dos impactos atuais das novas formas de mercadorias em diferentes espectros/esferas de invasão ou áreas virgens a serem penetradas pelo Capital.

Fernandez Enguita (1993:262) dissecou a idéia de que o Capital busca novas esferas e o faz com a voracidade de um leão faminto pois as velhas bases de atuação estariam saturadas no que diz respeito à realização do lucro, à objetivação do processo de valorização. Assim, a lógica do Capital que busca desenvolvimento, possibilita ao setor competitivo, a novidade do produto, a melhor qualidade e o menor custo. Desejos e necessidades são (re)criados e a capacidade de produção e circulação de mercadorias revigoradas. Combate-se a crise de estagnação do ciclo

anterior de desenvolvimento empacotando coisas, serviços e sonhos com novas roupagens. Afirma o autor que:

O motivo pelo qual o Capital tende a se introduzir no ensino é simples: a saturação do Capital que se produz nos setores já dominados por ele diminui a taxa de mais-valia e a taxa de lucro e empurra os capitais excedentes para novos setores que ainda não tinham sido submetidos ao modo de produção capitalista ou à criação de setores inteiramente novos. Ora, um setor novo tem que criar seu próprio mercado, seja criando novas necessidades (solúveis) ou substituindo-se aos produtos de outro setor na satisfação de necessidades velhas. Em troca, se o setor já existia como setor submetido à pequena produção mercantil ou mesmo subtraído à esfera da troca (o caso dos serviços públicos propriamente ditos), então se precisa de apenas um processo de substituição. (Fernández Enguita, 1993:262)

Observa-se um crescente número de empresas que se multiplicam pelo mecanismo de franquia. Na mesma direção a privatização das rodovias, o crescimento no número de pedágios e número de empresas prestadoras de serviços, como postos de gasolina, restaurantes, bares e conveniências. Os caminhos de rentabilidade são abertos como processo legítimo através do discurso da satisfação do cliente e da geração de empregos (diretos e indiretos). Omite-se todavia, que este processo está pautado por uma crise de valorização pois na verdade otimizam-se as áreas virgens da exploração capitalista pelo fato da saturação econômica nas áreas de origem terem apontado barreiras/limites na extração de lucro.

O setor de ensino também segue os mesmos rumos da (re)criação de novas necessidades/desejos/mercadorias. Neste setor o Capital também possui um apetite de invasor e realizador do sonho do diploma, da fama e de uma vida melhor. Os impactos das sucessivas ondas neoliberais na educação

atingiram a esfera pública pelo deslocamento do Capital social para áreas de caridade bem como a progressiva diminuição de verbas. Pode-se até afirmar que o neoliberalismo prevê uma educação básica de qualidade com vistas ao trabalho do mercado técnico-profissional, mas o fato é que os controles tem recaído diretamente no enxugamento de salários, benefícios e vantagens da carreira docente.⁷ Se do lado do Estado a educação apresenta-se com este caráter vacilante, cínico e pseudo-realizador da formação/qualificação humana para o trabalho, do lado privado o terreno é propício para o investimento e retorno de capitais, só que sem fiscalização e com compromisso discutível.

A introdução do Capital no ensino como capital de serviços é um fenômeno tão conhecido que torna desnecessário apresentar qualquer exemplo. O que realmente vale a pena assinalar é o fato de que o invadir novas esferas, entre elas o ensino, se apresenta como necessidade mais premente para o Capital nos períodos em que existe um forte excedente de capitais sem investir, em que a taxa de lucro obtida pelos capitais em ativo é mais baixa ou em que como é o mais provável acontecem ambas as coisas ao mesmo tempo. O Estado pode assumir a responsabilidade e os custos do ensino não só por que o Capital considera-o como um simples aspecto das condições gerais da produção que não resulta rentável explorar diretamente, como também pela forte pressão política que deriva do fato de ser considerado um bem social a que todos devem ter acesso. (Fernández Enguita, 1993: 281)

O autor lembra que o Estado de Bem-Estar-Social assegurou uma série de serviços sociais com o que assumiu uma parte dos custos da força de trabalho. Assim, enquanto o

⁷ Ver *Os condicionantes políticos da formação docente*. Dissertação de Mestrado que apresentei à PUC-SP, em 1996.

Capital se valorizava em outras esferas, tolerava o andamento desta política. Isso vai mudar com o advento do neoliberalismo, com a desmontagem das instituições, do Estado de Bem-Estar-Social, para que o Capital possa introduzir-se nelas como Capital de serviços ou Capital que produz mercadorias. Assim, um setor como a saúde, manifesta-se como área *produtiva* para os capitais excedentes.

Não quero discorrer sobre a invasão do Capital no setor da saúde sob pena de mesclar os temas e assim diluí-los. Entretanto cabe salientar a visível transformação da saúde em mercadoria, o fortalecimento da medicina curativa de grupos e planos de saúde em conjunto com a indústria farmacêutica, tudo em detrimento do sistema único de saúde que vai sendo sucateado e abandonado. Nesta área o fenômeno da invasão de novas esferas é mais nítido do que na educação, afinal, coisas emergenciais como a saúde são mais facilmente vendidas e compradas do que coisas em que o consumo ou é imediato (aula) ou é elemento de médio/longo prazo (livro, material didático, formação, diploma). Também não há espaço nestas linhas para a abordagem da entrega da Universidade Pública ao setor privado de ensino.⁸

O que dizer então sobre a introdução de Capital na área da Educação Física? Quais são os nichos não visitados

⁸ Por ocasião da greve dos servidores públicos federais em 2001, Hélio Schwartsman escreveu um interessante artigo no qual aborda o tema da Universidade Pública e do ensino superior privado: “Às faculdades particulares deve-se reservar o papel complementar de Centros de Formação de Pessoal. O fato de não desenvolverem pesquisa de primeira linha não impede que se transformem em boas escolas, desde que o MEC cumpra sua função. É ele que deve tê-las em suas mãos e não o contrário. Transformar esse conjunto de faculdades em Universidades dando-lhes a prerrogativa de abrir os cursos que desejarem, quando desejarem, é rematada insânia.” Ver Universidade e Modernidade – um paradoxo, Folha de São Paulo, 06 de dezembro de 2001.

pelo Capital nesta área? A procura por novas esferas e novos lucros tem relação com o processo de regulamentação da profissão? Em que medida a Educação Física está refém da perspectiva avassaladora e coisificada do Capital que busca a cada instante a renovação do lucro esportivo, turístico, da indústria do lazer, do corpo, da saúde e até da escola? (facilmente vendidas e compradas)⁹

Não é só o tênis-última moda, a roupa ou o material esportivo os responsáveis pela (re)criação de necessidades/desejos nesse campo.¹⁰

Por todas as brechas jurídico-políticas o Capital tem se favorecido na organização ilegítima dos novos cursos de Educação Física. Assim, o sistema Confef/Cref tem se apoiado na burocracia que o aliou ao mercado. Em artigo anterior quando observava os impactos da regulamentação na área escolar da Educação Física, assim me pronunciei:

⁹ O Capital produtor de mercadorias manifesta-se no ensino através de quatro fenômenos: crescente aumento nos materiais auxiliares, como livros, fichas, laboratórios de línguas, etc; ensino por correspondência, ensino de línguas por fitas e livros; universidades à distância; mercadorias didáticas, vídeo, computadores e sistemas prontos de aula vendidos em supermercados (cf. Fernández Enguita, op.cit:283-4)

¹⁰ Há inúmeros exemplos nas academias de ginástica com a introdução de alimentos em pó, energéticos e vitaminas que comprovam a voracidade do Capital no setor. Novos aparelhos, novas marcas, miudezas e visual. Há também na área do Lazer, os chamados esportes radicais (ratting – descida de bote pelos rios; canyoning – descida em rapel pelo meio de uma corredeira, hicking – caminhada pelo leito ou margem dos rios e riachos; Boiacross ou Aquaraid – bóias que descem o rio pelas corredeiras; além destes, há outros mais conhecidos (Jet-Ski, Canoagem, Pára-glíder, Pára-quedismo, Ski-aquático, balonismo, escaladas, trilhas-bike, enduro a pé – trekking, enduro equestre, rapel e pesca esportiva. Todas estas “radicalidades” das novas práticas esportivas exigem a produção de novos desejos/necessidades/mercadorias.

Passando o trator nos trabalhadores e profissionais de educação, as personalidades que dirigem os atuais conselhos profissionais, apresentam receitas elaboradas em gabinetes fechados. Desprezam a democracia. Atacam e afrontam a intelectualidade progressista da área. Visam fortalecer os laços privatistas do setor não-escolar da Educação Física, mas isso, sem perder de vista o escolar, pois preocupam-se com o projeto pedagógico da escola. Afinal é dela que sairão os futuros estudantes... e consumidores da Educação Física regulamentada. (...) Não é exagero afirmar que os restos escolares da Educação Física correm perigo. Não na legalidade, já que a formalização da ação educativa via “Educação Física Escolar” é juridicamente improcedente, mas do ponto de vista do projeto em disputa (...) Apesar de uma vitória parcial dos setores conservadores e de direita, a indignação deve alertar todos aqueles que se pautam pela ética democrática e por um projeto de emancipação educacional. (Sadi, 2000:01)¹¹

Essa burocracia que é dominante na Educação Física possui seus representantes na maioria das Escolas Superiores, Centros Universitários e Universidades Privadas. É ela que acelera a perspectiva de encurtamento da formação na área. É ela que vende a ilusão do diploma conjugado com o status profissional da “nova” profissão. É ela que impõe seu preço de mercado para suas atividades e formalidades. Evidentemente que a burocracia por si só não tem poder no espaço sócio-cultural e de envolvimento das pessoas e projetos, mas o fato é que ela vai entranhando sua podridão neste setor. Assim, vivemos sob intenso fluxo de capitais transformados que foram ao longo dos últimos anos imbecilizando as pessoas nas academias de ginástica, clubes, hotéis, centros de consumo

¹¹ grifos meus (R.S.S)

estético, corporal e esportivo. Supervalorizou-se o indivíduo em detrimento do coletivo, elevando-o à categoria abstrata de “semi-deus”, isto é, almejou-se um modelo de perfeição humana inexistente no concreto das contradições sociais. Esse modelo, estético-corporal-saudável e, sobretudo, individual, só foi possível graças aos novos produtos e serviços personalizados. Não que ele não existisse anteriormente, o fato é que a penetração de capitais esparramados no setor de serviços, juntamente com o (des)controle/(des)governo do Estado, atingiram a Educação Física e as potencialidades de um mercado em construção.

A título de hipótese, afirmo que a burguesia, remodelando seu discurso com a área, edificou e idealizou este mercado, que, ainda em expansão, exige formalidades, isto é, formas novas como a regulamentação do profissional. Com isso espera legitimar e convencer o próprio mercado (e seus agentes econômicos) de sua eficácia e perspectiva de projeto. Aqui temos uma aparente contradição: do lado escolar, “descarta-se” a Educação Física, na área não-escolar imprime-se uma ofensiva conservadora-liberal que visa a ampliação do mercado e do lucro. Quais são as explicações convincentes para poder descosturar esta aparente contradição?

Bracht (2001:68) sustenta que desde o início dos anos noventa as bases da Educação Física na escola “tornavam-se cada vez mais frágeis”. O autor questiona o porquê do desinteresse da pedagogia conservadora para com a Educação Física. “Quais funções ela (EF) cumpria e, que agora, estariam fora dos interesses da pedagogia conservadora?” Nesse sentido sua hipótese atual é de que a contribuição da Educação Física como foi concebida para o projeto moderno-liberal-burguês (de educação) se esgotou. (cf. op.cit:73)

Cinco mudanças são apontadas para justificar o possível desinteresse da burguesia com relação à Educação Física.

Essas mudanças explicam, em parte, por que, para o projeto liberal-burguês de educação, a Educação Física (moderna) perde importância. O neotecnicismo do projeto liberal-burguês enfatiza de forma pragmática a preparação para o trabalho. Se esse neotecnicismo tem como foco as novas tecnologias do trabalho e a flexibilização das relações de trabalho que exigem um sujeito que se adapte rapidamente às novas exigências tecnológicas, e as relações de trabalho, que são capacidades fundamentalmente de caráter intelectual, por que desperdiçar tempo com a Educação Física no currículo oficial básico? É muito mais vantajoso oferecer as práticas corporais como serviços pelas escolhinhas em horário extra como opção de “consumo”. O oferecimento dessas atividades complementares, no entanto, segue a lógica do mercado: há oferecimento enquanto houver consumo. O lazer é também uma questão privada dentro dessa concepção. Além disso, o lazer é a recompensa e espaço de consumo na ótica do Capital para o qual o consumidor não precisa ser educado (muito menos criticamente); o consumidor precisa ser seduzido, e ele pode ser seduzido por meio de formas mais eficientes e econômicas do que manter a Educação Física na escola. (Bracht, 2001:75-6)

Diante do exposto pode-se concluir que a tendência de crescimento (e aposta da burguesia) hoje, no setor não-escolar da Educação Física foi a oportunidade do início dos anos noventa e potencialidade dos dias atuais. Isso, obviamente, não significa um processo irreversível.

A QUESTÃO DOS CONDICIONANTES DA BUROCRACIA

A hegemonia neoliberal não abre mão da burocracia como instrumento de controle, de poder, de organização e regulamentação. A reprodução da sociedade burocrática

implica no aceite das normas, da estrutura jurídica e é também uma forma de controle produtivo e social. Tal engrenagem faz parte da atual sociedade (pós)moderna, da sociedade das organizações e das classes e por isso, necessária para o desenvolvimento econômico.

As atuais formações institucionais não desconsideram os mecanismos burocráticos, antes, empenham-se em aperfeiçoá-los, dotando-lhes de energia competitiva. A competição, por sua vez, acentuou o burocratismo das atividades humanas. As novas faces destrutivas da contemporaneidade comprovam que os elementos de crise do capitalismo estão mais vivos do que nunca. Burocracia e competição nessa lógica, caminham na contra-mão de uma vida cheia de sentido.¹²

Dentro da regulação do capitalismo as transformações do processo de trabalho foram operadas com base nas relações salariais (participação sindical) e possibilidade de novas esferas de ação do capital, ou seja, a instauração e deflagração da crise não como um fator isolado,

¹² Os princípios e formas da burocracia sintetizados por Fernando C. Prestes Motta, no livro “O que é burocracia” auxiliam numa compreensão clara do tema. Recuperando o teoria de Weber, o autor destaca a organização burocrática do Estado (elite política; corpo de funcionários administrativos; força pública, civil e militar) e salienta os principais aspectos de seu papel: “O papel das organizações burocráticas não é apenas produzir bens, capital, serviços, pessoas, nem mesmo idéias e imagens (...) também não se atém a reproduzir a mão-de-obra, ou força de trabalho por meio do salário que garante sua sobrevivência (...) vai além mesmo da reprodução das desigualdades sociais e culturais. O papel social das organizações burocráticas se manifesta concretamente no exercício do *controle social* que se torna possível pelas relações de poder, que são sempre relações entre desiguais. (cf. Motta, 1981:44)

mas intrínseco ao processo contínuo de criação-destrutiva/destruição-criativa.¹³

Quais são as principais mudanças na ordem do capital capazes de acentuar o fetichismo da mercadoria? O que é diferente em relação ao “imperialismo” da época de Lênin? Mesmo considerando os aspectos relativos à mundialização do capital (poderosas transações financeiras) dois fenômenos imediatos nos ajudam a compreender a face podre da burocracia e os desdobramentos da regulamentação da profissão Educação Física: crescimento medíocre e desemprego em massa. O primeiro, discutido anteriormente, um processo degradante que descarta o trabalho e atua na regressão e estagnação da atividade humana. O segundo, também abordado em item anterior, resultado caótico da falta de perspectiva, motivação, condições estruturais e subjetivas. A Educação Física experimentou as duas tendências (crescimento medíocre e desemprego em massa) e encontrou no aporte burocrático da regulamentação a saída para sua crise. Nesse sentido por que a burocracia em seu sentido putrefato acentua os fetiches e as ilusões institucionais, muitas vezes imbecilizando o ser? O que tem envolvido os sujeitos que aderiram à tese da regulamentação senão essa pseudo-proteção chamada burocracia, que legitima, dá confiança e “protege a nova profissão”? É um quadro complexo que

¹³ Criação-destrutiva/Destruição-criativa é uma expressão cunhada por David Harvey em *Condição Pós-Moderna*.1992. Uma de suas referências é a “Escola da Regulamentação” (Aglietta, Lipietz e Boyer) “Seu argumento básico – Um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação (...) Tem que haver uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras, segundo Lipietz, tem o nome de modo de regulamentação” (Harvey, op. Cit: 117)

envolve o sucateamento do espaço escolar, a falta de diretriz pública e a consciência do professorado, cada vez mais voltada para o individualismo.

Sabe-se que a pura negação dos elementos centrais destes princípios (burocracia e competição) desconsidera a perspectiva de organização concreta dos trabalhadores. Reside aqui um aspecto fundamental para qualquer mobilização consciente e contrária às amarras podres da burocracia: a rebelião pressupõe rebeldes pacientes, isto é, dispostos à paciência revolucionária (teórica e prática) que conduz, por meio de uma direção, à ação revolucionária. Negar a burocracia é burrice. É preciso experimentá-la e sugar o poder que ela pode oferecer para apimentar a engrenagem das contradições sociais.

É portanto, no processo administrativo, entendido como forma de planificar as atividades, que a burocracia aliena, domina e reproduz sua força. Através da hierarquia das funções, pequenos círculos são formados com o intuito de coagir e conservar a dominação. Este é o lado negativo da burocracia. Há todavia, formas internas que permitem um certo trânsito de liberdade entre as esferas hierárquicas, entre as quais, alguns cargos (e poderes) podem favorecer aqueles que lutam a favor da verdadeira liberdade. Mas os limites deste trânsito estão definidos por regulamentos (rígidos e/ou flexíveis); relações de mando e subordinação; prioridade documental comprovada por papel; controle de horário dos empregados e do cumprimento de tarefas, normalmente destinadas à alienação/estranhamento da criatividade crítica. Cabe a pergunta: Como a burocracia pode ajudar as instituições no sentido de desamarrá-las, dotá-las de procedimentos autenticamente democráticos e favorecer a organização daqueles que vivem do trabalho?

Partindo do princípio de que a Educação Física é sobretudo educação, descrevo algumas possibilidades para o enfrentamento atual contra os burocratas. Como a concepção do sistema Confef/Cref está restrita ao mercado, a validade

desta tese está circunscrita à opção político-ideológica daqueles que são contrários ao atual sistema educacional. As exigências burocráticas são: quando formado, o professor de Educação Física, na busca de seu primeiro emprego, defronta-se com a necessidade do registro/licença para atuar e um currículo que pelo menos aponte a perspectiva profissional almejada. Como na atualidade, a competição por emprego está mais acirrada, estes dois elementos são fundamentais para a inserção e (re)alocação profissional. Como mediação, a burocracia auxilia o trâmite das relações hierárquicas, profissionais e pessoais, isto é, transforma as pessoas em papéis. As exigências da competitividade no setor educacional são: conhecer e interagir com as Novas Tecnologias da Comunicação e Informação; investir na atualização científica, técnica e cultural; desenvolver comportamento ético e capacitação para a cidadania. (cf. Libâneo, 1998: 28-62) Assim, os interlocutores da tese de uma qualidade total para a educação também apostam numa nova perspectiva burocrática, já que a atual, é uma massa falida, um entrave para o desenvolvimento. Dizem que a estabilidade dos funcionários públicos não deve existir, pois isso causa acomodação e acentua o burocratismo das atividades. São essas as mesmas pessoas que discursam sobre um modelo ideal planejado e estável mas que na prática assumem a dinâmica da rotatividade, do lucro, do mercado para si, da repressão simbólica, da demissão injustificada etc. Burocracia e competição são ingredientes saudáveis para os defensores da regulamentação. Entretanto, as seguintes contradições ainda permanecem: a obrigatoriedade do registro para professores que exerçam suas atividades em instituições educacionais; a abrangência, competência e fiscalização do conselho profissional no campo de trabalho; a transparência no que se refere à ética e aos processos eleitorais internos do conselho, mas o mais importante, a própria Lei 9.696/98 que é a pura contradição da área!

Por outro lado, os conselhos Federal e Regionais nada fazem no sentido de organizar e qualificar os professores de Educação Física. Atuam burocraticamente, reforçando o status-quo de uma “profissão” nascida à fórceps e que possibilita uma entrada mercadológica (setor de serviços e consumo das práticas corporais, esportivas etc) das mais vantajosas e lucrativas.

Nada constroem para os usuários das praças públicas de esporte, ruas de lazer, atividades em que normalmente aqueles que não podem pagar usufruem. O consenso continua girando em torno da responsabilidade profissional, de uma ética imposta e de um registro ilegal e ilegítimo. Como lembra Lucena (1994:54)

Há na gênese da Educação Física, um projeto jurídico que se sobrepõe ao pedagógico (...) Projeto legislativo acertado em propostas que visavam tornar a Educação Física um real e valoroso instrumento de formação (transformação?) racial, preparar um homem forte no propósito de uma economia que buscava modernizar-se industrialmente. (Lucena, 1994:54)

O espírito legalista está presente em boa parte do professorado brasileiro.¹⁴ Mas parece que ainda não foi feita uma clara distinção. Refiro-me ao entendimento e aos desdobramentos jurídicos. Há aqueles que se pautam pelo fiel cumprimento da Lei, sem questioná-la e as vezes, fazendo dela um instrumento de manipulação. Há aqueles que consideram

¹⁴ Controles objetivos e subjetivos se mesclam na burocracia legal do ensino: Diários de classe, frequência, notas, faltas, conteúdo programático, rasuras, datas, calendário, reposições, avaliações, relatórios etc. Os padrões (Estado e empresários da educação) “põem o chicote” nas regras do trabalho, “açoiando o professorado” através das regras do trabalho, ou seja, causando todo tipo de intimidação e constrangimento dentro e fora do trabalho, através das regras do trabalho (horário de entrada e saída, faltas, diários etc)

vitais os aspectos burocráticos da lei, pois só assim conduzirão as pessoas ao esclarecimento e à organização. Só assim vislumbram a democracia e portanto, a ordem. As duas partes não são “farinha do mesmo saco”, mas forças antagônicas que coincidem no mesmo campo de atuação, a burocracia.

A esportivização da Educação Física parece trilhar esses determinantes, afinal é nela que os burocratas da área se apóiam. O esporte em si, continua vivo, é um dos fenômenos sócio-culturais de maior importância para o homem, podendo ser pedagogizado, ideologizado e vendido como produto descartável através de poderosas estratégias de marketing. Mas, se de um lado, a estrutura funcionalista promove através do esporte, a ascensão de sua política nos níveis hegemônicos do conservadorismo atual, de outro, a perspectiva de entendê-lo para todos, com canais democráticos de participação popular e afirmação coletiva de uma identidade, organizada para uma efetiva cooperação, ainda é um tabu.

Decididamente o que tivemos na Educação Física ao longo de pelo menos três décadas, foi um acirramento na luta política interna, uma maior disputa esquerda x direita. As ramificações do debate sobre a regulamentação aumentaram as rivalidades, as divergências históricas de concepção da área. A década de 1990 só aprofundou tais cortes. Foi uma das piores fases para os trabalhadores brasileiros pois além da ofensiva do capital, patrocinada pelo neoliberalismo, o recuo das lutas foi sensivelmente elevado. Também foi uma das piores fases (senão a pior) para a Educação Física Brasileira.

A crise do capitalismo reproduzida em vários lugares sociais de realização do Capital conseguiu atingir a subjetividade dos trabalhadores e suas organizações sindicais, que reformularam seus rumos e suas táticas de enfrentamento. As seguintes mudanças estiveram presentes: impactos das transformações produtivas e sociais que estão mediadas na Reforma do Aparelho do Estado; mudanças históricas no padrão de regulação social e na conseqüente regulamentação trabalhista; empobrecimento do povo brasileiro pela via da

recessão econômica e pelo conjunto da política social pós Plano Real. O que importa assinalar é que a regulamentação da Educação Física está dentro desse caldo político-ideológico da burocracia estatal e privada do país nos anos noventa. A ofensiva reacionária do grupo que encabeça o Conselho Federal apóia-se no burocratismo podre, que é a razão do seu existir; aproveita-se do poder institucional neoliberal, regido pelo novo padrão de regulação, uma espécie de conflito ameno entre trabalho e capital. Nesse sentido procura aparentemente democratizar uma área que pouco conviveu com a democracia.

A intelectualidade mais progressista, conhecedora da recente história que fraturou parte desse projeto retrógrado também encontra-se perplexa e sem ação.¹⁵ O que pode fazer, além de constatar e talvez (re)definir o quadro do consenso x conflito preconizado por Oliveira (1994:26) para a Educação Física no Brasil? Disse o autor que:

A intervenção de um pensamento à esquerda prioriza temas de inspiração político-ideológica, no encaixo do desvelamento de problemas sociais. Partindo do pressuposto de que Educação Física é educação, buscam-se alternativas para criar uma outra Educação Física. Esses profissionais demonstram que a prática pedagógica é atravessada pelo político, e vêm sendo questionados pela maioria conservadora que os rotula de militantes políticos. Alegam que Educação Física é uma coisa, e política, outra. O debate, porém, está instaurado, e aos conservadores só resta a alternativa que tanto criticam: a militância política. Militância conservadora, mas militância antes de tudo. A pedagogia consensual não se sustenta mais com a energia de antes. As contradições da pedagogia do

¹⁵ O que realmente significa ser CONTRA a regulamentação? Quais as verdadeiras posturas dos estudantes, professores e pesquisadores da Educação Física Brasileira? Qual o verdadeiro papel do CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte) nesta questão?

consenso cedem terreno para o surgimento daquela que se lhe opõem: a pedagogia do conflito.(Oliveira, 1994:26)

A direita da área promoveu sua militância em torno da bandeira da regulamentação da profissão e vem sendo, por enquanto, vitoriosa em sua empreitada. Mas tal vitória deve ser relativizada, afinal, apoiou-se na burocracia, na sua face podre, nos mecanismos ilusórios de “salvação” dos problemas dos professores de Educação Física. Da mesma forma que o Plano Real foi um esquema montado em Washington para a sangria do povo brasileiro, conseguido pelo “milagre” da derrubada da inflação, a regulamentação da Educação Física invadiu a mina virgem de ouro, possibilitada pela burocracia. Além disso, flexibilizou o discurso, triturou os chamados leigos da área e vendeu prosperidade “de graça”. Boa parte da esquerda calouse por que, em direção oposta, também via na burocracia, o caminho da mudança na Educação Física, ou seja, “uma outra Educação Física” nas palavras do autor.

Neste ponto sou forçado a acentuar a crítica no pensamento progressista da área, pois parece que apesar dos feitos, ainda é um pensamento abstrato, diversionista, impotente e pouco influente. Escrevendo sobre a “Sagrada Família da Educação Física”, Freitas (1997:07) critica o academicismo da crítica-política que não tem eficácia e eficiência para resistir ao projeto dominante.

Por que a sagrada família não assume que a politização da sua prática pedagógica tem sido no sentido da reprodução e que é a ideologia burguesa que dita regras incondicionais à sua práxis? (...) Por que a desmesurada regra, quase psicótica dos adeptos da mediação hipócrita, em apresentar os desportos e a educação física como cultura corporal de movimento e/ou práticas pedagógicas escoimadas de preconceitos e pré-noções, enfim, escoimadas da política e da ideologia? (...) Ocupada por demais com críticas

fuleiras, não pode perceber o desserviço prestado à classe operária e o grande serviço doado à burguesia, muitas das vezes, via um jogo de bola bizarro ou pela procura imbecilizante da definição do “que é educação física?” (...) perdida na busca de definições comuns e universais, a sagrada família não chegará em tempo a lugar nenhum muito distante da proeminência distal do próprio nasal e, por isto mesmo, não percebe o papel fulcral conservador da sua prática-teórica. (Freitas, 1997:07-10)

Há um outro aspecto que também merece ser levantado aqui. Diz respeito à formação em Educação Física, abordada não pela via curricular, mas pelo eixo filosófico. Quem serão as próximas pessoas promotoras da Educação Física regulamentada? Entra nesta discussão, a fiscalização em relação aos “maus” profissionais, a cassação de registro, os cursos de capacitação, a política e o político como dimensões de uma mesma esfera: as perspectivas concretas dos trabalhadores encontrados em situação desfavorável e submissa. Esse é um assunto polêmico que merece muito debate. Qual será o papel da ala mais progressista da área e daquela mais a esquerda? O filme já foi passado anteriormente, principalmente cenas relativas a processos eleitorais nas Apefs (Associações de Professores de Educação Física).

A verdade é que a regulamentação da Educação Física promove a falsa segurança da estabilidade de uma profissão reconhecida. Isso não é pouco diante do medo coletivo, imposto e promovido pela perspectiva do desemprego ou sub-emprego, mas é uma forma ilusória e de enganação, construída arbitrariamente.

Esta burocracia portanto, é absolutamente ineficaz no combate às tendências de autonomização irracional, como a que vivemos atualmente. Assim, a principal tarefa para aqueles que desejam desmontá-la é construir na contra-mão deste

“salve-se quem puder”, regras e regulamentos racionais de trabalho, visando uma burocracia planificada, democrática e justa para a organização dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-Neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

Belluzzo, Luís Gonzaga. Do PF à fast food. In: **Para entender o Brasil**. São Paulo, Alegro, 2000.

Boito Jr, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**, São Paulo, Xamã, 1999.

Bracht, Valter. Saber e fazer pedagógicos: Acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: **Educação Física Escolar: Política, Investigação e Intervenção**, Vitória, Proteoria, 2001.

Fernández Enguita, Mariano. **Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

Fernandes, Luís. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: **Pós-Neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

Freitas, Francisco Mauri de Carvalho. **A sagrada família da Educação Física**, Vitória, CEFD/UFES, 1997.

Gomes, Luís Marcos. **Os homens do presidente**. São Paulo, Viramundo, 2000.

Harvey, David. **Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Loyola, 1992.

Libâneo, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente, São Paulo, Cortez, 1998.

Lucena, Ricardo. **Quando a Lei é a regra**. Vitória, CEFD/UFES, 1994.

Netto, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**, São Paulo, Editora e Livraria Ciências Humanas, 1981.

Oliveira, Vitor Marinho de. **Consenso e Conflito da Educação Física**, Campinas, Papyrus, 1994.

Rabelo, Renato. Informe político, **Jornal A Classe Operária**, 2001.

Sadi, Renato Sampaio. **Os condicionantes políticos da formação docente**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1996.

_____. A qualidade da Educação Física Escolar. In: **Educação Física Escolar: Política, Investigação e Intervenção**, Vitória, Proteoria, 2001.

Schwartzman, Hélio. **Universidade e Modernidade: um paradoxo**. Folha de São Paulo, 06 de dezembro de 2001

Sobrinho, Barbosa Lima. Antes que se perca. In: **Para Entender o Brasil**, São Paulo, Alegro, 2000.

OS IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Marcelo Moraes e Silva¹

Renata Aparecida Alves Landim²

Resumo: Este trabalho apresenta os impactos da regulamentação da profissão de Educação Física na prática pedagógica escolar.

“Na realidade, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas.” (GRAMSCI, 1991, p.14)

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo demonstrar a relação de adaptabilidade, que o processo da regulamentação tem com o capitalismo neoliberal e com sua destrutiva lógica de mercado. Pretende-se, também, vislumbrar os possíveis impactos que esse sistema pode proporcionar à Educação Física e a sua prática pedagógica.

Para alcançar tal intento, acha-se necessário realizar uma rigorosa análise do neoliberalismo e do seu processo de reestruturação produtiva, como também das metamorfoses que elas implicaram na forma de ser dos trabalhadores e nos processos de formação humana e, em especial, na função da Educação Física dentro dessa nova ordem. Acredita-se que assim se possa compreender melhor o que esse

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Aluno do curso de especialização em Pedagogia Escolar, do IBPEX, Curitiba- PR.

² Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

reordenamento do capitalismo empurra para a profissão de professor de educação física. Gramsci (1991, p. 36) fornece algumas contribuições sobre o objetivo do estudo:

“... o trabalho filosófico sendo concebido não mais apenas como elaboração individual de conceitos sistematicamente coerentes, mas além disso, e sobretudo, como luta cultural para transformar a mentalidade popular e divulgar as inovações filosóficas que se revelem històricamente verdadeiras, na medida em que se tornem concretamente, isto é, histórica, e socialmente, universais...”. (Grifos do autor)

A NOVA ORDEM MUNDIAL

Após a queda do Muro de Berlim, no final dos anos 80, o socialismo real foi considerado algo superado. Intelectuais apologéticos ao capital como Francis Fukuyama (apud Frigotto, In: Frigotto, 1998, p.38-39), afirmaram que era o “Fim da História”. O sistema capitalista foi considerado vencedor, não restando outra alternativa senão adaptar-se a essa nova ordem social. O atual sistema vigente do capitalismo é denominado de neoliberalismo. O que é neoliberalismo?

Segundo Anderson (In: Sader e Gentili, 1995, p. 9-10) o neoliberalismo é um fenômeno distinto do liberalismo clássico do século XIX. Para esse autor a doutrina nasceu após o fim da Segunda Grande Guerra e tinha como objetivo ser uma reação contra o Estado intervencionista e de Bem Estar Social (Welfare State). A primeira obra foi de autoria de Friedrich Hayek publicado em 1944, “*O caminho da servidão*”. O livro tinha como intento atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado e combater a social democracia que estava numa fase de crescente expansão na Europa Ocidental. Afirmava-se que a política social democrata iria conduzir a humanidade ao mesmo caminho do nazismo alemão, à “servidão moderna”. A partir de 1947 Hayek e seus

seguidores (destaque para Milton Friedman, Karl Popper e Michael Polanyi), começaram a preparar o sustentáculo teórico para um capitalismo duro e livre de regras.

Como o capitalismo vivia seus anos dourados com o Estado de Bem Estar Social, as teorias neoliberais tiveram que esperar até o início da década de 70 para começar a ganhar destaque no cenário mundial. Frigotto (1996, p. 69), analisa muito bem esse momento de transição do sistema capitalista:

“ A crise de caráter planetário, que se explicita particularmente nos anos 70, tem suas raízes bem mais remotas. Contraditoriamente, a crise dos anos 70 tem sua gênese nas estratégias de superação da crise dos anos 30. As políticas do Estado de Bem Estar e os governos da social-democracia não tiveram a capacidade de estancar um modelo de desenvolvimento social fundado sobre a concentração crescente de capital e exclusão social.” (Grifos nossos).

Anderson (op.cit., p.10-11), comenta que para os defensores do neoliberalismo a causa dessa recessão iniciada nos anos 70 era o excessivo poder dos sindicatos e dos movimentos operários que na luta por melhores condições acabaram com as bases de acumulação do capitalismo. A solução neoliberal para a superação dessa recessão era romper o poder dos sindicatos e economizar em todos os gastos sociais e intervenções econômicas. Para isso ser efetivado eram necessárias: estabilidade monetária, disciplina orçamentária e a criação de um exército de reserva de trabalho. Tudo isso com o objetivo de enfraquecer cada vez mais os sindicatos e incentivar os grandes agentes econômicos. Entretanto Gentili (In: Frigotto 1998, p. 87), aponta como a causa verdadeira da crise a estrutura capitalista, pois nesse modo de produção ou em qualquer de suas variantes sempre haverá geração de pobreza e desigualdade.

Somente em 1979 um governo assumiu o neoliberalismo como sua política oficial de capitalismo. Foi a Inglaterra com Thatcher (1979), sendo logo seguida por Reagan nos EUA (1980) e Kohl, na Alemanha (1982)³. Pouco tempo depois quase todos os países da Europa Ocidental já estavam praticando essa forma de capitalismo. No início da década de 90 os antigos países socialistas, os do continente asiático e da América Latina também já estavam envoltos nessa nova onda neoliberal. (ANDERSON, op. cit.)

No começo dos anos 90 a política de globalização do neoliberalismo começou a ganhar força e destaque em todo o globo terrestre. Para Chesnais (1995, p.1), trata-se de um novo regime mundial de acumulação, dependente do capital privado, com características marcantes como baixas taxas de crescimento do PIB, deflação rastejante, conjuntura instável, alto nível de desemprego estrutural, marginalização de regiões em relação ao sistema de trocas e uma concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da Tríade. Este regime seria, segundo o autor, fruto de uma nova fase do processo de internacionalização do capital na qual ele prefere denominar “mundialização do capital”. Desta forma, o capital voltava a ter a liberdade de movimento de um continente para o outro, condição que ele não possuía desde de 1914.

A seguinte passagem no texto de Chesnais (op.cit. , p..3), mostra como essa nova forma de capitalismo surgiu:

“ No alvorecer do século XXI, a globalização constituiria a própria expressão da modernidade, notadamente por ser o resultado das forças de mercado, finalmente liberadas pelo menos parcialmente, das correntes

³ Anderson (op.cit, p. 19) afirma que apesar de a Inglaterra ter sido o primeiro governo a oficializar o neoliberalismo, as primeiras experiências foram no Chile na época da Ditadura Pinochet e foram atentamente observadas pelos conselheiros da ministra Thatcher.

nocivas com que o Estado lhes manietou durante meio século.” (Grifos do autor).

Atualmente o neoliberalismo e as políticas de globalização e mundialização dos capitais vêm se modernizando, procurando adaptar-se às novas exigências econômicas. Nesse sentido ganha um grande destaque o “New Labour” e a “Terceira Via”⁴ do primeiro ministro britânico Tony Blair. Segundo Antunes (2001, p. 95-99), essa prática capitalista procura ser um caminho alternativo entre a social democracia e o neoliberalismo clássico da Era Thatcher mesclando o liberalismo com alguns traços da social democracia, tendo como característica básica efetuar uma continuidade à fase thatcherista. Devido ao desgaste natural da forma clássica tornou-se necessário que o capital formulasse uma nova alternativa que preservasse o essencial das transformações neoliberais. Blair continuou a defender valores clássicos como economia de mercado, flexibilização do trabalho, desregulamentações e economia globalizada e moderna. Considera como arcaica heranças do Welfare State como os direitos trabalhistas. Trata-se de uma política econômica que se apresenta como uma alternativa entre a social democracia e o neoliberalismo clássico. Antunes aponta que essa variante capitalista neoliberal é fruto do esgotamento da sua forma clássica e trata-se de uma renovação da social democracia. Seu intuito principal continua a ser o mascaramento da realidade social.

É nesse cenário que se desenvolveu o neoliberalismo o que provocou diversas mudanças no seio da sociedade. Analisar-se-ão as metamorfoses ocorridas na forma de organização do trabalho na mudança do paradigma produtivo e suas implicações na classe trabalhadora.

⁴ Para maiores considerações a respeito dessa política neoliberal britânica consultar Antunes (2001, p.61-99).

AS METAMORFOSES NO TRABALHO: DOS PARADIGMAS FORDISTAS/TAYLORISTAS AOS MODELOS TOYOTISTAS DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Com o início da crise da denominada Era de Ouro, o Welfare State e seu paradigma de produção fordista/taylorista começou a emitir sinais de esgotamento. Como resposta dessa crise houve um processo de reestruturação da produção e da forma de organização do trabalho. O objetivo desse reordenamento era instrumentalizar o capital para retornar aos antigos patamares de desenvolvimento. Segundo Antunes (op. cit. p. 32-36), nesse período ocorreu um grande ataque do capital sobre as classes trabalhadoras e principalmente nas condições em que o fordismo propiciou esse segmento. Houve, dessa forma, um amplo processo de reestruturação produtiva. O principal objetivo não era a mudança da estrutura capitalista, mas de sua dimensão fenomênica⁵, reestruturando-as sem transformar os pilares do modo de produção. Com isso houve uma transição do modelo fordista/taylorista para as novas formas denominadas de acumulação flexível.

O fordismo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado e na divisão das tarefas. Suprimia a dimensão intelectual do trabalho transferindo esse cargo para a esfera da gerência científica. A atividade laboral reduzia-se a

⁵ Segundo Kosik (1995, p. 15): “O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.”

mera ação mecânica e repetitiva. Conforme foi salientado, esse paradigma produtivo começou a dar sinais de esgotamento nos finais dos anos 60 e início dos anos 70. Um fator que agravou essa crise foi que nesse mesmo período ressurgiu no cenário as ações do movimento operário contra o capitalismo. Uma nova mentalidade de consciência de classe foi construída pela social democracia. A luta de classes estava novamente presente nas ações dos trabalhadores. (ANTUNES, op. cit. p. 36-41).

Com a implementação do neoliberalismo o capital começava a exigir a substituição do paradigma fordista/taylorista, pois esta nova forma de capitalismo objetivava enfraquecer cada vez mais a classe operária. Nesse sentido a introdução do toyotismo na Europa foi ao encontro dos novos interesses capitalistas que objetivavam enfraquecer o Welfare State e toda a “classe que vive do trabalho”⁶.

Essas metamorfoses iniciadas com os processos de reestruturação dos capitais instauraram uma nova forma de organização industrial e, portanto, de todo o relacionamento entre o capital e o trabalho. O processo de transição iniciado pelas novas tecnologias exigiram diferentes processos de

⁶ Segundo Antunes (op. cit. p. 103-104), esse termo é uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui-se todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salários. Incorporam o proletariado industrial, os assalariados do setor de serviços e os trabalhadores rurais, além de também abranger o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, os trabalhadores terceirizados, os assalariados da economia informal e os trabalhadores desempregados expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital que aumentam o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural. Nesse segmento excluem-se os gestores do capital, os altos funcionários que possuem papel de controle no processo produtivo que recebem rendimentos elevados, os que vivem de especulação e de juros e os pequenos empresários.

organização do trabalho, principalmente dos advindos do modelo toyotista. Surge, dessa maneira, uma nova forma de relação produtiva, passando do modelo fordista/taylorista pautado na divisão do trabalho para o modo toyotista relacionado no princípio da acumulação flexível mais participativo, descentralizado, autônomo e com maior capacidade de abstração que o modelo anterior.

Segundo Assis (In: Ferretti et. al. 1994, p. 194), as novas qualidades exigidas por essas novas tecnologias⁷ e pelos processos organizacionais foram: o raciocínio lógico, a habilidade para aprender novas qualificações, a capacidade de resolução de problemas e de decisões, a responsabilidade com o processo de produção, ou um profissional multidisciplinar, flexível e polivalente. Devido a essas competências exigidas pelo capital ocorreu uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalhador acarretando maior qualificação do trabalho e uma desqualificação do trabalhador.

Todo esse reordenamento do capitalismo fez com que houvesse por parte do capital uma grande ampliação do setor de serviços trabalhos de caráter parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. Suas principais características são a precariedade dos empregos e salários, desregulamentação das condições de trabalho, regressão dos direitos sociais e ausência de proteção sindical. A atual tendência desses mercados de trabalho e a redução dos números de trabalhadores centrais e a contratação cada vez maior de trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho facilmente e são demitidos posteriormente sem custos.

Devido aos fatores acima mencionados tornou-se de grande importância para o capital que os trabalhadores adquirissem novas competências. Segundo Andrade (1996, p. 88-102), surge a exigência de um novo tipo de homem orgânico ao capital e sintonizado com o novo tipo de trabalho e

⁷ Mais detalhes sobre os impactos das novas tecnologias na forma de ser do trabalhador consultar Assis (In: Ferretti et. al. 1994, p.189-201).

produção, além de estar sintonizado com nova ótica de livre mercado⁸ e consumo, ou um perfeito homem neoliberal.

Todos os fatores mencionados sobre a reestruturação dos capitais fez com que ocorressem profundas mudanças nos processos de formação humana, principalmente no âmbito educacional. É sobre essas mudanças na educação que se tenta expor no próximo item do presente ensaio.

O NOVO PAPEL DA EDUCAÇÃO

A partir de 1990, com a ascensão de Fernando Collor à Presidência da República e, depois, com Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o país passou a seguir à risca toda a cartilha neoliberal. Devido a esses fatores o governo começou a implementar as reformas liberalizantes propostas pelo Banco Mundial. Segundo Soares (In: Tommasi, Warde e Haddad, 1998, p. 15), esse organismo exerce influência nos rumos do desenvolvimento mundial, principalmente nos países que passam pelo processo de reestruturação neoliberal, como é o caso do Brasil. A recusa dessas políticas globalizantes levaria a uma marginalidade econômica, política e cultural.

Soares (op. cit., p.17), afirma que o Banco Mundial :

“... financiou um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente.[...] E as políticas recessivas acordadas com o FMI e os programas de estabilização e ajuste da economia brasileira levaram o

⁸ Marcuse (1982:24) emite uma opinião bem marcante em relação a essa “liberdade de mercado” : “ *Se o indivíduo não mais fosse compelido a se demonstrar no mercado como um sujeito econômico livre, o desaparecimento desse tipo de liberdade seria uma das maiores conquistas da civilização.*”

país a apresentar, no início dos anos 90, um quadro de agravamento da miséria e da exclusão social sem precedentes, com cerca de 40 % da população vivendo abaixo da linha de pobreza.”

Esses organismos internacionais exigem profundas mudanças em todo o sistema educacional brasileiro. Segundo Neves (In: Lesbaupin, 1999, p. 134), esse campo passa por uma redefinição no tipo de formação do novo trabalhador. A educação brasileira se direciona de forma orgânica para efetivar a subordinação da escola aos interesses empresariais.

Devido aos acontecimentos acima mencionados não fica difícil de perceber que no campo educacional tudo vem sendo muito alterado pelo neoliberalismo. A teoria do capital humano volta a ser defendida em larga escala pois, novamente, a educação passa a ser vista como uma forma de garantir a empregabilidade. Nesse sentido, que teóricos apologéticos do capital como Fukuyama (apud Anderson, 1992), afirmam que não existe desemprego estrutural mas trabalhadores inadaptados culturalmente. Nessa mesma linha de pensamento Carlos Alberto Júlio, professor dos cursos de MBA, do ITA e da USP, em coluna escrita no jornal Gazeta do Povo, em 24 de janeiro de 2002, afirma que para não sofrer o tormento do desemprego estrutural o novo perfil de homem exigido pela globalização é o seguinte:

“... na chamada era do conhecimento a regra é educar ou morrer. Educação, nos sentidos mais strictus da palavra – a possibilidade de saber o suficiente para decidir, continuar a assimilar as novas tecnologias, comportamentos e sobretudo, monitorar mercados e oportunidade – parece ser um elemento chave da questão da empregabilidade. Mais do que isso. Busca-se o profissional generalista como perfil. Entendido aqui não como aquele profissional que sabe um pouco de tudo mas, verdadeiramente, aquele que sabe muito de

várias áreas do conhecimento. [...] Profissionais mais informados, mais informatizados, mais educados, mais tecnológicos, mais cultos e refinados. Obviamente, não há que se descartar um MBA, idiomas e vivência internacional. Um verdadeiro superhomem, uma verdadeira supermulher... [...] Confortável ou não com essa idéia, não há como recuar e, sim, adaptar-se. Afinal, Darwin e seus conceitos jamais foram tão presentes e tão provados: o mundo é dos adaptáveis! E você faz a diferença quando, mais que entender as mudanças, for atrás delas com um sentido de oportunidade. [...] Mudar mais que preciso, é fundamental para se obter sucesso e garantir a sua empregabilidade nos próximos anos.” (JÚLIO: IN: GAZETA DO POVO, 2002, p.23)

Entende-se que nessa nova ótica o educar para o emprego levou o reconhecimento que se deve formar também para o desemprego. Gentili (op. cit., p. 89-90), também aponta para a mesma direção:

“Educar para o emprego levou o reconhecimento (trágico para alguns, natural para outros) de que se devia formar também para o desemprego, numa lógica de desenvolvimento que transformava a dupla trabalho ausência de trabalho num matrimônio inseparável. [...] Mais do que pensar a integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o desenho das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. [...] Na era do fim dos empregos, só a competência empregatícia flexível do indivíduo pode garantir sucesso no mundo das relações laborais. [...] E essa competência deve ser procurada na escola, embora não exclusivamente.

Uma escola esvaziada de funções sociais, onde a produtividade institucional possa ser reconhecida nas habilidades que os clientes alunos disponham para responder aos novos desafios que um mercado altamente seletivo impõem.” (Grifos do autor)

Nesse sentido Silva (1997b, p.126-127), indica que nessa nova perspectiva de educação o currículo escolar deverá ser mais por que fazer e não como fazer. Com isso o fator instrução passa a ser fundamental para as novas propostas de formação de mão-de-obra. Dentro deste contexto de amoldamento ao capital surgem políticas de ajustes estruturais que têm como principal objetivo qualificar para o novo modelo capitalista. Exemplos dessa reforma são a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares.

Feita essa análise do campo educacional procura-se refletir sobre os impactos da reestruturação produtiva na Educação Física brasileira.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Como foi descrito, a opção do estado brasileiro foi o receituário neoliberal que significou a falta de responsabilidade pelas questões sociais, um Estado Mínimo para as políticas sociais e máximo nos interesses da lógica econômica. E é nesse contexto de enxugamento de gastos que a Educação Física parece ser perfeitamente descartável do novo modelo de formação humana. Nesse sentido sobre a não- funcionalidade da Educação Física no novo modelo de sociedade imposto pelo neoliberalismo, Bracht (1999, p. 82), é bastante pontual:

“Parece que a visão neotecnista (economicista) de educação que enfatiza a preparação do cidadão para o mercado de trabalho, dadas as mudanças tecnológicas

do processo produtivo, pode prescindir hoje da EF e não lhe reserva nenhum papel relevante o suficiente para justificar o investimento público...”

A nova LDB, em seu artigo 26, parágrafo 3º, estabelece que: “ *A educação física, integrada a proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa no ensino noturno.*” E no seu artigo 27, inciso IV, traça como diretriz “ *a promoção do desporto educacional e o apoio às práticas das atividades não formais.*” (OLIVEIRA 1999, p. 4).

A interpretação das passagens da LDB permite perceber que a Educação Física não está garantida como componente curricular. Nesse sentido Oliveira (op.cit., p.4), aponta a real situação da Educação Física no sistema de ensino:

“... uma análise da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional demonstra o espaço reservado hoje para a Educação Física (no sentido mais amplo) nos currículos básicos: nenhum! A ambigüidade da nova lei não garante qualquer possibilidade de permanência da Educação Física nos currículos da escola básica.”(Grifos nossos).

Nesse contexto de amoldamento ao capitalismo surgem várias propostas para a Educação. Silva (2000, p.3), destaca que sob rótulo de “modernização nacional” grupos conservadores se reordenam de modo corporativista e de adaptação ao neoliberalismo, em favor das atividades físicas do meio não-formal por meio da regulamentação da profissão., mudança que segundo esse grupo acarretará melhores condições de trabalho e salários, além de garantir a empregabilidade em tempos de grande desemprego.

Silva (1997a, p. 900) indica-nos que o interesse dos professores de Educação Física pelas áreas não-formais decorre da pouca valorização social, dos baixos salários e das precárias condições que são oferecidas aos profissionais que se dedicam ao ensino público fundamental e médio. Salienta, ainda, que esse reordenamento se deve a um maior reconhecimento social alcançado por essas práticas. Afirma também a imagem social de um graduado num curso universitário que se dedica ao magistério e de alguém que renunciou à ambição econômica em favor de uma vocação ou de quem não soube ou não pode encontrar algo melhor.

Em relação a esse reordenamento surgem algumas dúvidas pontuais. Será que esse crescimento do prestígio social realmente ocorre no exercício profissional do ramo não-formal? As atividades escolares propiciam salários menores? E os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores da área escolar? E a precarização das atividades não-formais? O reordenamento profissional não é fruto do “sucateamento” do ensino público promovido pelo governo neoliberal?

Apoiando-se nas análises realizadas sobre o mundo do trabalho acha-se que a Regulamentação da Profissão e o sistema CREF/CONFED surgem como forma de adaptação a esse novo tipo de sociedade. Isso pode ser visualizado ao se analisar a seguinte afirmação do principal defensor do processo de regulamentação, o professor Jorge Steinhilber (1998, p. 12):

“Hoje retrógrado é quem está atrelado, ainda as antigas dicotomias esquerda-direita, progressistas-conservador. Para os dias atuais, mormente na área de educação física, importa não mais rótulos ideológicos mas sim contemporaneamente a abertura dos horizontes e afinar-se com as novas realidades que emergem.” (Grifos nossos).

Analisando-se esse trecho pode-se perceber a clara intenção de adaptabilidade ao neoliberalismo do sistema

CONFED/CREF. Entende-se que esse discurso possui semelhanças com o discurso do Fukuyama sobre o “Fim da História”. E para melhor resumir esse movimento acha-se interessante utilizar até o seguinte chavão: “A ordem capitalista é o que interessa é o resto não tem pressa.”

Ao invés de se elegerem o sistema neoliberal e os detentores do capital como os principais fatores do grande desemprego estrutural escolhem-se como inimigos centrais dos trabalhadores da Educação Física os denominados “leigos”⁹. E uma prática bastante parecida com o xenofobismo neonazista praticado na Europa contra os imigrantes¹⁰. Isso também pode ser comprovado em outro texto de Steinhilber (1996, p. 48-57):

“Normalmente me indagam por que os leigos podem atuar no nosso mercado de trabalho [...] que este mercado pertence a qualquer um. Qualquer pessoa, com qualquer formação e, mesmo sem nenhuma formação pode atuar em academias, clubes, condomínios. [...] O que estou alertando é que estarão competindo com igualdades de condições com os leigos, ex praticantes, curiosos e tantos outros que se arvoram e atuam na área de atividade física.[...] Hoje as

⁹ Esse tipo de ataque coloca os trabalhadores da Educação Física em pé de guerra contra outros trabalhadores e não atacam o que deveria mesmo ser atacado, os defensores dos meios de produção ou seja os grandes empresários do ramo das atividades físicas. Mais detalhes ver Nozaki (1998).

¹⁰ Esse tipo de acontecimento cada vez é maior não só na Europa como em todo o mundo. Tudo devido ao imenso desemprego estrutural que afeta o planeta. Exemplos pontuais dessa prática de lutas de entre trabalhadores são os ataques contra jogadores de futebol sul-americanos e africanos que atuam no continente europeu. Numa visão marxista é trabalhador contra trabalhador o que fragmenta ainda mais a “classe que vive do trabalho”.

atividades nestes segmentos são TERRA DE NINGUÉM, são ESPAÇO VAZIO. Sendo espaço vazio qualquer um pode ocupá-lo. Portanto devemos ocupá-lo antes que outros o façam. [...] Estamos permitindo a extinção da E.F curricular. Estamos permitindo a extinção do Professor de E.F. Precisamos ter coragem de reverter este quadro, ocupar os espaços legítima e legalmente. [...] Muito me preocupa a frase que a licenciada de E.F. da Faculdade Maria Teresa escreveu: ser formado em E.F, é ver um leigo fazer aquilo que você levou 4 anos para aprender.”

Esses dados só enfatizam o caráter funcional desse conselho. A sua pretensão é adaptar a Educação Física brasileira a essa ética de livre mercado onde a principal preocupação desse órgão não é com a qualidade da formação e sim com a garantia do mercado de trabalho. Sadi (2002, p. 18-19), denuncia muito bem esse aspecto da regulamentação da profissão:

“ A verdade é que a regulamentação da Educação Física promove a falsa segurança da estabilidade de uma profissão reconhecida. Isso não é pouco diante do medo coletivo, imposto e promovido pela perspectiva do desemprego ou subemprego, mas é uma forma ilusória e de enganação, construída arbitrariamente.”

Feita essa análise sobre a real intenção desse processo de regulamentação analisar-se-ão os impactos que ele proporciona à prática pedagógica da Educação Física escolar.

A REGULAMENTAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Além de todos esses fatores a Regulamentação da Profissão de Educação Física empurra uma série de fatores

que altera a forma de ser do professor, inclusive na prática pedagógica no interior da escola. Apesar de a literatura a respeito desse assunto ainda ser limitada já existem artigos denunciando esse movimento de adaptação ao capitalismo.

Palafox e Terra (1996), levantam questões relacionadas à ideologia e ao projeto de mundo presente no sistema CONFEF/ CREF. Lucena (2001) e Nozaki (1998), mostram quais serão os impactos desse processo na formação profissional. Nozaki (1999), sinaliza para onde enquadra-se a regulamentação no novo reordenamento do mundo do trabalho, enfatizando também, sobre o discurso da perda da centralidade e a crise da categoria trabalho. Sadi (2002), em instigante ensaio argumenta com muita qualidade a relação do processo de regulamentação com a face podre da burocracia nacional. Carvalho (2000), utilizando os conceitos filosóficos da dialética, tem como objetivo denunciar o real significado da ética e da moral presente no código do CONFEF/CREF. Entretanto somente Sadi (2000, p. 112), aponta para a relação da regulamentação com a Educação Física escolar: *“O projeto pedagógico ideal sofre hoje, impactos da Regulamentação da Profissão e está engessado em função da disputa prioritária do sujeito individual e profissional.”*

Palafox e Terra (op. cit., p.2), mostra como e com quais pressupostos a regulamentação pode afetar a Educação escolar:

“ ... verificamos que os principais teóricos e defensores da regulamentação, são profissionais que sempre defenderam no Brasil, uma concepção conservadora e elitista de Educação Física, relacionada com o paradigma da aptidão física e do esporte que já fora promovido durante a ditadura militar, e que agora, se encontra sendo reeditado em versão neoliberal, pelo governo FHC ...”

Sobre essas questões Sadi (2000, p. 114), aprofunda as análises:

“ O que está em disputa na Educação Física é obviamente o projeto pedagógico para a escola. Mas como tal disputa é mascarada pela burocracia escolar e pela crise educacional, que é uma das faces da crise societária, não importa o discutir, o refletir e o fazer da escola com perspectiva emancipatória. Importa o diploma, o emprego, o status social e assim a escola deve limitar seu papel à pura instrumentalização de técnicas, regras e esquemas montados para a aplicabilidade, para o funcionamento da prática. Para os defensores da regulamentação ser profissional traz, além do status, do respeito e da pompa perante a sociedade, ampliação do mercado de trabalho.”

Lucena (op. cit., p.2), seguindo nessa mesma linha de pensamento demonstra qual concepção de Educação Física é defendida pelos defensores da regulamentação:

“A partir do Código de Ética (resolução do CONFEF n.º 25/2000) e da Carta Brasileira de Educação Física, que definem o paradigma da Educação Física como aptidão física, desprezando as ciências humanas como eixo principal norteador de nossa profissão, desconsidera o debate e a produção do conhecimento, histórica e coletivamente, veiculados por setores da própria Educação Física com últimos vinte anos, o que mostra o caráter interventor do Conselho, definindo sua matriz teórica como verdade absoluta.”

Devido a todos os fatores mencionados percebe-se um grande movimento de setores conservadores orgânicos ao capital e ligados ao processo da regulamentação da profissão que, inconformados com o enfraquecimento da Educação

Física escolar e a conseqüente perda de prestígio buscam novamente mostrar a sua utilidade nesse novo projeto de formação humana.

É com a intenção de organicidade ao novo modelo de sociedade capitalista que emergem propostas pautadas no paradigma da aptidão física para serem aplicadas na escola. Destaque para a metodologia da Iniciação Esportiva Universal de autoria de Greco e Benda (1998)¹¹. A obra tem como matriz científica o positivismo¹² e pretende possuir uma organicidade com o capital objetivando adaptar-se a nova ordem mundial. Possui os mesmos anseios e a mesma linha epistemológica que a apregoada pelos defensores da regulamentação. Será coincidência? Acredita-se que não seja, senão sim mais uma metodologia utilizada por alguns membros dos setores conservadores para recuperar o prestígio social perdido junto a hegemonia dominante. Entende-se que tal proposta possui amplas possibilidades de crescimento no seio da Educação Física brasileira.

Por isso acha-se que ganha destaque a metodologia proposta por Greco e Benda, na qual Silva e Landim denominaram de neoesportivização/neotecnicismo da Educação Física. Essa proposta se diz “universal” servindo tanto para a área escolar como para a não-formal. Apresenta ainda características que mascaram a realidade por incorporarem valores ditos “críticos” presentes inclusive nas

¹¹ Ver Silva e Landim (2001 e 2002).

¹² Para Kosik (1999, p.30): “ *A imagem fiscalista do positivismo empobreceu o mundo humano e no seu absoluto exclusivismo deformou a realidade: reduziu o mundo real a uma única dimensão e sob o único aspecto, à dimensão da extensão e das relações quantitativas. Além do mais cindiu-se o mundo humano ao erigir em realidade única o mundo do fiscalismo, o mundo dos valores reais idealizados, da extensão, da quantidade, da mensuração, das formas geométricas, enquanto mundo cotidiano do homem foi declarado uma ficção.*” (grifos do autor).

propostas mais completas na Educação Física escolar como o Coletivo de Autores (1992)¹³ e Assis Oliveira (2001)¹⁴. Isto pode confundir o professorado pois, segundo Caparróz (In: Caparróz, 2001, p. 205), estes conhecem muito superficialmente as teorias críticas da Educação Física escolar.

O objetivo não é analisar tal proposta¹⁵. O intuito é somente apontar a relação existente entre a neoesportivização com o sistema CONFEF/CREF e o que ela remete para à Educação Física escolar, para que dessa forma se possa ter fundamentos bem claros para defender uma prática de Educação Física menos atrelada aos interesses da lógica do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precedida à análise sobre o atual modelo capitalista e o que ela conduz para a Educação Física fica evidente que se acredita numa sociedade mais justa e humana e numa perspectiva de Educação Física crítica e emancipatória. Deve-se posicionar de forma contrária ao sistema CONFEF/CREF. É o mesmo que Gramsci (op. cit., p.12) coloca:

“...é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser quia de si mesmo e não aceitar, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade...” (Grifos nossos)

¹³ Ver Coletivo de Autores (1992).

¹⁴ Ver Assis de Oliveira (2001): “A Reinvenção do Esporte”.

¹⁵ Os detalhes sobre a proposta de neoesportivização de Greco e Benda (1998), podem ser rigorosamente analisados nos estudos de Silva e Landim (2001 e 2002).

Motivos para uma posição contrária não faltam. Esse organismo, como demonstrado, é o que existe de mais conservador dentro da Educação Física brasileira e também o seu principal objetivo não é o fortalecimento da classe trabalhadora mas servir mais uma vez aos interesses dominantes.

O processo da regulamentação poderá levar à discussão iniciada na década de 80 e aperfeiçoada na década de 90 a estaca zero. Com isso a prática pedagógica no interior da escola mais uma vez não conseguirá efetivar-se como um verdadeiro componente curricular e continuará a ser um mero apêndice da escola ou até mesmo vir a desaparecer. Para evitar tamanho retrocesso deve-se encampar a luta contra esse famigerado conselho.

O objetivo com esse ensaio é o mesmo que Gramsci (op.cit., p.13), sugere:

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-la, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato filosófico bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um gênio filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.” (Grifos do autor)

Com essa intenção é que se espera poder contribuir para o desenvolvimento de toda Educação Física brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). *Pós- neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, p. 09-23, 1995.

_____. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

ANDRADE, Flávio Anísio. *Jogando no campo do adversário: o projeto empresarial de formação do "novo trabalhador"*. Dissertação de Mestrado, Niterói, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5º ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ASSIS, Marisa. Educação e a Formação Profissional na Encruzilhada das Velhas e Novas Tecnológicas. In: FERRETTI, C. J. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, p.189-201, 1994.

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. *A Reinvenção do Esporte: possibilidades da prática pedagógica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Caderno Cedes*, n.º. 48, p. 69-88, 1999.

CAPARRÓZ, Francisco Eduardo. Discurso e prática pedagógica: Elementos para refletir sobre a complexa teia que envolve a educação física na dinâmica escolar. In: CAPARRÓZ, F. E. *Educação Física Escolar: política, investigação e intervenção*. Vitória: Proteoria. v. 1, p.193-214, 2001.

- CARVALHO, Máuri. *Educação Física e Ética*. Mimeo. 2000.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim- de- século. *Economia e Sociedade*. Campinas (5): p.01-30, 1995.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1996.
-
- _____. Educação e Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teoria em Conflito. In: FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: Vozes, p. 25-54, 1998.
- GENTILI, Pablo. Educar para o Desemprego: A Desintegração da Promessa Integradora. In: FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: Vozes, p.76-99, 1998.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRECO, Pablo Juan. e BENDA, Rodolfo Novellino. (orgs.). *Iniciação Esportiva Universal*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2v, 1998.
- JÚLIO, Carlos Alberto. Cadê meu emprego?. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 24 de janeiro de 2001. Caderno Brasil, p.23.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 6º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LUCENA, Renata Christiane Salgues. *Formação Profissional em Educação Física*. 2001. Disponível em: www.mncr.rg3.net. Acesso em fevereiro de 2002.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, p.133-152, 1999.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Pós-Regulamentação da Profissão: Para além do contra e do a favor, reflexões no campo da formação profissional*. 1998. Disponível em: www.mncr.rg3.net. Acesso em fevereiro de 2002.

_____. *O mundo do trabalho e o reordenamento da Educação Física brasileira*. 1999. Disponível em: www.mncr.rg3.net. Acesso em fevereiro de 2002.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. *Existe espaço para o ensino de educação física na escola básica?* Mimeo. 1999.

PALAFIX Gabriel H. Muñoz e TERRA, Dinah Vasconcellos. *Regulamentação da profissão de educação Física: uma questão ideológica*. 1996. Disponível em: www.mncr.rg3.net. Acesso em fevereiro de 2002.

SADI, Renato Sampaio. Impactos da Regulamentação no projeto pedagógico ideal para a Educação Física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 21, n. 2 e 3, 2000.

_____. *Regulamentação da Educação Física: A face podre da burocracia*. Mimeo. 2002.

SILVA, Marcelo Moraes. A Educação física e os processos de reordenamento no mundo do trabalho. In: IV Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, Niterói, 2000. *Anais...* Niterói, p. 01-05, 2000.

SILVA, Marcelo Moraes e LANDIM, Renata Aparecida Alves. Metodologia da Iniciação Esportiva Universal: Uma análise crítica. In: *XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE*. 2001. (no prelo).

_____. *A Educação Física como componente curricular: Uma nova proposta hegemônica*. Mimeo. 2002.

SILVA, Marcelo. S. da. Enfoques sociológicos sobre a profissionalização docente: A questão da regulamentação da Educação Física. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, Goiânia, 1997, *Anais...* Goiânia, v.2, p. 896-904, 1997a.

SILVA, Paulo da Trindade Nerys. Globalização: a nova cultura do trabalho e seus impactos na Educação Física. *Motrivivência*. Florianópolis, 9(10), p. 121-141, 1997b.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial e reformas. In: TOMASSI, L. De , WARDE, M. J. e HADDAD, S. (orgs.) *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 2º ed. São Paulo: Cortez, p.15-40, 1998.

STEINHILBER, Jorge. Profissional de Educação Física... Existe? In: CICLO DE PALESTRAS CAEFALAF- UERJ, Rio de Janeiro, 1996. *Anais...* Rio de Janeiro: CAEFALF/ UERJ, p. 43-58, 1996.

*Pontos, contrapontos e questões
pertinentes à Regulamentação do Profissional de
Educação Física. Mimeo. 1998.*

Intervenção do Movimento Estudantil de Educação Física no processo de Regulamentação do Professor de Educação Física: uma visão histórica.¹

Renata Christiane Salgues Lucena²

Na década de 80 o Brasil encontrava-se no fim da ditadura militar e no processo de industrialização moderna. Estava se dando a partir de uma estreita associação com o capital transnacional e com tecnologias importadas, aonde a lógica dependente volta-se para fora, ou seja, produzindo não o que o povo precisa, mas aquilo que os investidores querem. O neoliberalismo se instala e com ele a homogeneização do espaço político – econômico dentro dos quadros do capitalismo mundialmente integrado, sendo este gerenciado pelo Grupo dos 7³.

Inseridas nesse contexto encontravam-se as Universidades com a expansão das particulares, enquanto que as públicas estavam sendo transformadas de autarquias em fundações, o que acarretava no processo de deslegitimação da autonomia das universidades públicas. E não sendo diferente a Educação Física estava sendo pressionada a intervir de acordo com os anseios do governo, que estava deixando de ser militarista para atender ao cunho apenas biológico. Desconsiderando inclusive as discussões que estavam se dando na época por uma Educação Física voltada para a transformação social, levando-se em consideração os aspectos

¹ Texto elaborado a partir de documentos do Movimento Estudantil de Educação Física.

² Acadêmica da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco, membro do MNCR e das gestões 99/00, 00/01 e 01/02 da EXNEEF. renatalucena@zipmail.com.br

³ O G7 é a denominação utilizada para definir as sete grandes potências industrializadas, entre elas EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Itália e Canadá.

por qual passava a conjuntura nacional e o homem inserido neste contexto, e não apenas o fator biológico dando sentido individual ao homem e sim ele como sujeito coletivo histórico da sociedade em que vive.

Atendendo aos anseios do neoliberalismo um grupo de professores com idéias privatistas de transformação da Educação Física em uma “profissão liberal”, o que na época se tinha como habilitações, significa a perda dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, lutava pela Regulamentação do Profissional de Educação Física e a fragmentação da luta das classes trabalhadoras, garantindo a reserva de mercado profissional. Mas com o veto do Presidente Sarney, já ao final de seu governo, haja vista prevalecer no Ministério do Trabalho - que tinha à sua frente Almir Pazzianotto, interlocutor respeitado e reconhecido pelos setores de esquerda - posicionamento contrário à tese de reserva de mercado de profissões.

Nesse âmbito político acirrava a luta dos trabalhadores com a criação do Partido dos Trabalhadores, em fevereiro de 1980, as manifestações populares, com as diretas já, evidenciando principalmente a luta dos estudantes neste processo com a União Nacional dos Estudantes. E não sendo suficiente, mais tarde a reorganização dos trabalhadores em torno dos movimentos sindicais com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983. E como não poderia ser diferente a Educação Física vem assumindo uma discussão histórica nesse âmbito com reivindicações e a proposta de reorganização dessa classe trabalhadora em suas associações, aonde foi elaborada uma carta conhecida como a “Carta de Belo Horizonte”, que foi apresentada no II Congresso de Esportes para Todos, ocorrido em julho de 1984 em BH, ao qual tinha como princípio a luta pelo acesso a Educação Física, inviabilizado pela estrutura social posta, fatores econômicos, culturais e pelos próprios aspectos metodológicos. Apesar dessa carta não se caracterizar como manifesto, devido as

pressões sofridas, este documento trouxe grandes contribuições a discussão da Educação Física Brasileira.

Enquanto isso, o Movimento Estudantil, depois de duras pressões sofridas na Ditadura Militar, cria forças, e em setembro de 1984 a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física organizou o V Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEFF)⁴, com o tema “Educação Física, ou a arte de adestrar Seres Humanos?” , sendo este avaliado na expressão do Professor Lino Castellani em carta escrita ao filósofo amigo Manuel Sérgio, em 12 de setembro deste mesmo ano:

“(...) O que vi e assistir encheu-me de esperança. De repente ali estavam reunidos cerca de 600 alunos de Educação Física vindos de todas as partes dos país, discutindo o compromisso social do profissional de Educação Física, com uma maturidade e postura crítica jamais vista ou sentida nos inúmeros Encontros e Congressos de professores de Educação Física por mim presenciados. Não tenho dúvidas de que as pessoas, hoje na condição de alunos, num futuro bem próximo estarão contribuindo decisivamente para a sedimentação de uma nova postura profissional da Educação Física Brasileira...” (CASTELLANI, 1991:207).

E neste encontro o Movimento Estudantil de Educação Física coloca posição contrária a tese de reserva de mercado profissional e ao grupo conhecido como “Movimento pela Regulamentação”.

Deste ano em diante tem se intensificado as discussões acerca da Regulamentação do professor de

⁴ O ENEFF é a maior instância deliberativa do Movimento Estudantil de Educação Física, segundo o estatuto da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física.

Educação Física nos diversos fóruns do Movimento Estudantil de Educação Física, através de mesas, grupos de estudo, salas de aula, entre outros.

É quando no 8º Congresso Brasileiro de Educação Física, realizado em Brasília, DF, numa plenária bastante esvaziada, deliberou-se pela deflagração do “Processo de Regulamentação Já!” e em meados do primeiro semestre de 1995, fomos surpreendidos com a notícia da tramitação no Congresso Nacional, do PL 330/95, de autoria do Deputado Eduardo Mascarenhas (PSDB).

Tal projeto tem sua origem em uma articulação desenvolvida pela APEF/RJ, na pessoa de seu Presidente, Professor Jorge Steinhilber e de trajetória política associada a princípios - e grupos - retrógrados no espectro da Educação Física Brasileira. Significa a percepção de que, através da bandeira da Regulamentação, abriu-se novamente espaço para que aqueles setores afastados da cena política da Educação Física Brasileira, desde o final dos anos 80, com o veto do projeto de lei vetado pelo Presidente Sarney, voltassem a ela de forma avassaladora, valendo-se do sentimento de perplexidade existente em nossa sociedade, face à crise estrutural do emprego motivada pelas políticas neoliberais postas em ação pelo governo de FHC.

No ano de 95, a ExNEEF (Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física) estava se reestruturando⁵, compondo-se em coordenadorias e regionais, e realizando a discussão do estatuto para ser aprovado no XVII ENEEF, realizado em Cuiabá. Mas ainda em dezembro deste ano, um alerta sai no boletim⁶ da Coordenação Geral, temos que tomar um posicionamento enquanto entidade representativa para intervimos neste processo, pois o MOVIMENTO PELA REGULAMENTAÇÃO está aumentando sua resistência.

⁵ Deliberações do XVI ENEEF, realizado em Uberlândia - MG.

⁶ Boletim CGPEL, Ano I - Nº 2 - Pelotas: Dezembro/95

Enquanto os defensores deste projeto alimentavam esforços colhendo assinaturas de forma alienada utilizando as pessoas em massa de manobra, o MEEF preocupou-se em acumular discussão subsidiada pela base, para no XVII ENEEF, deliberar a posição contrária do PL 330/95.

A partir dessa posição, o MEEF iniciou o processo de pressão junto ao então relator, que somando-se outros esforços, culminou em uma audiência pública. No entanto, tal audiência simulou um caráter democrático na medida em que foi composta em sua grande maioria por diretores de escolas de Educação Física, sem representatividade, que desconsideraram as posições de alunos e professores. Nesta ocasião, duas entidades. O MEEF e o CBCE, fizeram-se representados⁷ contrários ao projeto de regulamentação, no entanto sendo desconsiderada pelo relator. As principais críticas levantadas, por essas entidades, foram: a ilegitimidade do processo de tramitação do PL, causada por um atropelamento da construção do processo histórico de Educação Física sobre a regulamentação, pois somente depois de encaminhado o PL iniciaram-se as discussões fato que causou a indignação de professores da área; a tentativa de regulamentar o mercado respaldado no corporativismo; a sua fragilidade em não conhecer os campos interdisciplinares, tentando retirar a possibilidade de atuação de outros profissionais; e a contradição de buscar regular o mercado no momento em que a orientação da LDB é não mais habilitar o profissional, mas apenas capacitá-lo para sua área de atuação.

Em seguida foi enviada a Paulo Paim a carta com o posicionamento contrário tirada do XVII ENEEF.

⁷ A ExNEEF se fez presente representada por Nara (Coord. Geral), Ana Carla (CEPE), Sandra (Reg. VI), Videbal (Reg.V), Aurora e Sionaldo (Reg.II). A FBAPEF e o CBCE estavam representados pelos professores Carlão, Roberto Lião e Lino Castellani Filho, respectivamente.

Continuando as discussões no XVIII ENEEF, em Belém - PA , é realizada uma mesa com o tema “Regulamentação da Profissão : o que significa para Educação Física”, tendo como palestrantes a Prof. Dr^a Celi Taffarel e o Prof. Jorge Steinhilber.

Na ocasião do XIX ENEEF (Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física), realizado em agosto em Brasília – DF, estava acontecendo longas discussões sobre a Regulamentação, caracterizava-se como uma das maiores preocupações das lideranças ali presente, o projeto de lei 330/95 estava prestes a ser aprovado no senado, e este fato era bastante assustador. Em virtude disto, no ato público reivindicamos contra a regulamentação que estava sendo encaminhada, logo após um grupo de estudantes e professores ali presentes reuniu-se no senado para informar sobre um posicionamento contrário ao projeto de lei. Este encaminhamento foi tirado de uma das propostas aprovada na plenária final do XVIII ENEEF, por via do Deputado Paulo Paim, o relator deste projeto, ao qual envia seu assessor para explicar como se dava a tramitação deste no senado, aos estudantes deste encontro.

Logo que chegamos deste ENEEF, no dia 1º de Setembro, aprova-se a lei. Depois de todas estas intervenções, a lei foi aprovada desconsiderando nossas discussões. Daí então começamos a analisar tamanha pressa de se regulamentar a profissão e chegamos a algumas reflexões... Os argumentos em prol da regulamentação, e do Conselho Federal de Educação Física, o chamado CONFED, são frágeis, falaciosos e/ou coercitivos. Vejamos os mais significativos, nas palavras de alguns conselheiros:

“...não é mais possível ver o mercado de trabalho invadido por falsos profissionais..., oportunistas..., parasitas, foras da lei que mimetizam determinados procedimentos para invadir o organismo social e causar-lhe o maior número de doenças e desvios

possíveis...” (...) “...não pode ficar nas mãos oportunistas e inexperientes de curandeiros.” (STEINHILBER, 1996).

“Faremos justiça aos bons profissionais, preservando o mercado de trabalho dos picaretas. (...) Na verdade, a Regulamentação está aí e veio para moralizar e enaltecer a profissão. Colocar o profissional de Educação Física no seu devido lugar de respeito. É uma profissão tão importante que eu diria que a tão buscada Qualidade de vida só é possível através dela. Educação Física, é claro, sempre com um profissional habilitado, como orientador. Adeus aos leigos e curiosos, como em tudo na vida.” (BERTEVELLO, 1998:15).

“Na opinião do diretor da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (UPE), Renato Moraes, o ponto negativo da profissão é a infiltração de leigos no mercado, atuando como se fossem profissionais da área.” (Jornal do Comércio, 1999: 8).

Em virtude, destes então posicionamentos, e com a profissão regulamentada, no XX ENEEF, realizado em Recife o MEEF juntamente com diversas categorias (Estudantes e professores) e entidades organizadas (CBCE - Secretaria de PE, Sindicatos, etc.) ali presentes, posiciona-se contrário não mais ao PL e sim a lei 9696/98⁸, deflagrando o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCRPEF), começa assim nossa campanha de esclarecimento sobre o CONFEF, levando discussões as diversas escolas e da “não às inscrições no CONFEF”. Em

⁸ Lei que Regulamenta o Profissional de Educação Física aprovada em 1º de Setembro de 1998.

setembro deste mesmo ano participamos do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), aonde o MNCRPEF realiza diversas manifestações com a participação de um número significativo de estudantes.

Em 2000, continua nossa campanha de esclarecimento e não às inscrições, pois ao contrário do CONFEEF, que não tem intenção de esclarecimento afirmando que “a lei está aí e tem que ser cumprida”, sentindo dificuldades da falta de diálogo por parte do CONFEEF, evitando muitas vezes o embate. Realiza-se o XXI ENEEF na UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), ao qual realizamos um grupo de sistematização do MNCR, sendo tiradas propostas para ser encaminhadas para a Plenária Final do Movimento realizada no mesmo.

No decorrer desta história apresentamos nossos principais argumentos contra:

- 1) Falta de esclarecimento por parte do CONFEEF;
- 2) Coerção para realizar inscrições nos CREF's;
- 3) Tentativa de retomada de espaço político pelos setores conservadores de Educação Física, sendo definido as resoluções da profissão em reuniões restritas, tais como, o código de ética, chapa, estatuto, estágio extracurricular, entre outros;
- 4) Visão estática de sociedade de índole cartorial e legalista;
- 5) Reserva de Mercado de trabalho e desregulamentação do trabalho;
- 6) A regulamentação não resolverá a presença leigos no mercado; não existe fiscalização nos locais de práticas corporais;
- 7) Desconsidera a história da Educação Física;

8) Definição do paradigma da qualidade na Educação Física, tendo esta qualidade encontrada na proposta da promoção da saúde.

Em 2001, realizamos o nosso XXII ENEEF⁹, com tema “ Educação Física e Autonomia Universitária: resgatando discussões e propondo intervenções”, pois estamos inseridos no contexto em que a Universidade Brasileira se encontra, diante das diversas intervenções das políticas neoliberais impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo estas absorvidas pelo governo FHC, que se concretiza na implementação das políticas de ajustes estruturais definidas como estratégias do processo de reestruturação dos países em desenvolvimento, como interesse único do capital financeiro especulativo.

Reproduzindo esta lógica a fim de atender às exigências do governo, as Universidades voltam-se às demandas internas, com os objetivos voltados para o seu próprio “umbigo”, aonde o conceito de Autonomia Universitária se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão estabelecido pelo Estado, estabelecendo metas e indicadores de desempenho a serem alcançados, tendo a universidade “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas. Limita assim a qualidade das Universidades ao atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social, tendo como critério quanto a universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que foi produzido, pois os indicadores da produtividade para o mercado de consumo não se preocupam com o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz. A ideologia da qualidade passa ser a quantidade do que foi

⁹ Encontro realizado no período de 22 a 29 de Julho de 2001 na Universidade Federal do Espírito Santo.

produzido em tempo hábil para uma demanda restrita, a do mercado.

Outro ponto a ser destacado na lógica desta política é a questão da “flexibilização”, que se materializa nos contratos temporários, na adaptação dos currículos às empresas locais, na separação entre a docência e a pesquisa (sendo que a primeira acontece nas universidades e a segunda nos centros autônomos) e por último, na simplificação das licitações e a prestação de contas.

Baseando-se nestas questões, a Universidade deixa de atender à lógica dos direitos sociais adquiridos historicamente e passa a atender à cultura do universo econômico, à lógica do mercado - pela manutenção das taxas de lucro e da propriedade privada. Ela passa de formadora à informadora do conhecimento, formando, por sua vez, indivíduos capazes de reproduzir o status quo, ficando abandonada as possibilidades de buscar soluções, intervir, criar e agir coletivamente.

Os cursos de formação de professores de Educação Física inseridos neste contexto, vêm sofrendo conseqüências. Primeiramente, a questão da “autonomia universitária”, que com o projeto imposto pelo governo dissocia o ensino, a pesquisa e a extensão, formando o indivíduo com competências e habilidades para atender as demandas do mercado de trabalho. Com referência ao ensino, a partir do projeto de Diretrizes Curriculares que está sendo discutido no Conselho Nacional de Educação, divide-se a formação profissional entre licenciados e bacharéis, entendendo o primeiro enquanto professor da área formal, e o segundo como profissional da área não-formal que atende as demandas do mercado. E por último, a pesquisa e a extensão reduzidas à captação de recursos para a universidade, desvinculadas da realidade social das classes populares, voltadas para os interesses das empresas privadas. Tratam os estagiários como mão-de-obra barata; tornam a produção da ciência elitista e deixam a universidade como mera prestadora de serviços.

Nessa mesma lógica capitalista vem atuando também o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), que através de suas ações vem interferindo na formação de professores das seguintes formas:

- A partir do Código de Ética¹⁰ e da Carta Brasileira de Educação Física, que definem o paradigma da qualidade da Educação Física a partir da promoção da saúde, desprezando as ciências humanas como eixo principal norteador de nossa profissão, desconsidera o debate e a produção do conhecimento, histórica e coletivamente, veiculados por setores da própria Educação Física nos últimos vinte anos (como foi exposto anteriormente), o que mostra o caráter interventor do Conselho, definindo sua matriz teórica como verdade absoluta.
- Com a resolução 024/00 que dispõe sobre a regulamentação do estágio extracurricular. O CONFEF impõe no Art. 1º: “ Estágio extracurricular é aquele que envolve o acadêmico de Educação Física a partir do 5º (quinto) semestre do curso de graduação...”. Com isso, proporcionam uma visão etapista na formação, desqualificando a relação teoria e prática durante todo o seu processo.
- Viabilizam cursos de capacitação para “leigos”, com carga horária limitada, ficando esses hábitos a exercer a profissão;
- Coerção de inscrições no referido Conselho através de regulamentos, por exemplo das inscrições de concursos públicos para professores, jogos escolares (Jogos Escolares de PE) e universitários, primeiramente só o técnico deveria se inscrever para poder representar sua equipe, depois passou que a ser todos os professores da escola que teriam que estarem inscritos, entre outras;
- Ainda no Art. 6º, inciso 1º, desta mesma resolução, os professores de Ensino Superior passam a ser

¹⁰ Resolução do CONFEF nº 25/2000.

obrigados a estarem registrados no sistema CONFEF/CREF, sob pena de não poderem supervisionar os estágios extracurriculares. Sendo assim o Conselho fere o texto, artigo 5º inciso XX, da Constituição Federal. "Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado"... inciso IX "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica, e de comunicação independente, de censura ou licença". Além disso, restringem os locais de estágio as instituições com professores filiados ao CONFEF.

- Enfim, interferem na formação de professores de Educação Física quando legitimam três propostas de Diretrizes Curriculares encaminhadas ao CNE, desconsiderando uma vez mais as contribuições de setores organizados da área (CBCE, MEEF...).

Ao agir assim, acabam por contradizer seus próprios argumentos, que limitam o papel dos conselhos profissionais em "fiscalizar, orientar e disciplinar legal, técnica e eticamente o exercício da profissão. Aprimoramento do exercício profissional. Defesa da sociedade". (SPRINT, 99: 42). O discurso que era contra os ditos leigos, passa a ser contra os professores não filiados no sistema CONFEF/CREF.

Diante desse quadro foi realizada uma greve das Universidades Federais Brasileiras entre professores, servidores e estudantes tendo esta, a duração de cerca de quatro meses, em luta por uma Universidade pública, gratuita, para todos e socialmente referenciada, aonde a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física se fez presente em todos os momentos, por acreditar que a luta dos trabalhadores se faz a partir da união de todas as classes e não isoladamente na reserva de mercado de trabalho.

Levando a frente nossas discussões, participamos do XII CONBRACE¹¹ e apresentamos, junto aos professores, um

¹¹ O Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte foi realizado em outubro de 2001 na cidade de Caxambu – MG.

Manifesto¹² contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física e do Fórum de Formação Profissional de Educação Física, promovido pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em março de 2002 na UNICAMP, aonde discutimos e encaminhamos propostas sobre as Diretrizes Curriculares que estava prestes a ser votada no MEC, levando-se em consideração as discussões acumuladas historicamente pelos professores, alunos e setores organizados da Educação Física, coisa que o CONFEF não faz.

Não podendo ficar alheio a esse processo, o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) vem contribuindo historicamente com o debate crítico e reflexivo acerca da Regulamentação da Profissão, tendo em vista uma formação integrada, associando o ensino, a pesquisa e a extensão, voltadas para as demandas da sociedade e não do mercado, como está sendo proposta pela ordem capitalista. Neste sentido, vários foram os setores que apresentaram pareceres jurídicos, entre eles o ANDES, MEC, Sindicatos Estaduais e Secretarias de Educação Estaduais, além da Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentar uma Carta aberta aos participantes da Conferência Nacional de Esporte e Lazer do PT colocando o posicionamento contrário a lei 9696/98.

Apesar de nossa conquista esta luta não se deu por encerrada e segundo os princípios do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Professor de Educação Física, não queremos conquistar espaço dentro dos conselhos, queremos sim a revogação da lei 9696/98.

É então, por acreditar em um Projeto Político antagônico ao imposto pelas políticas neoliberais que o MEEF e o MNCR, a partir de suas bandeiras de lutas, baseadas em princípios socialistas, busca o enfrentamento ao Sistema

¹² Ver texto "Manifesto do Movimento Nacional contra a Regulamentação". Mais detalhes em <http://www.mnccr.org3.net>

CONFEF/CREF. É também referenciado neste projeto de sociedade que ao longo dos anos vêm acumulando discussões acerca da Autonomia Universitária, Avaliação Institucional, Diretrizes Curriculares, entre outros. Contribui assim para o fortalecimento do papel social da Educação Física, formando cidadãos críticos, com visão de um outro tipo de homem, compreendido enquanto sujeitos históricos:

“A tarefa estratégica é entrar nas lutas cotidianas para encontrar pontos de apoio entre um sistema de reivindicações que parta das atuais condições objetivas e conduza à conquista no plano da formação humana, o que significa poder definir a direção das políticas públicas, do projeto de escolarização, do projeto político pedagógico da instituição, e da orientação clara e precisa da prática pedagógica” (TAFFAREL, 1998: 22).

Por fim, o MEEF é o espaço de atuação em que os estudantes, organizando-se coletivamente, podem intervir, cotidianamente dentro das universidades, seja nos Diretórios e Centros Acadêmicos, nos Diretórios Centrais dos Estudantes, ou até mesmo em salas de aula, contra todas essas políticas neoliberais impostas, pois nós estamos intimamente ligados a este processo. Por isso, acreditando na superação do mesmo, temos que:

“o MEEF constitui em vários aspectos para a formação progressista de acadêmicos de cursos de licenciatura em Educação Física. Inferimos também que o MEEF constitui-se como um importante espaço de participação estudantil nas Instituições de Ensino Superior por estabelecer uma formação complementar e diferenciada daquela estabelecida no âmbito das graduações” (ALMEIDA, 2000 : 105).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Erika C. Contribuições do Movimento Estudantil (ME) à Formação Profissional Progressista de Acadêmicos de cursos de licenciatura em Educação Física. Caderno de Debates. EXNEEF: vol. 6, setembro, 2000.

ANDRADE FILHO, Nelson F. Formação Profissional em Educação Física Brasileira: Uma sùmula de discussão dos anos de 1996 a 2000. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas - SP: Editores Associados, 22(3), 23-37, 2001.

BARROS, J. M . de C. Educação Física, profissão regulamentada. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 21(2 e 3), 108 - 109, 2000.

BRASILEIRO, Lúvia Tenório. Formação Profissional em Educação Física: Novos desafios. Mimeo, 2000.

CARTA DE BELO HORIZONTE. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 23(1), 09 - 17, 2001.

CARTA DE CARPINA. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 23(1), 33 - 40, 2001.

CARTA DE SERGIPE. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 23(1), 55 - 66, 2001.

CASTELLANI FILHO, Lino. Teses acerca da questão da regulamentação da profissão. In: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: Boletim Informativo. Santa Catarina: 8 (3):6-14, 1996.

_____. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

CHAUÍ, Marilena. A Modernização da Universidade. Mimeo, 1998.

_____. A Universidade Operacional. Revista ADUNICAMP. Campinas - SP: 01(01): 06- 09, 1999.

_____. Universidade Hoje. Revista Princípios. AGO/SET/OUT, 2000.

Conselho Federal de Educação Física. Estatuto do Conselho Federal de Educação Física. Rio de Janeiro, fevereiro/1999.

_____. Resoluções do CONFEF. In: www.confef.org.br.

_____. Código de Ética. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Carta Brasileira da Educação Física. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Fórum Nacional dos Cursos de Formação Profissional de Educação Física. www.confef.org.br.

_____. Educação Física: História da Regulamentação. Revista Sprint: JUL/AGO, 1999.

EXNEEF. Caderno de Textos do Movimento Estudantil de Educação Física. Gestão 2001/2002.

FARIA JUNIOR, A G. de. Et al. O velho problema da regulamentação: contribuições críticas à sua discussão. Revista Brasileira de Ciências dos Esporte. Santa Catarina: 17(3): 266-272, 1996.

_____. Reflexões sobre a Educação Física Brasileira – A Carta de Belo Horizonte. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 23(1), 19 - 31, 2001.

LACKS, Solange. A Carta de Sergipe: Carta Aberta com Reivindicações na área de Educação Física e Esporte no Nordeste do Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 23(1), 67 - 72, 2001.

MONTEIRO, A J. de J. . Formação profissional de Educação Física: formação instrumental ou consciência emancipatória? In: I CONGRESSO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ CIÊNCIAS DO ESPORTE, Rio de Janeiro, 1998. Anais. Rio de Janeiro: CBCE/RJ, 1998. p. 21

_____. Conselho Federal de Educação Física: perguntas de um trabalhador que lê. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 20(2 e 3), 162 - 167, 1999.

_____. O mundo do trabalho e o reordenamento da Educação Física Brasileira. In: <http://mncref.vila.bol.com.br>.

_____. Regulamentação da profissão e movimento nacional contra a regulamentação do profissional de Educação Física. In: <http://mncref.vila.bol.com.br>

SADI, Renato Sampaio. Impactos da Regulamentação no projeto pedagógico ideal para a Educação Física Escolar. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 21(2 e 3), 110 - 117, 2000.

TAFFAREL, Celi N. Z.. Saudação aos estudantes de Educação Física ENEEF/97 Belém do Pará: na luta para vencer. Motrivivência, 9(10):224-233, 1997b.

_____. A Formação Profissional e as Diretrizes Curriculares do programa nacional de graduação: o assalto às consciências e o amoldamento subjetivo. Revista da Educação Física/UEM. Maringá - PR: 9(1):13-23, 1998.

_____. A Carta de Carpina: Educação Física – Novos Compromissos: Pedagogia, Movimento e Miséria. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 23(1), 41 - 54, 2001.

TOJAL, João Batista A . G. A Carta Brasileira de Educação Física. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte 23(1), 79 - 85, 2001.

GLOSAS À *GIRONDA* DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Máuri de Carvalho¹

Intróito

A leitura do inusitado e esquisito “Código Processual de Ética” do Conselho Regional de Educação Física - Cref1 / Conselho Federal de Educação Física - Confef, um simulacro dos demais em voga nesta sociedade, me fez compreender mais claramente o distanciamento do grosso dos intelectuais da educação física da realidade objetiva, especialmente, do cotidiano dos operários e trabalhadores assalariados, bem como das demais áreas do conhecimento e da filosofia em particular à qual, salvo melhor juízo, pertence a ética enquanto ciência que estuda a moral.

O discurso posto na parolagem “do presidente” do Cref1 e na perorata, intitulada “apresentação”, do presidente do tribunal de ética (título deveras pomposo para uma área que até hoje não disse a que veio - educação física para que e para quem?) do código em tela evidencia uma total insciência histórica e filosófica (ética) no tocante ao discurso burguês sob o qual a “igualdade” e a “liberdade” aparecem como fundamentos formais à edificação de uma sociedade realmente democrática (o poder dos operários e trabalhadores, exercidos por eles, para eles).

O delírio que me parece ser uma constante nesta sociedade, se manifesta sempre que algum “sub-intelectual de

¹ Professor Ms. Assistente IV do Departamento de Desportos do CEFD / UFES e Doutorando em História, Filosofia, História e Educação na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

miolo mole” faz ilações em franco e claro desacordo com a realidade. Estribado na mórbida presunção e sempre negando-se à polêmica, diz esgotado o assunto supostamente tratado no *codex* em questão, a ética profissional, e de forma nada democrática afirma o que o mesmo “deverá ser absorvido (sem crítica e autocrítica) por todos os que militam na educação física”. Empáfia pura. Presunçosa pretensão!

A rigor, busca o sistema Cref/Confef (doravante tratado por *gironda*) criar uma camisa de força teórica destinada ao aprisionamento das condutas renitentes e resistentes ao ranço do lixo autoritário, retrógrado e deliquêsciente, estacionado na educação física desde os anos 70, manifestando-se agora detrás das mais diversas bobagens proferidas por conselheiros que nada aconselham, determinam, obrigam, ameaçam.

Esquece o pensar(?) reacionário que a absorção de qualquer matéria, material ou teórica, pressupõe o crivo dissociador e seletivo do escrutínio crítico, logo, não é crível e nem pode prosperar a pretensão de que o tal *codex* seja absorvido sem antes ser submetido a amplo e público debate sobre o que se quer e o que realmente se propõe à sociedade (termo vago, politicamente incorreto, filosoficamente impreciso e equívoco).

Pari passu com a democracia e a ética, há um par sinistro - o sofista e o demagogo -, o qual segundo Platão, citado pelo filósofo Roberto Romano no “*Caldeirão de Medéia*”, destrói as bases éticas da cidade e aniquila toda e qualquer possibilidade de edificação de uma real democracia. Esse par sinistro - pode-se observá-lo deambulando no sistema Cref1 / Confef - vive do *comércio* (os donos de academias que, grosso modo, exploram a crença infundada e a ingenuidade doutros) e da *verborragia* (os professores universitários tecedores de ilações distanciadas, mais e mais, da realidade).

Segundo Romano, “na sofística demagógica, os valores são obnubilados por intermédios de artifícios retóricos, cujo alvo é a persuasão absoluta” (2001, p. 363). Quando a

gironda fala de ética e democracia, parece falar do que não sabe ou, então, falar sobre categorias das quais não tem o menor conhecimento, pois considero inadmissível a existência de um código de ética que defende, a um só tempo, os interesses dos exploradores - donos de academias, escolas e universidades privadas - e dos explorados - clientes, alunos e acadêmicos enganados pela parolagem dos “sub-intelectuais de miolo mole” tementes ao confronto e à mínima zurzidela.

Tomando por base o “*Caldeirão...*”, entendo a “ética” trabalhada por pelos conselheiros e quejandos como uma das faces mais repelentes da sociedade brasileira. Com ela, é impossível a democracia. Logo, salta-me uma questão fulcral ao entendimento da ética sem a qual não há democracia, posta por Romano numa longa passagem, transliterada *in totum*:

“Numa sociedade onde crianças são mortas nas ruas aos milhares, onde meninas e meninos são utilizadas para a prostituição, onde se constata a prática de escravidão em Estados como São Paulo, onde se somam aos milhões as mulheres que sofrem violência física, onde certos segmentos incontrolados da própria Polícia assassinam industrialmente, onde o tráfico de drogas só é punido nos seus agentes menos bem-situados na escala social, enquanto os grandes beneficiários aparecem nas colunas sociais como se fossem trêfegos peraltas, onde quem possui um carro julga-se no direito de matar impunemente, desrespeitando regras mínimas (a ONU não aceita o número de acidentes no trânsito brasileiro, ela os considera assassinatos), onde se admira a ‘esperteza de particulares e políticos, onde o ensino é tido como atividade desprezível pelos governantes (acrescento, embora os particulares, famílias por vezes, o utilizem como meio fácil de enriquecimento com o beneplácito dos políticos e do Governo Federal), enfim, numa sociedade onde todos estes lados são evidentes, é

suma tolíce parolar sobre a ética, a democracia (itálicos meus)” (id. ibid., p.373).

Predicar “a saúde da sociedade” efetivada ou efetivando-se “nos cânones do respeito à dignidade humana, à ética e ao imperativo da ordem moral” se configura como uma tolíce insofismável, deixando transparecer que os conselheiros redatores e os que signaram esta bobagem nada sabem, como já disse, de ética, de democracia. É mais um discurso que permanece no âmbito da retórica deslocada da própria sociedade na qual foi elaborado.

Contra a parolagem volto aos escritos de Romano - sob inspiração rousseuniana -, para neles encontrar elementos necessários à uma profunda reflexão, para não cair-se mais uma vez no engodo de línguas cansadas. Em primeiro lugar, como é possível falar de ética, de democracia, numa sociedade onde todas as vantagens são paras os ricos e poderosos?

Em segundo lugar, nessa mesma sociedade “os empregos mais lucrativos não são desempenhados unicamente por eles”; “todas as graças e isenções não lhes são reservadas”; “a autoridade pública não se coloca toda em seu favor”; “não tem sempre a certeza da impunidade um homem de consideração que rouba seus credores ou pratica outras velhacarias”; e “se esse mesmo homem é roubado (*e/ou seqüestrado como ocorreu recentemente no Estado de São Paulo*), [não é fato que] toda a polícia logo se põe em campo, e infelizes dos inocentes de quem se suspeita?” (Id. ibid., p. 374).

Como reporta Romano, as frases acima não foram retiradas dos escritos de nenhum populista ou radical de esquerda, mais a retratar perfeitamente a lógica e a ética modais nesta sociedade, salvo pequenas modificações feitas pelo filósofo, são de Jean-Jacques Rousseau lavradas no seu “*Discurso sobre a Economia Política*”.

Aos falsos argumentos o argumento

Feito o provocativo intróito, se entendo a ética (*ethos*, *ethiké*) relacionado a costumes e esses costumes situando-se no próprio domicílio ou onde habitam homens e mulheres, então é impossível falar de ética e de democracia, esquecendo o modo que os definem no campo e no interior de sua própria história. Sob esse prisma analítico, tenho que onde não há liberdade, não há ética ou, em outras palavras, a liberdade é o fundamento da ética.

Mas se por ética entendo “o conceito de liberdade que se tornou mundo existente”, então, posso supor que num Estado onde inexistente a igualdade social (sem a qual o discurso sobre a liberdade é apenas parolagem) e “a liberdade, sobretudo política, inexistente ética e moral”. Assim, ironizando, o “Código Processual de Ética” por assemelhar-se ou ter suas raízes no *codex* da velha Inquisição é *uma ameaça* a democracia que se quer construir neste país.

Ameaça oculta na seguinte parolagem: “Agora os profissionais de Educação Física têm um Código de Ética, com uma legislação pertinente, dando um norte para os aspectos processuais éticos do complexo exercício da atividade física” (do presidente do Cref1). Pergunto: como um sedentário pode afirmar a complexidade do exercício da atividade física se desconhece tanto a atividade física como sua complexidade biológica e pedagógica?

Sem *parti pris*, é porque o tempo presente da educação física é propício “aos frasistas, espantosos faladores e polígrafos, tagarelas de boca e de pena. São legiões os virtuosos, do falatório, belos espíritos e narradores que conhecem a fundo a arte de ‘bordar indefinidamente ao redor do nada’, gazeteiros e poetastros, padres mundanos e jacobinos” (Romano, *ibid.*, p. 365).

Poetastros e tagarelas formalizaram um código de ética(?) da Educação Física, colocando ao dispor dos interesses de grupúsculos sectários e/ou segmentos profissionais retrógrados, contra o qual digo: Não! Em juízo e fora dele! Para dirimir dúvidas, abordo no próximo tópico alguns

aspectos do código em pauta, procurando exercitar a crítica que os próprios conselheiros deixaram esquecida. Aliás, por conhecer a quase maioria deles, posso afirmar não ser do seu feitio o exercício da querela, da polêmica, da erística.

Lamentavelmente, os trabalhadores(as) assalariados(as), operários(as) e os intelectuais a eles vinculados organicamente, estão diante de um fato brutal e incontornável, o retorno ofensivo do obscurantismo, pois não podendo manter o poder a não ser pela destruição dos valores iluministas, aos quais deveria se apegar e defender com unhas e dentes o homem contemporâneo, os capitalistas procuram extirpá-los, por todos os meios, da consciência social (Poltzer, 1978). O novo tipo de homem exigido neste início de século deve ser talhado segundo as exigências atuais da classe dominante que, por não poder tornar aceitáveis aos produtores das riquezas - operários(as) e trabalhadores(as) assalariados(as) - as condições de que depende a manutenção do seu domínio (pela exploração e extorsão da parte maior do produto da força de trabalho), nem podendo exterminar a todos, dedica-se a refazer, *a qualquer preço*, a ferro e fogo, uma sociedade sem sobressaltos, dócil aos senhores modernos, maleável, disponível, utilizável, uniforme e anônima quanto o outro que representa a alma da formação social e econômica vigente, o capitalista.

Nesta condição a própria história aparece como fábula destinada a apresentar a ascensão do homem à civilização como uma queda, a humanidade como uma desgraça e o progresso tecnológico e científico como liquidação da bestialidade ou mácula própria à civilização ocidental, *nela*, todos os homens e todas mulheres... trabalhadoras devem permanecer na ignorância do progresso, e seu pensamento mantido, pela força dos mitos e das mistificações, no nível da transposição do real em relações fantásticas. Apresentada pelos ideólogos da burguesia, a história não passa de uma fábula deturpada sobre ascensão e queda do homem, logo é

necessário clarear as idéias que afirmam haver uma ética (e uma filosofia) da educação, especialmente da educação física.

Escólio. Jamais *a queda* da mulher antecipa a queda do macho, posto que no mito bíblico é o homem que - lembrem-se - tentado e convencido pela mulher, esta ingênua ou pecaminosa, a degustar o fruto proibido peca(?,) cai. Logo, necessariamente, a queda da mulher, originariamente surgida como por encanto de uma costela do primeiro homem, se efetiva. Não há o menor resquício de livre arbítrio, mas a desobediência punível com o trabalho, por um deus irascível, intransigente e vingativo, que, por ser onisciente (segundo seus acólitos), de antemão sabia que homem e mulher desobedeceriam, nada fazendo para que a obediência indevida não se consumasse . Insânia pura, resultado: hominização, história em construção, liberdade, libertação!

Posto isto, há algum tempo, buscando na *philia* pelo saber respostas ao quadro obscurantista sob o qual vive a Universidade Pública, questiono a existência de uma ética (e de uma filosofia) peculiar à ou da educação física, tal como apontadas no código de ética(?) erigido e defendido pela *gironda*.

Se os princípios e fundamentos sobre os quais foi construído esse código, sob o exercício necessário da crítica, não são objetivos, antes emanam do plano meramente subjetivo, então a sua deontologia [da norma] é, necessariamente, subjetiva, inespecífica, sem sustentação empírica. Que quer isto dizer?

Ora, o meio filosófico sério não comporta o charlatanismo e a parolagem. Ali, qualquer teoria deontológica sustenta que o dever em cada caso particular deve ser determinado por normas válidas independentemente das conseqüências de sua aplicação. No entanto, no caso presente, o código de ética parece ter sido montado para assumir a forma de um *imperativo categórico* a indicar um *dever* à vontade humana imperfeita (Vásquez1982),

obviamente, não a vontade dos conselheiros, mas daqueles que precisam ser ludibriados, enganados.

Foge à *gironda* a seguinte compreensão, todo “*imperativo categórico* proíbe os atos que não podem ser universalizados e, portanto, não admite exceção alguma em favor de ninguém” (Id. *ibid.*, p. 168). Parca na compreensão do real, preferindo transitar pela *phantasia* do Medievo, a *gironda* caminha sobre falsos argumentos - o *argumento da promessa* e o *argumento da mentira* - desprezando o *argumento dos princípios*, o ponto de partida, origem, causa de uma determinada ação sem o qual não há compreensão das propriedades essenciais e características dos fenômenos; proposição posta no início de uma dedução.

No *argumento da promessa*, a máxima é: “se convém, faz-se promessas, com a intenção de não cumpri-las quando julga-se oportuno”. No Brasil, tornou-se universal fazer promessas que não se pode cumprir ou que se sabe *a priori* que não se cumprirá. Daí a descrença nos políticos, pois prometem o que sabidamente não cumprirão. Em linguagem kantiana, ignortada pela *gironda*, temos que nunca se podem deixar de cumprir uma promessa empenhada e que é dever cumpri-la sempre, se fazendo necessário considerar o conteúdo do dever para que se possa estabelecer como, em certas circunstâncias determinadas e em caso de conflito, um dever é mais imperioso do que o outro [manter a promessa!].

Por sua vez, o *argumento da mentira*, é o contradito da norma moral “não mentir” ou a não universalização da mentira; pode-se ficar calado, mas ao dizer alguma coisa, deve-se dizer a verdade. A imobilidade dos conceitos não permite perceber a existência de verdades e verdades, bem como de mentiras e mentiras; esclareço, as mentiras ditas objetivando evitar sofrimentos a um doente, para não revelar segredos que se ouviu em função da profissão adotada, para não prejudicar um colega, etc., fazem parte do tipo de mentiras aceitas em nesta sociedade. Elas são utilizadas em detrimento de qualquer código de ética ou de acordo com ele.

No entanto, prevalecendo as mentiras que prejudicam pessoas, subtrai-se a responsabilidades pessoal, etc.; essas mentiras merecem a reprovação de todos, mas, contraditoriamente, constituem a base deontológica da conduta social e profissional dos indivíduos numa sociedade de classe, enfermiza e deliquesciente como a brasileira. Mentir para salvar um projeto político-econômico, uma proposta pedagógica ou uma receita médica que se sabe inadequadas à população, mentir para ser eleito ou reeleito à qualquer cargo ou função pública, etc., constitui a norma cínica em andamento neste país.

À *gironda* resta o *argumento dos princípios* ou conjunto de proposições diretivas, características, às quais todo o desenvolvimento social e intelectual, coletivo e individual, ulterior estar subordinado (Lalande,1993). Mas é preciso uma certa atenção para os diversos sentidos dados ao verbete em questão: (i) ponto de partida de um movimento; (ii) o *melhor* ponto de partida; (iii) ponto de partida efetivo de uma produção; (iv) causa externa de um processo ou movimento; (v) o que com a sua decisão determina movimentos e/ou mudanças; e (vi) estribo, base, pilar, fundamento sobre o qual ergue-se o processo de conhecimento.

É igualmente entendido como princípio, “o que se considera verdadeiro para sustentar a validade lógica de um argumento qualquer” (Abbagnano,1982,p.760). O *fundamento* é, a meu juízo, causa ou razão de ser; metáfora retirada da arquitetura, isto é, aquilo sobre o que repousa um certo conjunto de conhecimentos e/ou a prática social e/ou os mais diversos da cultura contemporânea, todavia, é preciso ficar atento para a dupla significação da palavra *repousar*: (a) o que dá a alguma coisa ou prática social a sua existência ou a sua razão de ser; e (b) proposição mais geral e mais simples de onde se pode deduzir todo um conjunto de conhecimentos necessário ao desenvolvimento de uma prática social (Lalande, *ibid*).

Uma pequena digressão. É consenso entre os filósofos e os “filósofos” que, do ponto de vista etimológico, *philosophia* significa amor (*philia*) pela sabedoria (*sophia*); tendo sido esta palavra transmitida por Heráclides de Pôntico, sendo Pitágoras o seu precursor no seu sentido técnico, de modo que, a afirmação: “só o ser humano pode ser *amante da sabedoria*”, é de sua lavra.

O “filósofo” entre aspas, neste texto, é uma alusão gramsciana feita aos profissionais e/ou professores de qualquer área acadêmica que trabalham com a disciplina filosofia, bem como todo indivíduo que, de uma forma ou de outra, ainda que sua função profissional não o exija, se dedica ao estudo sistemático e à divulgação das mais diversas correntes filosóficas.

Mas a questão não é tão simples assim, a todo tempo estamos a “filosofar” apesar de bochichos ignaros sobre a esterilidade da filosofia e/ou sua inocuidade no trato das questões maiores que afligem a população explorada e espoliada deste país. Insólito lugar visitado pela filosofia muito recentemente, apesar dos ombros largos do Platão adquiridos nas lides da ginástica, uma pergunta permanece no ar infestado pelo olor acre e “amonioso” liberado pelos cultuadores do corpo: Será que em função da esterilidade anunciada da filosofia ela estaria morta e, portanto, nada teria a acrescentar ao conjunto de conteúdos apropriados uns, expropriados outros, ao longo dos tempos às mais diversas áreas do conhecimento humano e da cultura pela e para a educação física? (Sautet, 1998).

Curiosamente ali, há algum tempo, ecoam falas sobre ética e moral, deploração da “corrupção dos políticos e dos homens de negócio”, medo diante da “extensão da miséria excludente, do tráfico de drogas, da selvageria das guerras inter-étnicas e do fanatismo religioso”, proclamas à solidariedade e ao dever de intervenção, ao passo com a hipócrita inquietude face às pesquisas “laboratoriais no campo das armas químicas e no da genética... Acima de tudo, tenta-se

não perder a cabeça, conservar o sangue-frio” (Id.ibid.,p.10). Todas são questões filosóficas, logo a filosofia não é estéril e nem morreu. Sem ela só há obscurantismo, com ela as Luzes se acendem, iluminam, esclarecem.

Mas à realização dessas preocupações o que fazer?

Na verdade, aqui ou algures, nunca existiu tantas razões para o ato de filosofar. A meu juízo, contrapondo-se à “modernidade”, ignorada e indefinível, que a todo custo procura apagar as réstias do Iluminismo - idéias, por excelência, *claras e distintas* contra as *obscuras e confusas* -, a filosofia liberta de sua condição de *ancilla theologiae* (serva da teologia) e *ancilla fabulae* (serva da mitologia) ergue-se contra a especulação e a mistificação, alçando vôo à reflexão livre e crítica contra todo autoritarismo e toda superstição (Poltzer, ibid.).

O amigo do saber, do conhecimento, o “filósofo” ao não ensinar e nem justificar os mitos e as fábulas, se nega assumir a condição de charlatão, à medida que, para ele, (i) a mentira fundamento histórico das sociedades capitalistas, representa a negação da filosofia; (ii) “a filosofia se opõe, desde seu nascimento na Grécia antiga, à mitologia, e é a própria essência da filosofia que Platão exprimiu, preconizando na República que o poeta, coroado de flores, seja expulso da Cidade” (Id.ibid.)

Essa metáfora corresponde a expulsão do mito pela ciência, momento mágico onde a filosofia... dialética, como ainda hoje, procurava libertar a consciência de homens e mulheres das imagens falsas da pré-história da humanidade. Ora, não é atoa que *filosofia* e o *iluminismo*, *filósofo* e *militante das luzes*, eram e, com certeza, permanecem como sinônimos. Hoje, o recrudescimento da barbárie capitalista coloca a filosofia e o “filósofo” frente a frente com a luta necessária contra o (*neo*)obscurantismo, pois ambos são chamados à condição da mais alta expressão ideológica no combate que os operários e trabalhadores do mundo inteiro travam, por caminhos diversos, convergentes, contra o desenvolvimento “mundializado” do modo de produção capitalista.

Vivendo a realidade que se agiganta, não recorro a física quântica e nem à sociologia, mas à filosofia, fundamentalmente, recorro à ela quando estou diante do desmonte do Estado, da “doação” do solo e subsolo brasileiros ao imperialismo, da destruição da tênue “democracia” brasileira e, obviamente, do comprometimento da justiça, da igualdade e da liberdade, enfim, dos direitos individuais e coletivos, das relações sociais estabelecidas entre os homens aduras penas no alvorecer dos idos de 1789 sobre o rufar dos tambores e o insuportável do aço da guilhotina.

Mas, é possível ao “filósofo” exercer o silêncio, a solidão e a fuga? Certamente não. Sua vocação não é o calar-se diante da vida arruinada doutros; não é retrair-se para o deserto ou para um cenóbio qualquer, ali ele não desempenhará o papel do “ser que sempre nega”. O “filósofo” não especula, mas posta-se sobre as possibilidades reais que subsistem no seio do capitalismo à transposição real da sociedade de classes e sobre os subsídios que o obscurantismo recebe das forças da reação social, usando-os na própria derrocada da reação.

Hoje, há quase dois anos de uma inaudita experiência de seis dias de “meditação” no ostracismo ao qual fomos lançados (eu e minha companheira) arbitrariamente pela *calúnia das línguas cansadas* de homens e mulheres em farrapos, estribada na *injustiça dos homens*, tenho como necessário ensinar aos meus alunos a necessidade de empenho metódico e paciência, mas também do confronto com o real, do convívio na multidão, do enfrentamento daqueles que pretendem iludir os outros. Pensando com Marc Sautet, digo: meditação e luta; silêncio e alarido; a solidão e a ágora, é o que espera os mais novos iniciados na doce aventura da desobediência.

Mais que dantes, tenho por fundamento a certeza de que se a filosofia é, no sentido técnico da palavra, a procura amorosa pela sabedoria, não consistindo, apenas “no conhecimento teórico das essências, causas ou princípios das

coisas, mas na vida de acordo com esse conhecimento” (Corbisier,ibid.,p.98), não faz sentido, então, falar de um filosofia disto, uma filosofia daquilo, porquanto ela é *praxis revolucionária*(Marx) sobre o real considerado em sua totalidade, exigência de unificação e de fundamentação radical do saber. Logo, filosofia da educação física é, a meu juízo, uma contradição nos termos, vez que a filosofia, crítica do real (a Natureza e a História), é processo e resultado da transformação da natureza pelo trabalho e pela luta dos homens e mulheres. A educação física é um aspecto da cultura sobre a qual a filosofia lança seu olhar e sua crítica, sem as quais não podemos compreender as particulares facetas da cultura universalizada.

Contudo, se a filosofia tem em sua gênese a surpresa, o espanto, a dúvida levada às últimas conseqüências, negação, e o filósofo é o “ser que sempre nega”, então, a educação física está distante desse olhar e dessa crítica, por não ser dúvida e nem espanto, mas quebra do processo dialético, ao afirmar sem negar. Trabalhando na contramão do pensamento espinoziano, *Determinatio est negatio!* - toda determinação implica uma negação -, a *gironda*, sem saber, vazada pela *tese parmenídica*, intenta apresentar a filosofia como um infinito sem contraditório ou que não encerra nenhuma contradição ou negação de si mesma. Ela, a educação física, é... perene, imperturbável, imutável. Nada mais!

Reconheço, olvida a *gironda* que a filosofia, em todos os tempos, esteve ombreada ao processo de transformação do homem e da sociedade, quer dizer, política, ética e pedagogia, e quando leio a “*Fenomenologia do Espírito*” de Hegel me deparo com a tese que aponta a possibilidade de um dia o escravo considerar o seu senhor como supérfluo - e se *livrar dele*. Marx se serviu sobejamente dessa filosofia para, num primeiro momento, demonstrar ou enunciar ao proletariado a possibilidade de sua emancipação ou libertação do jugo do capital, quer dizer, classe que trabalha e garante as condições

de vida materiais e espirituais necessárias à reprodução e dominação do senhor (o burguês, o capitalista).

Explico. A compreensão do pensamento hegeliano e marxista não significa querer induzir os outros ao silêncio, bloquear o outro, ao contrário, apenas sugerir-lhe uma pista, convidá-lo a uma leitura pessoal dos seus clássicos, navegando com simplicidade, de maneira adequada, isto é, formulando aos filósofos e aos “filósofos” as questões postas nas leituras precedentes (Sautet, *ibid.*).

Infelizmente não é isto que presenciei e presencio ao longo dos dez anos recentes, pois com efeito a *gironda*, especialmente os girondinos que se meteram a *maitre à pensêe* da educação física, não *questionam*, no sentido banal do termo, aquilo que já está dado como resposta e que, na verdade, não convém; ignoram que as respostas pululam, chocam-se, opõem-se e se contradizem e que o verdadeiro intelectual é aquele que, além de enxergar com clareza meridiana, tenta pôr uma certa ordem na confusão do cotidiano fazendo prevalecer a razão como árbitro maior.

Sobre essa ótica vejo a educação física distanciada do olhar crítico da filosofia à medida que ela não se reconhece enquanto processo e projeto e, portanto, “é” ao invés de “estar sendo”; ela se nega ser, a um só tempo, determinação e negação, ser e dever-ser, assume sua condição de instrumento de reprodução social. Assim, afirmar a existência de uma filosofia da educação física e não a educação física sob o olhar da filosofia é procurar, por pura insciência, negar a filosofia como crítica da totalidade e afirmar o sujeito (o fenômeno deslocado do contexto ou revelado) como distinto do objeto (a sociedade sem a qual inexistente o fenômeno) - a consciência a transcender a existência - o que, *de per si*, representa um devaneio, uma quimera inaudita.

Afirmar a existência de um código de ética(?) da educação física é, a meu juízo, no mínimo paradoxal, posto que ao mesmo tempo que se procura a relação entre educação física e ética, oculta-se esta última como uma construção social

e histórica de classe. Tal como é entendida, a ética enquanto valor universal revela um equívoco de quem postula pois, com efeito, ela não serve à sustentação desse ramo pobre da educação a negar-se no plano político e ideológico.

Sem sujeito e objeto definidos sócio-historicamente e sem estatuto científico [epistemológico] próprios, a educação física como um grande quebra-cabeças é composta pelas contribuições da filosofia, das ciências (sociais, da natureza e biológicas), derivando daí, a tão famosa “crise de identidade”. Insatisfeitos com a condição de professor, os girondinos de tudo fazem para perante os olhos da academia se identificarem com o “alto clero”, isto é, com o reduzido grupelho de intelectuais e pesquisadores que detém o mando sobre o aparelho escolar superior ou que tratam a res publica como a extensão de sua propriedade pessoal.

A ética é a ciência da ou que estuda moral, sua natureza, sua história e tendências do seu desenvolvimento, do papel do bem e do mal, do dever e da consciência, etc., na vida dos homens e mulheres, mas se a educação física está *au-dessus de la mêlée* (acima do combate ou dos cães se pegando a dentadas), então ela não guarda nenhuma relação com a ética referente, *sensu lato*, à avaliação normativa das ações e do caráter de indivíduos, grupos e classes sociais (Outhwaite e Bottomore, 1996).

Mas se a educação física, parte ou “peça do Aparelho Ideológico de Estado escolar”², interfere no desenvolvimento dessas ações e no caráter dos indivíduos, é possível dizer que ela e a ética guardam uma relação indelével. Por isto, o tema que ao longo desses últimos anos tem despertado meu interesse é a clara troca da *ética dos princípios* pela *ética dos interesses* [cargos comissionados, assessorias, duplo emprego,

² ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999. p. 102, 264

burla da dedicação exclusiva, etc.], observada na conduta da maioria dos intelectuais da educação física que hoje, em silêncio ou aplaudindo, apoiam a ação da *gironda*.

Fugindo dos interesses, permanece tatuado em minha consciência uma concepção de mundo e de sociedade a entender a *ética* em seu sentido polissêmico, quer dizer, enquanto disciplina da filosofia, ciência da moralidade, a moral (costumes) e comportamento numa determinada sociedade. Todavia, o que me interessa é a moral como objeto de estudo, posto que, a *ética* propriamente dita pode ser, ainda, considerada como a busca de uma boa 'maneira de ser', ou a sabedoria da ação (Badiou,1995).

Foram os estóicos que com mais constância fizeram da *ética* o *próprio cerne* da sabedoria filosófica. Para eles, comparado a um ovo a *ética* era a gema, enquanto a física era a clara. Nesta metáfora tem-se que, sem *ética* não se edifica uma sociedade nova, portanto, se a gema é prejudicial à saúde, e a clara - proteína, reparadora e construtora de tecidos - é possível dizer então, a *ética* é a clara sem a qual o organismo social definha, deperece e morre.

O ser ético tem sua preocupação voltada ao respeito dos direitos sociais e individuais - direito de sobreviver e de viver, de não ser maltratado, de dispor de liberdade (de opinião, expressão, atividade intelectual, de escolha democrática dos governantes etc.) - e o fazer com que sejam respeitados (Badiou,1995). Neste sentido, "é uma pesada tarefa para o 'filósofo' arrebatado as palavras àquele que prostitui o seu uso. Já Platão tinha toda a dificuldade do mundo em sustentar a palavra *justiça* contra o uso velhaco e versátil que dela faziam os sofistas" (Id.ibid.,p.53).

A moral descende do latim *mores*, costumes ou um conjunto de normas e regras de comportamento adquirido segundo o hábito de uma determinada sociedade, isto é, o modo de ser dos homens e mulheres construído e incorporados socialmente. Por sua vez, *ética* vem do grego *ethos*, *éticos*, traduzido para o latim por *moralis*, que significa modo de ser ou

caráter enquanto forma de vida construída e adquirida socialmente por homens e mulheres de uma dada sociedade.

Então, *mores* e *éticos* confluem, originariamente, para um tipo de comportamento que não é dado naturalmente, mas que aos poucos vai sendo construído e incorporado pelo hábito dos indivíduos que compõem uma sociedade. Partindo do "humano como o adquirido ou conquistado pelo homem sobre o que há nele de pura natureza", observa-se o comportamento moral como o que "pertence somente ao homem na medida em que, sobre a sua própria natureza, cria esta segunda natureza, da qual faz parte a sua atividade moral" (Vasquez, *ibid.*, p.14).

Se a ética é exatamente a ciência da moral, a sua particularidade mais importante consiste em estar intimamente ligada à vida social, à prática da transformação revolucionária do mundo e à luta pela organização social justa e pela formação do indivíduo harmoniosamente desenvolvido, moral e humanista. Então, a moral é apreendida "como o conjunto de juízos morais de que alguém ou grupo dispõe" (Tugendhat, 1999, p.34) e sem o qual sua dominação estaria seriamente comprometida.

Se para Tugendhat os conceitos ética e moral são intercambiáveis, para outros autores contemporâneos, há uma diferença entre eles, uma vez que é possível trabalhar, por exemplo, com o conceito ético diferente do conceito moral, sendo um equívoco definir ética como algo mais abrangente que o moral; pois tal questão inexiste. Contudo, uma outra definição terminológica é possível, diferenciando o conceito ético da moral, chega-se à compreensão da ética como reflexão filosófica sobre a moral (Id. *ibid.*, p.41).

Todavia, pergunta-se o que é que determina o conteúdo da moral e em que consiste o significado da obrigatoriedade e do imperativo de suas exigências, elas serão objetivas ou subjetivas?

Nenhuma teoria ética pode se furtar em discutir essas questões básicas, visto que da sua solução depende sua *posição filosófica*. Vale dizer, a solução ou o encaminhamento revela a *concepção de mundo e o compromisso político* do intelectual. Da perspectiva acima emergem algumas formas de pensar a moral, a moralidade: para alguns a base da moralidade está exclusivamente no *sujeito*, no *indivíduo*; quer dizer, o homem abstrato como seu único criador, de maneira que, a fonte da moralidade é, ora a inteligência “esclarecida” e o dever sublime de um indivíduo, ora a sua boa vontade e compaixão ou a vontade firme e a dignidade nobre (ou dos “nobres”?).

Essa concepção peca por *subjetivismo* à medida em que não é capaz de expressar o conteúdo objetivo da moral, preferindo interpretá-la como arbitrariedade pessoal, egoísmo, caprichos e ímpetos individuais. Outros procuram as bases *supra-subjetivas* da moral, conferindo-lhe sentido e significado emanados da vontade divina. Para eles, estaria na religião todo o legado de uma certa moral assentada no “bem fazer” socrático cheio de sofrimento e tentação.

Atribuir um atributo divino à moral, é deturpar e subestimar (intencionalmente ou não) o sujeito da moralidade, o homem, envenenando-o com um “opíáceo” qualquer - religião, carnaval, esportes, etc. - e com a prédica conservadora da tolerância, com o que fazem adormecer a sua vontade de lutar pela igualdade, pela liberdade e pela felicidade reais.

Há, ainda, os que consideram a moralidade como mera ressonância da necessidade de instauração de uma determinada “ordem” sem sobressalto ou sem combate, confronto, luta de classes. Nessa perspectiva, a moralidade seria, portanto, o *produto da sociedade* (categoria abstrata) que reprime, com a ajuda da moral, os desejos e interesses egoístas dos indivíduos.

Não conseguindo caminhar para além da especulação, esses personagens não abordam a determinação social -

material e/ou econômica - da moral ou do comportamento ético. Por isto, não conseguem prosperar em suas ideias, porquanto perderam de vista o papel transformador da moral e o seu valor-necessidade na vida dos operários e trabalhadores assalariados. Irracionais, não podem fundamentar seus pensamentos em relação às suas metas e às relações sociais de produção que, em última instância, as determinam (Tugendhat,ibid.,p.46).

Mas se acordo que "as ideias dominantes de cada época são as ideias da classe dominante", então, é possível postular ser a ética, enquanto um conjunto de ideias balizadoras das condutas morais, a prevalente que estuda não qualquer moral, mas, em especial, a moral da classe dominante utilizada para manter os dominados manietados, sem sobressalto. Mesmo porque,

"não se justifica mais a existência de uma ética puramente filosófica, especulativa ou dedutiva, divorciada da ciência e da própria realidade humana moral. [Todavia] O comportamento moral é próprio do homem como ser histórico, social e prática, isto é, comum ser que transforma conscientemente o mundo que o rodeia; que faz da natureza externa um mundo à sua medida humana, e que, desta maneira, transforma a sua própria natureza" (Vasquez,ibid.,p.17).

A ética ou moral dissociada da vida material dos homens e mulheres, ignorando-os como seres históricos, sociais e práticos, portanto, que transformam a natureza e por ela são transformados, não passa de um *imperativo* a ratificar o jogo escuso da política dominante, *al pari* com a condenação de todos os comportamentos e ideias antagônicas aos tentáculos asfixiantes dos aparatos repressivos do Estado... burguês.

A ética concernente às relações entre responsabilidade e necessidade - deve ser abordada a partir de pressupostos filosóficos básicos, como a *dialética* da necessidade e da liberdade. O discurso ético tem por base real não a

especulação, o que seria uma esdrúxula contradição, mas a prática social - material e espiritual - de homens e mulheres exercendo-se sobre a realidade concreta. Neste sentido, "a ética nunca pode deixar de ter como fundamento a concepção filosófica do homem que nos dá uma visão total deste como ser social, histórico e criador" (Vasquez,ibid.,p.18).

Ora, se são os homens que constróem suas próprias normas de condutas e de convívio – as relações sociais –, adequadas e necessárias ao desenvolvimento e manutenção de uma determinada etapa do desenvolvimento social e histórico ou de um determinado modo de produção ou de uma formação sócio-econômica, e se a maioria dos homens e mulheres, como na *pólis* grega clássica, encontram-se excluídos do processo ou da dinâmica social de produção, então, a ética em andamento ou que subjaz o comportamento dos grupos dominados neste país, só pode ser a ética da minoria à satisfação de dissolutos desejos e objetivos.

A ética só tem validade prática se for compreendida como fato histórico, quer dizer, assim como as sociedades sucedem umas as outras, também as morais concretas, efetivas, se sucedem e substituem umas às outras. Logo, se a moral é entendida como "um fato histórico, por conseguinte, a ética como a ciência da moral, não pode concebê-la como dada de uma vez para sempre, mas tem de considerá-la como um aspecto da realidade humana mutável com o tempo" (Vasquez,ibid.,p.25) e, obviamente, com as transformações imanentes às sociedades humanas.

Pessoalmente, penso a moralidade, seja ela qual for ou de que ordem for, como sendo *determinada social e historicamente*, não passando de arroubos de ignorante a afirmação da existência de uma "moral" individual ou de uma moral institucional ou de uma categoria profissional Com o rigor que é devido à análise da tradição marxista, o conteúdo objetivo da moral traduz o caráter das *relações sociais de produção*, quer dizer, das relações de propriedade sobre os

meios de produção, da interação entre diferentes classes sociais, das formas de distribuição e troca, consumo, etc.

Por exemplo, tomando por base a ética escrava (ou capitalista), como a ética do deus Vulcano que mantém o escravo moderno mais fortemente atrelado ao carro do capital do que Prometeu agrilhado aos Rochedos do Cáucaso, ela, além de exigir e ratificar a "tortura" diária do apenado, de forma hegemônica e por caminhos diversos, impõe a subserviência e a parcimônia da classe oprimida, o proletariado; ainda exige o consenso e a aceitação da sua exploração e opressão; exige e inculca a servidão voluntária com o que os "senhores modernos", os burgueses, podem prescindir dos meios de coerção traduzido na seguinte formulação: à espoliação consentida a "ausência" dos aparatos repressivos do Estado.

Por outro lado, se a ética é produto histórico, o múltiplo da sabedoria, tudo o que se contrapõe a ela enquadrar-se-ia como nas palavras de Hesíodo onde "ótimo é aquele que de si mesmo conhece todas as coisas. Bom, o que escuta os conselhos dos homens judiciosos. Mas, o que por si só pensa, nem acolhe a sabedoria alheia, esse é, em verdade, uma criatura inútil" (Aristóteles, 1979, p.51).

Sob a perspectiva da ética dominante permanece o paradoxo entre a pregação e a ação cobrada aos adolescentes, posto que, a coragem, como reporta Aristóteles, não pode ser construída sob a servidão a partir da qual se instaura o medo diante da vida, o temor da morte, a "medrosidade" absurda. A coragem flui do desprezo pelos perigos ou no arrostar coisas terríveis (Id. ibid., p.69).

A análise da história da filosofia revela que o medo e a esperança, em linguagem espinoziana, são a base de todo controle social. O *medo* mantém a juventude imobilizada diante do imprevisível ou das conseqüências inerentes aos movimentos sociais e populares insurrectos, enquanto a *esperança* reafirma o imobilismo que cresce na crença da possibilidade da construção doutra sociedade a partir do

consenso, da conciliação entre os antagônicos, quer dizer, entre trabalho e capital.

Para mim, só a perda do temor reverencial pode tornar brava a juventude e, depois de tornada como tal, será capaz de fazer frente às intempéries sociais da sociedade em que vive. Vale salientar, não é uma prerrogativa da atual sociedade tornar as crianças, todas elas, temperantes, corajosas e intemeratas, ao contrário, “educá-las” desde muito cedo no misticismo, conformadas e servis.

Se para Platão as crianças deveriam ser educadas de uma determinada maneira desde a mais tenra idade a fim de se deleitarem e de sofrerem com as coisas que lhes devem causar deleite ou sofrimento, é porque essa era a educação certa (Aristóteles, *ibid.*). Por extensão, a virtude do cidadão, do homem da *pólis*, homem da classe dominante, deveria ser encarada como a arte orientando-se para o mais difícil [mas o que era o mais difícil para o cidadão ateniense?]. Todavia, nas sociedades modernas o grosso dos indivíduos é direcionado à aceitação da condição de excluído, condição mais fácil, pois o mais difícil, onde realmente desenvolver-se-ia o *intemerato*, o *perseverante*, *corajoso*, o virtuoso radica na não aceitação das facilidades e/ou do facilitado.

Diferentemente da *virtude política* grega que inculcava no escravo a idéia de que o seu dono e a sua família eram seus senhores por natureza, hoje, essa *virtude...* irremediavelmente política, nascida dos operários e trabalhadores assalariados coloca em cheque a inculcação da primeira, postulando a ousadia da transformação social. A *virtude* grega essencialmente escrava e a erguer a morte contra a vida, ainda dominante, é a falsa ética à medida que apenas “pela prática de atos justos se gera homens justos” (Aristóteles, *ibid.*, p.71), sendo a ética dos justos a verdadeira ética.

Ser “justo”, neste país de contradições exacerbadas, não é praticar atos injustos contra a maioria da população, contra aqueles que produzem as riquezas deste país, com o

que não há possibilidade concreta de nos tornarmos éticos, pois numa sociedade onde prevalece a "classe do ilimitado", onde "o excesso e a falta são características do vício, jamais haverá retidão, unicamente persistirá livre e inabalável, o erro (Id. *ibid.*).

Na fala do Estagirita, há três tipos de virtude próprias ao cidadão - homem da classe dominante: sabedoria, virilidade e moderação ou comedimento, a *sophrosyne*. A *sabedoria* era vista como imanente aos filósofos e os governantes; a *virilidade* própria aos guerreiros e/ou aos militares; sendo a *sophrosyne* prerrogativa dos cidadãos livres. A bem da verdade, essa virtude, exclusiva da classe dominante coexistia, tal como hoje, com desprezo pelo trabalho escravo, com as guerras de rapina e dominação e com a cobiça e o poder.

Toda moralidade ou, simplesmente, a moral é determinada social e historicamente, sendo que o conteúdo objetivo da moral reflete e traduz o caráter das relações sociais de produção, o caráter da propriedade (privada ou coletiva), as formas de produção, distribuição e consumo, etc.. Isto porque, as relações sociais de produção são determinantes não só em relação ao modo específico de produção dos bens materiais, sua distribuição e seu consumo, como também em relação a um determinado tipo de vida humana e a um determinado modo de vida. Segundo a atividade vital dos indivíduos, assim serão eles próprios. Tal é o conteúdo que nutre e dá vida a moral.

Considero, no entanto, no estudo da moral e da ética (na história), necessário evitar o *eclétismo* que faz da consciência moral do indivíduo uma salada de frutas que se excluem ou que concorrem divergentemente no metabolismo, umas conduzindo ao *nada do ser*, outras produzindo uma acidez ideológica e política com a qual não é possível conviver. Referimos não existir uma ética ou normas morais escoimadas do seu caráter de classe. Falar de ética e normas morais sem o seu *a priori*, a igualdade (de condições), é, do ponto de vista do marxismo, um *nonsense*. Logo é justo dizer, onde não há

igualdade, não há justiça, residindo aí a ética injusta... ou ética do senhor. Ergue-se a clássica tese do *Ateniense* a afirmar: não se pode ser justo na sociedade injusta, logo não se pode ser ético na sociedade não-ética.

E na educação física?

Bem, a meu juízo, aqui há dois momentos: o que antecede a formação do Confef e o imediatamente após. Para o propósito deste texto, é o segundo momento que interessa, sendo “objeto” de minha análise, iniciada na primeira parte, o discurso da *gironda* por ser o que me chama mais a atenção, mormente por afirmar ter a ética como objetivo o estabelecimento de um *consenso* capaz de comprometer todos os integrantes dessa subcategoria profissional a assumir o papel social, fazendo com que, por intermédio de uma certa “intersubjetividade”, migrem do plano das realizações individuais para o plano da realização social e coletiva.

Por *consenso*, entendo consentimento, acordo, pacto, aprovação unânime. Ora, aqui há mais uma *aporia* posta à categoria dos professores e estudantes de educação física, à medida que a *gironda* não corresponde ao “livre” desejo e aprovação unânime ou do *consensus gentium* (em política, 50% mais 1), decisão relativa a “todos” ou proveniente de acordo comum. Não foi e não é assim!

A *gironda* não é filha apenas do dissenso como poderiam argumentar, mas de uma armação sobre a posição díspar existente entre concepções de mundo, de sociedade, de homem e, obviamente, de educação física; ela foi e é imposição dos comprometidos política e economicamente com grupos privados que enganam mau e parcamente a população fazendo apologia da educação física como panacéia milagrosa.

Na verdade, não há *consenso* na subcategoria dos professores de educação física quanto à regulamentação da profissão, isto porque, os que são contra apostam na regulamentação da profissão de professor em geral,

entendendo que a regulamentação por área de conhecimento - educação física, matemática, história, filosofia, geografia, português, etc. - fragmenta de forma absurda a luta dos professores enquanto categoria profissional, fragmentação que enfraquece a luta pela transformação da sociedade. Destarte, a regulamentação da parte, desconsiderando o todo, é um erro de imaturidade política e de ignorância filosófica.

Mas o que é que me faz contra o *consenso* clamar pelo *dissenso*? Pelo *consenso* a *gironda* à reboque da burguesia procura manter os professores da educação física afastados das lutas sociais; enquanto, o *dissenso* não esconde o caráter de classe da prática social dos professores e, obviamente, de sua ação educativa como ação de partido, desmistifica o caráter de classe não apenas da pedagogia burguesa, como também da ética e da filosofia, propondo o engajamento dos educadores e dos educandos na efetiva luta pela transformação desta sociedade e pela reconstrução da educação (Gadotti, Freire e Guimarães, 1986).

Desde os anos 80, especificamente 1982, quando da publicação do livro “Educação Física cuida do corpo e... mente”, reflexo do luta de classes externa, fica evidenciada a “luta interna” entre os professores que sempre trataram de despolitizar a educação física e os desportos e os professores de orientação socialista que trabalhavam na perspectiva da construção de uma consciência de classes.

Ao contrário do que prega a *gironda*, o que marca a diferença é o *dissenso* observado entre, de um lado, os professores vinculados à pedagogia burguesa, conservadora, reacionária e, doutro lado, os *contra*, historicamente adeptos da pedagogia prospectiva, em construção, buscando a consciência de classe formando-se nas práticas sociais de classes que têm lugar no interior desta sociedade (Gadotti, Freire e Guimarães, *ibid.*). Logo, ao predicar a existência do *consenso* entre antagônicos, na verdade, a *gironda* não considera o fato, *como diz Gadotti*, de que na educação o

próprio pesquisador faz parte da realidade objetiva ou da realidade pesquisada (Id.ibid.,p10).

Seria mais fácil dizer o seguinte, o caráter fundamental do positivismo a exornar a *gironda* é enfocar todos os fenômenos sociais “como sujeitos a *leis* naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem, *diz Comte*, o objetivo de todos os nosso esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas *causas*, sejam primeiras, sejam finais” (Comte, 1996, p. 26). Nessa perspectiva, é objetivo dos intelectuais vazados pelo positivismo trabalhar no sentido da consolidação da ordem pública e do “progresso”, pelo desenvolvimento, especialmente, na classe operária de uma *sábia resignação* (Id. ibid.).

Destarte, *consenso* e *sábia resignação* ou são sinônimos ou caminham juntas, passo a passo. A meu juízo, múltiplos são os conflitos numa sociedade capitalista, dentre eles apenas o conflito entre contrários é superável, à medida que o conflito entre os antagônicos é insuperável; assim, se não se quiser cair na falácia, não se deve falar de *consenso* ou diálogo entre os antagônicos. Embora, do ponto de vista da dialética, o diálogo se insira no conflito, “não é possível, *como afirmava Paulo Freire*, diálogo entre antagônicos. Entre estes, o que há é o conflito” (Id.ibid.,p.123).

Freire afirma a impossibilidade de prescindir-se “do diálogo entre os iguais e os diferentes que participam da luta, ou do grito, para botar abaixo o poder que nega a palavra” (Id. ibid.). Quase ao final de sua fala, escreve: “na *Pedagogia do Oprimido* digo que o diálogo só se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos. No máximo pode ocorrer um pacto. Em determinado momento a classe dominada aceita um pacto com a dominante, mas passada a situação que gerou a necessidade do pacto o conflito se reacende” (Id.ibid.,p.123-124).

Na educação física o pensamento conservador encerra a aparente concessão do 'mito positivista' de uma pedagogia e

de uma ciência social neutras, imparciais, face ao resgate inquestionável do pensamento crítico não positivista, da pedagogia do conflito e/ou do oprimido, enfim, da concepção de mundo marxista (Frigotto, 1989, p. 85). Sob o viés conservador a *gironda* vê na “ética” o elemento mediador ou de *consenso* entre, por exemplo, donos de academia [os que vivem da exploração da força de trabalho de professores] e seus empregados [profissionais afins da educação física, mormente o professor com o diploma universitário]. Do nosso ponto de vista, a ética apontada pela *gironda* não é uma construção histórica e necessária ao domínio de uma determinada classe social e/ou à continuidade da exploração do homem pelo homem, com efeito, é “ética” que estuda uma certa moral *alienígena* e sem fundamentação humana.

É um despropósito aceitar, via código de ética construído por “meia dúzia” de girondinos e com a total ausência da maioria dos professores de educação física; que o papel do educador seja reduzido a uma ação pedagógica imutável, vazado por “princípios” que nunca mudam porque determinados por leis naturais invariáveis, com objetivos claros, reafirmar o campo conservador-reacionário. Em que pese qualquer discurso ético, este não é o destino do educador, mesmo porque ele não existe *a priori*, em outros termos, não está inserido na natureza do *educador* enquanto construção *histórica* e *social* numa sociedade de classes, o nosso papel tem características específicas, repetimos, há os que estão a serviço da classe dominante e os que estão a serviço da classe dominada.

Ignorando o pressuposto da luta de classes, o código de “ética” da categoria profissional assumido pela *gironda* propõe o seguinte: “Um país *mais justo* e *democrático* passa pela *adoção da ética* na promoção das atividades físicas, desportivas e similares” (os itálicos são meus). Com certeza, por não ter superado o momento da consciência intransitiva a *gironda* não sabe o que diz e, por isto, não consegue fundamentar e interpretar o que escreve. Com ela no “poder” a

educação física é transformada em instrumento de ajuda à reprodução da sociedade velha e à geração, neste final de século, de homens cada vez mais famélicos e desesperançados.

Clamar por mais justiça no Brasil, senhores *girondinos*, é assumir que nele não há justiça, o contrário é devaneio, pois não pode haver justiça num país onde “1% da população detém uma riqueza superior à de 50% dos brasileiros. [E se] cerca de 1,67 milhão de pessoas possuem fortuna superior à soma dos bens de 83 milhões de brasileiros” (Christo, 2000) com certeza os professores de educação física a frente da *gironda* estão a falar de uma outra coisa, não de justiça.

Vazada pela empáfia, a *gironda* reporta-se ao Brasil como “um país democrático”. Esse considerando só pode estar montado sob a ignorância vez que, historicamente, este país é uma “ditadura republicana”, uma plutocracia, mas jamais uma verdadeira democracia. Mas se o Brasil não é um país democrático, então, o que seria um país democrático? E o que é democracia? Qual é a concepção de democracia assumida pela *gironda*?

Com certeza, o conceito de democracia utilizado no código de “ética” da educação física, está posto “como valor universal” de tal forma que seus propagadores “não toleram submetê-lo a qualquer exame, já que se trataria de um patrimônio natural e indiscutido dos seres racionais” (Katz, 1996, p. 49). Adulterando os conceitos e a escamotear a realidade, a *gironda* não consegue vislumbrar democracia como não pertença da “enevada esfera dos valores, mas às formas historicamente determinadas de organizações dos Estados” (Id.ibid.); esquece ainda que a classe dominante, a plutocracia, ao longo de sua caminhada draconiana, iniciada na aurora do 1789, utiliza os aparatos repressivos e ideológicos do Estado para exercer sua dominação sobre a maioria da população e a isto dá o nome de “democracia”.

A cantilena da *gironda* retira da democracia universal sua determinação histórica e social, atribuindo-lhe um caráter

de fetiche ao preconizá-la como instrumento político servente, indistintamente, a todas as camadas da população. Quando a *gironda* diz que o Brasil “passa pela adoção da ética”, o faz como se a ética tivesse sido construída em local ignorado e/ou por alguém ignorado, um *alien* talvez.

Qual o resultado dessa falácia? *Adoção* significa ato ou efeito de adotar que, por sua vez, é definido como *tomar, assumir, aceitar, usar, resolver seguir*, nada mais; *adotar* uma ética significa tomar para si, assumir como sua, usar como se fora sua, construída por outrem. Mais uma vez ignoram que uma classe elabora normas morais - não roubarás, não matarás, não desejarás a mulher do próximo - apresentadas na forma de *imperativos hipotéticos* (sujeitas a uma condição, não roubarás para ganhares um lugar ao céu) e não de *imperativos categóricos* (incondicionados – não matarás).

A *gironda*, ao confundir legalidade com moralidade, não compreende que legalidade não coincide, com moralidade, pois, se os homens não matam para não sofrer as penas da lei, o que determina seu comportamento não é a norma ética mas o temor do castigo (Corbisier, 1984, p.392); esquece, ainda, que os códigos de ética construídos e grafados ao longo da história serviram para atemorizar as pessoas não consideradas corretas para quem os determinantes “legais” das sociedades eram ilegais.

Tal e qual, o código de ética(?) da educação física proposto pela *gironda* busca não a norma ética, a incorporação de valores ou de juízos morais, mas, tão somente, estatuir a “legalidade” pelo *temor* ao castigo e pela *esperança*, dois mecanismos de controle social. Pretender o código de ética da educação física erigido sob a determinação de acólitos de empresas privadas de “ensino” é um outro erro inominável. A empresa privada encimada no lucro fácil e, portanto, na exploração da força de trabalho alheio pouco se importa com a ética, ou melhor, nela não há ética, existindo apenas um simulacro ético da ética escrava, detrás da qual ergue-se a opulência de uns poucos contra a miséria da maioria. A ética(?)

posta no *códex da gironda* é a “ética” daqueles que se mexem contra aqueles que, por não terem dinheiro, têm a si e sua vida”.

Há dentre as muitas “contradições” observadas no código em pauta, algumas perfeitamente analisáveis: se por um lado, critica a perspectiva corporativa clamando que “o profissional de educação física deve assumir o compromisso ético com a sociedade colocando-se assim a seu serviço primordialmente, independente de qualquer outro interesse, sobretudo de *natureza corporativa*”, por outro lado, há uma explícita apologia ao corporativismo, na seguinte afirmação: “O dever fundamental da preservação da saúde dos beneficiários implica em responsabilidade social do profissional de educação física e como tal não deve e mesmo não pode ser compartilhado com pessoas não credenciadas quer de modo formal, institucional ou legal”.

Logo, a ambigüidade da falação *girondina* é muito clara. Ao mesmo tempo que critica as ações corporativas, afirma de forma cáustica a existência e a necessidade da corporação - associação de pessoas da mesma profissão, sujeitas à mesma regra, estatuto ou código, portadoras dos mesmos deveres e direitos, atribuindo aos pares “o direito do pleno exercício da profissão de educação física” desde que legalmente credenciadas, obviamente! Destarte, a deontologia reclamada pela *gironda* não tem base concreta, é primária, pífia, configurada claramente na lavra em que o dever fundamental do professor de educação física é com a preservação da saúde dos beneficiários ou dever “essencial à preservação da saúde dos beneficiários”. Ridícula pretensão. Como é possível preservar uma saúde que inexistente? E o que é saúde?

Sem uma definição precisa do que seja saúde, só resta a parva fraseologia, a parolagem, o frasismo. Neste sentido, a “epidemia” da fome que se alastrou neste país nos últimos dez anos passou despercebida e continua ausente dos currículos dos cursos superiores de educação física, por que?

A fome de alimentos, de leitura, de divertimento, de trabalho, de moradia, de terra para plantar e dela sobreviver, de justiça, enfim, fome de ser não é objetivo dos estudos e das douras pesquisas da educação física, por que?

Objetivamente, numa sociedade em que o salário mínimo dos trabalhadores e operários está fixado em R\$ 180,00 (quando, segundo o DIEESE, deveria ser de R\$ 1085,00) e que “19,6% das famílias têm uma renda *per capita* mensal de, no máximo, meio salário mínimo” (Christo, *ibid.*), pergunto: quem tem saúde e para que educação física?

Quem tem saúde no país de 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais “sem-terra”, quer dizer, sem cidadania?

Sem cidadania todos os outros direitos, individuais e coletivos, fluentes do trabalho lhes são obstados pela barreira da ausência de “trabalho”. Trabalho e cidadania são como irmãos siameses, um não existe sem o outro. Vivendo à margem das estradas, marginalizados na “pirambeira”, os trabalhadores rurais “sem-terra” – via MST – são acusados de ultrapassar o *limite da legalidade* da própria marginalidade em que estão a contragosto, com isto, o governo federal e a sociedade civil [a burguesia organizada] procura empurrá-los para a clandestinidade, reprimí-los de modo draconiano, mantendo-os não mais à margem das estradas, mas à margem da vida.

Num país que contraiu uma dívida externa de mais de US\$ 260 bilhões e uma dívida interna que supera a casa dos US\$ 600 bilhões e que gastou, só em 1999, mais de US\$ 70 bilhões com juros e serviço da primeira dívida sem mexer um centavo na parte principal, não há preocupação efetiva com a saúde dos seus operários e trabalhadores assalariados. Além do mais, não pode ser considerado saudável, probó, ilibado, correto e democrático um governo que trata os povos

originários deste país com total e descabido desrespeito e ausência do pundonor.³

Ignorando as contradições sociais, a *gironda* assumiu a postura retrógrada e pretérita, que em nada apresenta de novo aos professores de educação física e à sociedade em geral. Além do mais, sua postura é *eclética* ao intuir que a *verdade* é o resultado “de um mosaico montado pela junção de diferentes posturas, ideologias, perspectivas metodológicas” (Frigotto, *ibid.*). O código de ética(?) da educação física é mais um dos tantos arranjos de diversas concepções de mundo radicando no ranço conservador-corporativo incompatível com o neoliberalismo defendido pela maioria dos professores e de educação física e, obviamente, pelos próprios conselheiros.

Afirmar a interação de diferentes pontos de vista apresentados como mutuamente suplementares, a “ordem universalista e internacional” estribada em “valores como liberdade, igualdade, fraternidade...” é ridículo, se não fosse primário. Fazer apologia da tríade que encantou as massas exploradas da França do século XVIII, sem perceber que ela encerrava, em estado latente, o mau caráter da classe média da época, a burguesia, é trágico se não fosse cômico. Neste sentido, a *gironda* dá o acabamento necessário ao desenvolvimento da “convicção de que, no indecente burburinho do mercado intelectual, nenhuma maneira de pensar pode pretender mais validade que qualquer outra” (Eagleton, 1997, p. 101).

Seguindo a crítica rasa da sociedade, reafirma-se pela peroração que “a conduta do profissional de educação física com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, apreço e *solidariedade* em consonância com os postulados de *harmonia* da categoria profissional”. Espírito de *solidariedade*, mas o que é isto?

³ Todos os dados foram retirados do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Edição Especial, nº 01 – Julho de 2000, p. 3

Ao longo dos últimos anos, os interesses de uma pequena minoria foram postados acima dos direitos da maioria - servidores docentes, servidores técnicos e administrativos e discentes que pensam e lutam pela manutenção da Universidade Pública realmente gratuita em todos os níveis. Logo, o comportamento a-ético desse grupelho representa a confirmação imediata, na prática, de que o código de “ética” da profissão é um conjunto de palavras sem sentido, nada mais que palavras e na vida real, empiricamente demonstrável, essas palavras não correspondem aos fatos e colidem com a ação social daqueles que pregam o que na prática não cumprem. *Solidariedade* orgânica só existe entre iguais e contrários, jamais entre antagônicos.

Ser *solidário* é partilhar do sofrimento alheio, se empenhar em mitigá-lo e assumir a relação de responsabilidade entre indivíduos unidos por objetivos comuns. Esses objetivos não podem ser particulares, menores, pessoais, corporativos, posto que, no corporativismo não há solidariedade mas “acumplicamento”, no sentido pejorativo, pois erros e irresponsabilidades são mantidos fora do alcance da visão da sociedade em virtude do bom nome da profissão.

Aqui é necessário fazer um pequeno parêntese. Vejam, diante da onda ofensiva da barbárie capitalista, bem como da profunda e “inesperada” retrogradação ocorrida na Europa do Leste, especialmente na ex-União Soviética, “determinante” da marcha unida da maioria dos intelectuais de esquerda da educação física para o campo da direita, vemos um amontoado de charlatães demonstrarem bastante insolência em suas declamações contra a ciência e a filosofia de cunho marxista.

Com certeza temem o marxismo, por isto resgatam concepções anacrônicas de mundo, de sociedade e de homem, tal como a fenomenologia-existencialista⁴ e passam a

⁴ Corrente iniciada e desenvolvida pelos seguinte luminares: Soren Kierkegaard, Martin Heidegger, Edmund Husserl, Alfred Schultz, Gabriel Marcel dentre outros.

especular “sobre as possibilidades que subsistem no seio do capitalismo para a transformação fantástica do real; sobre os subsídios que o obscurantismo recebe das forças de reação social” (Poltzer,ibid.,p.112). Sob tais pontos de vista, sem nenhuma fundamentação real, tecem apologia ao capitalismo enquanto redentor da humanidade perdida ou não encontrada, quer dizer, construída ao longo de vidas e vidas de bilhões de seres “humanos”.

Ao resgatar as concepções filosóficas que opõem ao *pugno* o *cogito*, pretende a *gironda* a realização da teoria contra a prática e recomenda deixar o pensamento especulativo - paradoxalmente, o pensamento que tem por base a materialidade do mundo e a dinâmica das ações humanas em sociedade - para “descobrir” o *pensamento existencial*, o pensamento que é paixão, subjetividade mística e a mitologia, com as quais procura “embriagar” coletivamente todos professores de educação física.

Profundamente entristecido e decepcionado, vejo intelectuais, outrora parceiros de caminhada, retirar da educação física a *dúvida metódica*, o *espírito crítico* que abala os mitos e expulsa as superstições, *pari passu* condenando aquela filosofia (marxista) que continua nascendo e se desenvolvendo diariamente na luta contra o obscurantismo, o dogmatismo e toda forma de idealismo. Está claro que, para os existencialistas, “ser é ser místico, [logo] a pretensa oposição entre o *sum* e o *cogito* chama-se, na realidade, a mística erigida contra o pensamento racional, a afirmação do ser. Não é para o homem, o ato pelo qual ele se realiza. É, no máximo, o ‘temor’ e o ‘tremor’ diante daqueles que desejam, precisamente, impedir a ferro e fogo a realização do homem” (Id. ibid.).

Criando uma “confusão grosseira entre a realidade de um acontecimento e a verdade de sua interpretação”, com a clara intenção de estabelecer a mistura desordenada dos matizes na consciência do alunado e dos profissionais da educação física, a *gironda* é apresentada como uma entidade

de classe sob a qual oculta-se a condição histórica dos profissionais de educação física como “subcategoria” de uma das categorias históricas que retiram seus recursos da mais-valia, do trabalho excedente ou não-pago, e neste rol categorial encontro todos os parasitas da atual sociedade - padre, professor, prostituta, burocrata, soldado dentre outros (Luxemburg, 1983, p.399).

Controlada desde os anos 20 e 30 deste século pelo pensamento conservador-reacionário, a “subcategoria” dos professores de educação física é o caminho seguro à inculcação da “ignorância” e da apatia política, pela simples razão de predicar a ilusão no alunado e noutros professores, que o capitalismo é detentor de uma capacidade incomensurável à resolução do drama produzido pelo fluxo de dinheiro desviado, como já se disse, ao pagamento das dívidas externa e interna: pauperização absoluta da sociedade brasileira e desmanche do Estado cada vez mais comprometido com as oligarquias financeiras internacionais.

Mas se submeto a crítica dos críticos à pergunta qual “alternativa” ao capitalismo, entendida a palavra “alternativa” no seu sentido exato, a resposta não está, logicamente, diante de nós senão detrás de nós mesmos. A meu juízo, a “alternativa” não é outra senão o “erradicado” socialismo de tipo soviético ou não, que perseguia o projeto viável de construção da sociedade sem mercado e sem classes. Cumpre salientar, nossa “alternativa” é antagônica a dos epígonos da educação física, o capitalismo sem mercado – uma real *contradição nos termos* – ou o socialismo mercadológico. Ora, a verdadeira democracia necessária ao iniciar da edificação da sociedade sem classes é incompatível com o mercado, com o capital e, portanto, com a exploração do homem pelo homem..

A empáfia truculenta da *gironda* procura afirmar a não existência de uma outra “alternativa” *viável* ao capitalismo. O único que se pode buscar é a “alternativa” nas várias formas de regular e circunscrever o elemento insubstituível das sociedades capitalistas desenvolvidas: as livres forças do

mercado. Se considero que os estragos produzidos pelo capitalismo são absolutamente inaceitáveis, é necessário eleger duas perguntas abertas: a “alternativa” ao capitalismo deve girar, sobre o próprio eixo, na mesma órbita ou noutra órbita profundamente direcionada à *ultrapassagem* histórica de relações sociais de produção retrógradas e reacionárias?

Pessoalmente, tenho que do ponto de vista da dialética materialista - gênese e desenvolvimento das sociedades humanas - não existe “alternativa” à perspectiva revolucionária, no sentido próprio dado por Marx. Esta é a problemática na qual se inscreve a minha reflexão.

Então, não se trata de buscar alguma variante à formação sócio-econômica capitalista, nem sequer de inverter tal ou qual signo numa fórmula mágica ou numa forma geral não cambiável, senão retomar um dos temas ambiciosos que vara os dois séculos antecedentes, por fim à alienação histórica levada ao limite pelo trabalho alienado e a encerrar com ele a era milenária das sociedades de classe. A bem da verdade, se trata de transformar a base econômica, movimento de superação radical, ao qual foi reservado o nome de comunismo.

Sobre isto não podemos tergiversar, afirmar que o paradigma marxista de interpretação da sociedade e linha de ação à sua transformação estaria exaurido é falar barato, senão uma pueril balela. Na verdade, a *gironda*, vazada pelo delirante “argumento da autoridade” resgata para o interior da educação física o obscurantismo da verdade absoluta, perene, imutável, na afirmação de que *para encontrar a verdade, é preciso comentar velhos textos de muitos séculos, esses comentários não devem ser feitos sob a forma de comparação dos textos com os fatos, mas consultando os comentaristas autorizados.*

Esse método é conhecido como “*método autoritário*, o qual resulta, na prática, no empecilho ao desenvolvimento da ciência. A ciência antiga é proclamada necessariamente superior à ciência nova” (Poltzer, *ibid.*, p.84). Dificuldades

imensas são “postas como obstáculo unipolar ao progresso dos modos humanos de existência são, a um tempo, pretexto e argumento” (Siqueira, 1996, p. 115) e diante da falência do socialismo e da vitória do capitalismo não há nada o que fazer (Id. *ibid.*). Salve-se quem puder, ou façamos o melhor possível em causa própria. Junte-se e coma-se as migalhas dos banquetes burgueses mesmo que elas venham tingidas com o sangue e com a marca da exacerbação da espoliação sobre o conjunto de operários e trabalhadores brasileiros.

“O que é isso, companheiro?”, dizem, este discurso já está de há muito superado, o verso foi trocado pelo averso, o marxismo pelo *neomarxismo* e pelo “pós-marxismo”, o liberalismo pelo *neoliberalismo* e pelo *pós-neoliberalismo*, “com letrados enganados, onde misturam palavras subvertidas no seu sentido e significado (social, nacional, democrático, popular, cristão), apresentam-se às massas como baluartes do que, em essência, reduzem, desfiguram e destroem” (Siqueira, *ibid.*, p.119).

Como nos diz, esse autor,

“não é sério, não conduz a nada a sabedoria prefixal do pós ou do neo. Até porque, no fundo, é tudo pré. Importa o que vem depois. Esse é o conteúdo verdadeiro. Nenhuma tentativa de ocultamento vai muito longe. Nesse vale-tudo de feição niilista, abre-se a porta ao obscurantismo, ficam enfraquecidas as defesas do conhecimento. A charlatanice torna-se ousada, se (re)inventa, nas ciências sociais e na historiografia, usando creme dental como juízo de valor e recorrendo à himenolatria inquisitorial-fascista para não admitir sequer a possibilidade da complacência” (Id. *ibid.*, p. 121).

Encimado no *método autoritário*, a *gironde* tenta emparedar e silenciar o pensamento crítico-transformador, para tanto, resgata para o interior da educação física o obscurantismo, painel inconcluso do individualismo

contemporâneo e sua suspeita impenetrabilidade, pois sem a concepção de mundo marxista

“não se pode entender absolutamente nada do que sucedeu e sucede na América Latina. Se há 100 anos, os preconceitos (...) impediam compreender esta realidade, na atual etapa de internacionalização global das relações econômicas e políticas, estas reminiscências do passado se chocam diretamente com o senso comum” (Katz,ibid.,p.69).

Diante da proclamada exaustão do marxismo, assumir posições mais “realistas” significa, a primeira vista, um ato de coragem necessário à “libertação” do dogmatismo e do sectarismo próprios à concepção de mundo abandonada mas, numa segunda e acurada olhada, tal conduta representa a incorporação de argumentos *moderados* com os quais os epígonos da educação física “destilam sua sapiência, desenvolvem insistente e camuflada cruzada anticomunista, usando formas sutis de censura e terrorismo intelectual” (Siqueira,ibid.,p.122).

Via discurso, têm uma dupla vantagem, servir à classe dominante e assumir, na aparência, uma certa distância em relação a luta de classes, “trocam o artifício da pose democrática pela face real da intolerância, essa raiz detestável do nazismo” (Siqueira, ibid.).

Produto dessa raiz detestável, a *gironda* cultiva os falsos argumentos supostamente comprometidos com o futuro da “subcategoria” dos profissionais de educação física, a qual para rejeitá-la só é possível fazendo-nos mais radicais (Sartre,1984); mais radicais para afirmar que as ações “desinteressadas” calçadas na velha dicotomia mundo da ciência (da teoria) *versus* mundo da prática (da ação), mundo da política *versus* mundo da cultura, apenas ratificam a “razoabilidade” com o que ocultam a dimensão política da racionalidade científica.

Os argumentos somados à prática social dos conservadores e reacionários, me levam ao conflito e nele

procuro mostrar aos estudantes e, por vezes, aos trabalhadores, operários e servidores técnico e administrativos, o paradoxo explícito dos ideólogos da burguesia, sua suposta contestação teórica dos princípios da classe dominante, a ocultar uma prática serviçal. Mostro ainda, no âmbito da luta política, que o inimigo mais direto do processo de transformação social é o personagem que Sartre chama de “*falso intelectual*” e Nizan chama de “*cão de guarda*” ou *cão ideológico* da burguesia.

A conduta ética proposta à “subcategoria” de professores de educação física, via sistema Cref/Confef, nos leva ao passado do sindicalismo ingênuo ou ao presente do sindicalismo de resultados e propositivo ausente da perspectiva de luta pelo poder político na sociedade, solidário e comprometido com o capitalismo humanizado, para tanto, usa sobejamente uma enxurrada de chavões - fim da história, falência e morte das ideologias, morte do marxismo, exaustão do leninismo (Siqueira, *ibid.*).

Pelas atitudes da *gironda* que hoje dá as cartas na educação física, mantenho a diatribe como prática social e fundamento de meus discursos [estes um reflexo daquela], nos quais procuro evidenciar os conflitos do tempo presente - conflitos de classes, de nações ou de raças - como efeitos particulares da opressão dos desfavorecidos pela classe dominante e porque em cada um deles estou, eu também um oprimido consciente de sê-lo, do lado dos oprimidos outros (Sartre, *ibid.*). O isolamento, doutras subcategorias, pode levar à morte o movimento sindical que mais do que defender interesses dos seus filiados, revela o atraso político pela exacerbação do corporativo.

Sob a falsa redução da luta ideológica à luta econômica - proposta de todo sindicalismo propositivo e/ou de resultado - na verdade, a *gironda* camufla a redução da luta de classes dos trabalhadores da educação física à conciliação com o capital. Nessa perspectiva - oculta na “ética” do sistema Cref/Confef o “sindicalismo de resultado” -, a negociata

assumida por dirigentes da educação física herdeiros da pior tradição de conciliação entre as classe, aponta a capitulação frente ao poder dos donos de academias e instituições “privadas” de ensino, ou à sua força de atração, sedução e cooptação.

Na relação educação física, ética e sociedade não há três caminhos! Mas apenas e tão somente dois sustentados pela sociedade. O primeiro, revela o assumir a condição de subalternidade junto a pequena minoria de burgueses que faz dos operários e trabalhadores assalariados, particularizados pela opressão e exploração, produtos de seus produtos, roubando-lhes os fins e deles retirando os meios particulares necessários à produção do seu consumo conspícuo.

O segundo, afirma a existência no mundo inteiro de mais de dois bilhões de famintos e/ou subalimentado e não a tolice da abundância inventada pelos falsos intelectuais, como uma verdade fundamental das sociedades capitalistas. Com efeito, ao abandonar as ilusões reformistas que nos restam, devemos compreender “que a única coisa que as massas podem fazer é quebrar os ídolos que as esmagam” (Sartre, *ibid.*, p.43). Sob este olhar, recusar-se à luta abertamente ideológica revela compromissos incelebráveis e abre caminho à traição, aliás traço comum à todos os que bateram em retirada.

Dito isto, o código de ética(?) em tela, sob o qual claudicantes deambulam e deambularão profissionais da educação física rebocados pela *gironda*, caso nada seja feito, é conservador à medida que, dentre outras coisas, seus apologistas assumem a fragmentação da categoria dos professores; apostam nos embates com prévia certeza de vitória, jogando com cartas marcadas; recusam-se à luta ideológica explícita, com o que demonstram seu caráter reacionário; assumem a ofensiva falsa em defesa dos direitos dos professores formados, uma conjugação aventureira da pressa pelo “poder” com o desespero típico do indivíduo

pequeno-burguês; não falam em salário mas em honorários, com o que protegem os donos de academias.

Mas o que são honorários senão a remuneração daqueles que exercem uma profissão liberal (*personal trainer*?!), tal qual o advogado, o médico etc., característico de um prestador de serviço. Regulamentar o salário profissional⁵ da massa de professores empregada em academias de ginástica, clubes, condomínios, escolas públicas e privadas, laboratórios etc., fica para a próxima reformulação do código em questão porque na atual, de forma paradoxal, é o profissional isolado quem deve tratar do próprio salário.

Não se enganem o que há por trás do código de ética(?) da educação física é sua estreita relação com o mercado e/ou com a exploração pelo mercado da força de trabalho do professor de educação física. Observa-se no Brasil, desde os anos 70, a exacerbação do mercado de trabalho da educação física, fenômeno que conduzi/conduz o professorado à assumir a clássica dicotomia da divisão do trabalho, de um lado grupos de trabalhadores sem propriedade (instrumentos de trabalho) e, do outro, um diminuto grupo de empresários, possuidores de propriedades ou dinheiro necessário à aquisição dessas propriedades, pontos comerciais privilegiados onde montam suas pequenas fábricas de fazer dinheiro às custas do engano da população e da extorsão da força de trabalho do professor assalariado.

Os professores de educação física ou trabalhadores sem propriedades e/ou instrumentos de trabalho, têm sua jornada de trabalho dividida em dois tempos, conhecidos como (i) tempo de trabalho necessário e (ii) tempo de trabalho excedente. No primeiro, o professor trabalha para si próprio, trabalha para compor seu salário; no segundo, esse mesmo professor trabalha para o empresário ou dono de academia

⁵ *Salário profissional* remuneração mínima, permitida em lei, para trabalhadores de certas categorias profissionais.

(grosso modo, um professor de educação física), do colégio, do clube, da universidade, da empresa promotora de eventos, etc..

A razão entre estes dois tempos da jornada de trabalho é aquilo que Marx, no “*O Capital*”, nomina de *taxa de exploração*, em termos de valor conhecida coimo *taxa de mais-valia*. Essa mais-valia tão maior será - em números relativos, mais trabalho no mesmo espaço de tempo (pela capacitação do trabalhador ou utilização de uma maquinaria de última geração ou pela combinação dos dois); ou absoluto, mais trabalho e maior duração da jornada de trabalho nas mesmas condições da relativa.

Pari passu com a privatização do país, iniciado nos anos do “milagre brasileiro” e levado a termo pela “FHCeização” da economia e do erário, vi proliferar as indústrias de professores de educação (faculdades transformadas, por maquinações políticas, em Universidades) e do corpo (academias de ginástica e musculação), que além de atender o novo e promissor mercado, geram um excedente profissional, um exército de reserva, que com o correr dos tempos, sem perceber, está a beneficiar o empresariado na redução dos custos (digo, da massa salarial) pelo aumento da demanda sobre a oferta de trabalho.

Destarte, a planificação do mercado de trabalho específico, está estribado na produção em larga escala de professores não preparados para a demanda das necessidades da população e tão somente para satisfazer a demanda de inescrupulosos donos de academia acobertados por uma *gironda* ineficiente de mordomos e lacaios de professores empresários. Tal como ocorre no grande mercado capitalista, há na educação física uma produção anárquica de profissionais.

Se é verdade que a educação física é necessária ao crescimento e desenvolvimentos harmônico dois indivíduos e da coletividade, não é menos verdade que os donos de academia, de clubes, de universidades, tal como os industriais, não atuam na educação física por amor à coletividade e nem

estão preocupados com a ciência e nem com a saúde da população que eles têm acesso⁶. Ignorando os ensinamentos científicos divulgados nas faculdades, institutos e universidades, os professores transformados em empresários, alguns muito bem sucedidos, têm sua preocupação maior com o aumento da taxa de lucro mais do que com a saúde dos seus clientes.

Como bem enfatiza Marx, os capitalistas (empresários e industriais) não são movidos por puro amor aos “valores de uso”, isto é, aquilo que realmente é necessário à saúde e ao divertimento da população, sua intenção inequívoca é produzir um suposto “valor de uso” que, na verdade, tem um “valor de troca”, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. Foi isto que transformaram a educação física neste país, numa mercadoria. E aqueles que o defendem, por pura ignorância e/ou oportunismo, são mercenários (sem a coragem e a dignidade dos clássicos) estipendiados pelos mecenas de uma simples “zona sul”.

Perguntem aos professores que ocupam o mercado de trabalho, mercado que tanto a *gironda* defende (defende mesmo?), especificamente os que trabalham em academia de ginástica e musculação, (i) qual a função do músculo conhecido como serrato ou serrátil anterior; (ii) o que é o fenômeno conhecido como “escápula alata”; (iii) o que são os paradoxos “do psoas” e “de Lombard; (iv) qual a função da troponina na

⁶ Os que vendem, um pseudo-saber apresentados de forma truncada em cursos, simpósios, etc. e/ou grafados em periódicos, grosso modo, a postular a corpolatria, ignorando a utilização anti-científica de roupas inadequadas à prática social da ginástica de academia. A “lycra” ou similares - e não o algodão - continua sendo a coqueluche, o tecido da moda, absolutamente anti-fisiológico à medida que sob um calor de 40° C com uma UR% (umidade relativa do ar), por vezes, superior a 87 impede o necessário funcionamento normal dos mecanismos de eliminação de calor como, por exemplo, a evaporação, a convecção e a radiação.

contração muscular; (v) qual o músculo de emergência da abdução do ombro acionado; (vi) peçam-lhes que descreva e comente a equação de equilíbrio das bioalavancas; enfim...

Olha, a surpresa será enorme, porque a mim as respostas provocaram uma espécie de questionamento sobre o nosso papel no ensino da educação física nos cursos “superiores”, especialização, mestrado e doutorado (pasmem, apesar de tudo, há até pós-doutor em educação física!!!), posto que tenho a seguinte certeza: os alunos e os professores de educação física, salvo as raras exceções, me perdoem, lêem pouco, por isso são crédulos, ingênuos e, conseqüentemente, pouco municiados para assumir a prática científica da educação física, sua fundamentação biológica, sendo sua prática estribada na “achologia”.

Se o que digo é a mais pura verdade, não é menos verdade que o profissional de educação física enquanto parte orgânica de uma “subcategoria” de professores é ignorado, prevalecendo a tese da fragmentação absurda do movimento, onde os extremos de uma mesma, anacrônica e esdrúxula concepção sindical - corporativismo da *gironda* e individualismo “animalesco” empresarial - se confundem.

Para que então o sistema Cref/Confef se ele “luta” apenas por um mercado de trabalho que atende principalmente os interesses lucrativos do grupo social intitulado empresariado do corpo ou das atividades corporais?

Atacada pela enfermidade senil e reacionária do sindicalismo de resultados e picada pelo vírus do corporativismo mais estreito que a história brasileira produziu, a *gironda* entusiasma-se com o “bom senso” dos professores que aceitam esse “sindicalismo” a predicar como “inusitado” e óbvio o direito do profissional de educação física a “receber salários ou honorários pelo seu trabalho profissional”. Esta predica tem, pelo menos, 21 séculos de existência, pois o salário, como direito do trabalhador (diarista, horista. etc.), é reconhecido desde a Roma antiga.

Então, a quem interessa a construção e preservação de uma entidade que em nome do óbvio, defende a exploração do homem (o professor ou afim) pelo homem (o dono de uma academia ou de uma instituição privada de ensino)?

Quase ao final deste artigo, digo: a “subcategoria” profissional em tela, com ou sem a *gironda*, não resolverá as questões traumáticas da educação física vez que elas são um reflexo das contradições sociais próprias a sociedade capitalista. A rigor, não me resta outra alternativa senão, em primeiro lugar, assumir que apenas o marxismo é efetivamente antagônico à ideologia *neoliberal*, por assumir de forma radical o anti-capitalismo mais ferrenho; e, em segundo lugar, entender a luta do Movimento Nacional Contra a Regulamentação, como parte da luta da classe operária e dos trabalhadores assalariados, luta de origem negativa, nascida da liquidação dos particularíssimos e da necessidade da construção de uma sociedade sem classes.

Abdicar dessa luta é negar a possibilidade da vida.
Ousar lutar, ousar vencer.

Luto, logo existo!

Para ler, pensar e discordar (ou não).

1. É preciso ajudar o alunado a alçar vôo acima dos preconceitos que isolam homens e mulheres, negros e brancos, religiosos e ateus, etc..

2. O método usado deve demonstrar ser possível efetivamente vencer a *doxa*, a opinião, o senso comum da *gironda* sem, no entanto, negá-la e creditando-lhe (à *doxa*) o ponto de partida de todo conhecimento científico.

3. Não pretender deter respostas para todas as perguntas, mas perguntas para todas as respostas.

4. Interrogar, *stricto sensu*, pondo e repondo em questão o que se faz passar por solução.

5. Não assumir a condição de detentores pessoais da verdade; não jurar nada; não ter certezas... mas provocações e, neste caso, lançar o desafio posto no amplo contraditório.

6. A vocação dos “Contra”, como o MNCR, não é calar, mas “sempre negar”, na rua, na cidade, misturando-se ao povo e à vida, perambulando pelas praças, mercados e feiras, questionando, confrontando o real e enfrentando aqueles que pretendem com fraseologia iludir os outros.

7. Não desconsiderar o conhecimento científico e a ação política e nem negar que é preciso transformar as situações gritantes de injustiça nas quais padecem mais de 2/3 da população mundial.⁷

Meditação e luta. O silêncio e o alarido. A solidão e a ágora. Esse é o destino do verdadeiro intelectual. E se estiver, por acaso, errado, por favor corrijam este homem que não precisa dormir para sonhar.

Máuri de Carvalho

Bibliografia Consultada

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 1982.

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. Coleção Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

BADIOU, A. *Ética*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

BALDINI, M. (Org.) *Amizade & filósofos*. São Paulo, EDUSC, 1998.

CHRISTO, C. A. L. (frei Beto) *Os rumos da oposição*. Folha de São Paulo – Opinião, 12 de Maio de 2000.

⁷ Essas reflexões foram propiciadas a partir da leitura da obra de Ruby, 1998.

- COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. Os pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- CORBISIER, R. *Enciclopédia filosófica*. Rio de Janeiro, Civilização, 1987.
- CORBISIER, R. *Introdução à filosofia – tomo II, parte primeira, filosofia grega*. Rio de Janeiro, Civilização, 1984.
- EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo, Unesp/Boitempo, 1997.
- FRIGOTTO, G. *Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In FAZENDA, I. (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo, Cortez, 1989.
- GADOTTI, M., FREIRE, P. e GUIMARÃES, S. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços*. Porto Alegre, LP&M, 1991.
- KATZ, C. *O pós-marxismo: uma crítica*. COGGIOLA, O. (Org.) *Marxismo hoje*. São Paulo, Xamã/FFLCH-USP, 1996.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. [Ed.] *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1996.
- PETRAS, J. Os intelectuais em retirada. In *Ensaio contra a ordem*. São Paulo, Página Aberta, 1995.

- POLITZER, G. *A filosofia e os mitos*. Rio de Janeiro, Civilização, 1978.
- ROMANO, R. *O caldeirão de Medéia*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001.
- RUBY, C. *Introdução à filosofia política*. São Paulo, UNESP, 1998.
- SARTRE, J. P. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo, Ática, 1994.
- SAUTET, M. *Um café com Sócrates*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1998.
- SIQUEIRA, J. *Nas barricadas do fim do século*. São Paulo, Anita, 1996.
- TITARENKO, A. I. *Fundamentos da ética marxista-leninista*. Moscou, Progresso, 1982.
- TUGENDHAT, E. *Lições sobre ética*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- VÁSQUEZ, A. *Ética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982;.